

ANPOCS

ISSN 0100-199X

bib

BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

24

Neste número:

Gilberto Freyre

Industrialização e Classe

Trabalhadora no Rio de Janeiro

Ciências Sociais no Rio de Janeiro



O BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no País. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do país.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Aspásia Camargo, Presidente (Cpdoc-FGV)
Charles Pessanha (Iuperj)
Claudia Fonseca (UFRGS)
Luiz Antonio Castro Santos (Cebrap)
Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)
Nadya Araujo Castro (UFBA)

Secretária

Maria Elizabeth R. Cobra

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em
Ciências Sociais
Editoria do BIB
Rua da Matriz, 82 — Botafogo
22.260 — Rio de Janeiro — RJ

Direitos reservados para esta edição
Vértice / ANPOCS

Publicação e comercialização
Editora Revista dos Tribunais Ltda.
EDIÇÕES VÉRTICE
Rua Conde do Pinhal, 78 - Tel. (011) 37-2433
01501 - São Paulo - SP

Impresso no Brasil

FFLCH - 007

Sumário

Apresentação

In Memoriam

A Originalidade de Gilberto Freyre

Roberto DaMatta

3

Resenha Bibliográfica

Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro:
Novas Perspectivas de Análise

Ângela de Castro Gomes

Marieta de Moraes Ferreira

11

Problemas do Ensino e da Pesquisa

Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das
Ciências Sociais no Rio de Janeiro, 1930-1964

Maria Hermínia Tavares de Almeida

41

Perfil Institucional

Mestrado em Ciências Sociais da UFPb (João Pessoa)

61

BIB, Rio de Janeiro, n. 24, pp. 1-72, 2.º semestre 1987.



Colaboram neste número:

Angela Maria Castro Gomes — Pesquisadora do Centro de Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas — CPDoc/FGV, e professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense — UFF.

Maria Hermínia Tavares de Almeida — Pesquisadora do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo — IESP, e professora do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo — USP.

Marieta de Moraes Ferreira — Pesquisadora do Centro de Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas — CPDoc/FGV, e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

Roberto DaMatta — Professor de Antropologia Social do Kellogg Institute, University of Notre Dame, EUA, e do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

A Originalidade de Gilberto Freyre

Roberto DaMatta

Morto Gilberto Freyre, chega a hora de avaliar sua obra. E que obra é essa? Quais as suas principais características? Qual é o centro de sua originalidade? Onde ela difere e confere com os esforços intelectuais dos seus contemporâneos? De que modo ela marca e divide etapas na Sociologia brasileira e no nosso esforço de auto-interpretação compreensiva?

Passado o momento tenebroso da morte e da vergonhosa disputa pelo cadáver, quando os conhecidos canibais botam as unhas de fora, estamos melhor preparados para distinguir a carne que passa dos ossos que ficam. A experiência traz um inusitado entendimento de uma instituição muito conhecida da Antropologia Social: os enterros duplos ou secundários. Compreendemos, afinal, que é preciso enterrar certas pessoas duplamente e que a segunda vez é o momento em que a sociedade do morto reproduz sua memória, menos por causa da comoção inicial da morte, de que da necessidade física de ter que dispor do corpo; mas pelo que ela deseja perpetuar do morto. O enterro secundário, assim, é a ocasião da avaliação social do morto. Momento em que desejamos saber se o seu retrato pode permanecer ovalado e saliente na sala-de-visita de nossas casas ou terá que amarelar e ser roído pelas traças...

Será desta perspectiva que irei realizar algumas considerações sobre a obra de Gilberto Freyre.

Sociólogos e antropólogos não engendram a realidade empírica, mas quando são geniais, inventam modos especiais de percebê-la e torná-la literária. Ou seja: são capazes de transformar o caótico sofrimento diário, quase sempre vivido como algo sem forma, fundo, orientação ou sentido, numa *narrativa*. Num "objeto" que tem *início, meio e fim*; numa "história" cujo significado vai além das determinações semânticas dadas pelos códigos que orientam o senso-comum e a reflexividade do mundo cotidiano. Mas o que foi que Gilberto Freyre viu quando se debruçou sobre o Brasil? Que narrativa inventou quando integrou os eventos da nossa história com os da nossa vida contemporânea?

Gilberto Freyre foi um grande narrador, não só porque "escrevia muito bem"; ou escrevia bem porque era — afinal de contas — um "sociólogo de direita" e, como tal, pensava melhor em termos de "forma" do que de "substância" ou "conteúdo".¹ Ou porque — sendo vaidoso e ávido de elogios — se considerava "escritor".² Mas porque escolheu falar do Brasil de uma certa perspectiva, de dentro de uma dada moldura. E o ângulo escolhido foi justamente aquele que mais perturba, posto que junta o biográfico e o existencial; com o histórico, o literário e o intelectual. Se um rígido universo conceitual era (e ainda é) o grande esconderijo de todos os "cientistas sociais" que falam de totens e temas, de estruturas e categorias científicas, evitando, como o Diabo a cruz, falar de si mesmos e de suas

sociedades; o “método ensaístico” escolhido por Freyre, obriga o autor a colocar-se (com seu sistema de valores) no centro mesmo da narrativa. Aqui não se fala mais de Brasil como se o “brasil” fosse um espécime natural, mas se discursa sobre a “realidade brasileira”, tomando-a como uma moralidade com a qual se tem interesses patentes e que engloba o escritor. O ensaísta, assim jamais assume aquela atitude “desinteressada”, “distante” ou “científica”, diante do seu tema. Ao contrário, ele está sempre a seu lado: por ele e com ele. Realmente, ensaio tende sempre a travar uma dura batalha contra o exótico, sendo uma recusa do “discurso totêmico”, esse enredo inaugurado pelas vertentes mais radicalmente “cientificistas” da Antropologia Social (ou Cultural) inglesa, francesa e norte-americana, que imaginava o pesquisador sentado numa poltrona, mesmo quando ele passava anos na “tribo”. Aqui, conforme se sabe, tudo funciona para manter a distância e ser um elemento cauterizador das possibilidades de produzir um discurso ambíguo, dramático e sensual — à Gilberto Freyre. Um texto que conforme nos ensina Bakhtin, fala em muitas vozes e para muita gente. É colonizador e “de fora” (na medida em que seu autor dialoga com mestres e colegas que produzem nos centros intelectuais do Ocidente, onde estudou); mas é também um texto sofrido e “de dentro” (já que seu autor fala para si mesmo como membro da sociedade que estuda). É um texto que pretende ser “verdade” e “poder” (porque se supõe científico e resultado de pesquisas), mas que não abandona suas pretensões de ser “literário” e, portanto, “político” e “nacional” (sem o que não teria a menor oportunidade de ser considerado pelas elites de sua terra).

O discurso antropológico e científico clássico, porém, é uma fala “totêmica” e classificadora. Fala de fora para dentro, porque acima de tudo, deseja “pôr ordem no mundo”. Para tanto, tal discurso não pode contar consigo mesmo como tal: tem que ser um discurso morto. Mas para morrer, há que se neutralizar o escritor e objetificar e “nativizar” para sempre os nativos. Operação importante que no plano das Ciências Naturais corresponde à clássica separação entre “sujeito e objeto”. Mas nas Ciências Humanas, onde sujeito e objeto estão, conforme observou Lévi-Strauss, numa mesma escala, isso se faz “universalizando” o autor e, simultaneamente, “localizando” os nativos. O que imediatamente lembra o famoso ensaio de Clifford Geertz,

significativamente intitulado: “do ponto de vista do nativo” (*from native point of view*) onde se discute como se deve realizar uma etnografia epistemologicamente satisfatória. Para Geertz, isso seria alcançado desde que não se perdesse de vista o diálogo (ou, como diz ele, um *dialectical talking*) entre o “mais localizado dos detalhes locais e a mais globalizada das estruturas globais” (cf. Geertz, 1983:69). A idéia é excelente. Só que ela acaba “nativizando” o nativo, já que se deleita com o estudo cuidadoso (e rebuscado) das categorias locais, mas nem sequer pensa em discutir o significado sociológico das “estruturas globais”. Serão elas o tal “espírito humano” — o “hóspede” não convidado da obra de Lévi-Strauss, que chega quando o etnógrafo estava justamente preocupado em estudar Bororos, Nambiquaras e Paulistas? Ou será que tudo isso “inocentemente” pressupõe a idéia de um observador universal, eterno, equidistante e perfeito? Um cidadão do mundo, acima de qualquer suspeita (e jamais discutido), que seria tão “universal” quanto Rousseau (que falava francês), Hegel que era alemão, Hobbes que escrevia em inglês e Clifford Geertz que é norte-americano? ³

O ponto de vista nativo de Geertz, está interessado somente em falar do “nativo”, poupando sistematicamente o sujeito que fala, esse “universalizador” que pretende operar fora do mundo e das categorias históricas e culturais. A verdadeira “prova” das etnografias não estaria apenas num conhecimento exterior, resultado de uma marrada dialética entre o hiperlocal e o superuniversal, como quer Geertz, mas na revelação da mentalidade que todo etnógrafo traz dentro de si. Há um Nuer visto por um inglês que talvez seja mais revelador do que o Nuer “real” e “africano”, “estudado” por Evans-Pritchard. Uma hermenêutica não deve falar somente de regras capazes de produzir tradução e entendimento. Ela deve estar, também, referida à descoberta de que, tentando falar do lugar do outro, produzimos testemunhos e revelações de nós mesmos. Esse falar “objetivado”, do outro, também, nos revela e nos habilita a enxergar o nosso sistema de classificação como um espaço localizado e claramente arbitrário. Dentro dele, agora podemos ver, há um “nativo” universalizador e cosmopolita que nada mais é do que um outro sujeito, também, cultural e historicamente construído. Ao contrário do que diz Geertz, uma história da feitiçaria,

escrita por um feiticeiro, é tão aprisionada pelos horizontes mentais do escritor... quanto *Witchcraft, Oracles and Magic Among the Azande* é um livro aprisionado pelo sistema de categorias de Evans-Pritchard. O universalismo permite ver certas coisas, mas tal como acontece com uma *visão localizada, também, não permite enxergar tudo.*⁴

— II —

Pois bem, é, a meu ver, esta posição ensaística, auto-reflexiva e decididamente, de dentro, que tipifica a Sociologia de Gilberto Freyre. Posição conscientemente assumida, como que para equilibrar o norte-americano e o europeísmo que, paradoxal e dialeticamente foram tão importantes para a formação de Gilberto Freyre como estudioso (ou estudante) da sociedade brasileira. Realmente, numa passagem do prefácio à primeira edição de *Casa Grande & Senzala* (publicado em 1933), encontramos essa consciência ensaística que, a meu ver, antecipa a perturbadora relativização estruturalista. Nela, Gilberto Freyre afirma que fazer Sociologia não é descobrir receitas mas, é “querer nos completar: é outro meio de procurar-se o “tempo perdido”. Outro meio de nos sentirmos nos outros — nos que vieram antes de nós (...). “É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos”.

Ou seja, fazer uma Sociologia do Brasil não seria apenas um exercício intelectual. Isso seria verdadeiro para um praticante de um “discurso totêmico”. Para um ensaísta brasileiro que fala do Brasil, porém, há algo fundamental que Gilberto Freyre percebeu como básico para a tarefa.⁵ Quero me referir ao fato de que falamos do Brasil num plano de continuidade emocional: usando a mesma língua que todos falam e podendo sentir por dentro a problemática da sociedade e da nação.⁶ O problema básico talvez, é que somos obrigados a tomar consciência emocional da continuidade para, em seguida, tentar o salto intelectual na descontinuidade. Uma operação complicada que discuti simplificar com a fórmula do “transformar o próximo em distante”, no meu livro *Relativizando*, mas que tenho posto em prática nos meus ensaios sobre o Brasil.

Mas já é tempo de refletir mais detidamente no fato de que, quando um pes-

quisador estuda sua própria sociedade, de certo modo realiza a experiência do feiticeiro de Geertz, aprisionado que está pela fala e pelo peso dos valores que sua escrita descobre, estuda e certamente tem o poder de exorcizar. Aqui, é certo, corremos o risco de ter somente o “ponto de vista do nativo” mas parece que sem essa perspectiva, não há transformação ou mudança...

Penso que Gilberto Freyre percebeu isso no seu trabalho. Certamente porque foi um viajante precoce e, como tal, viu o Brasil primeiro de fora (como objeto conceitual e por meio de outras linguagens) e, posteriormente, de volta ao Recife, quis retomar o Brasil concreto e sensível, pretendendo complementar as duas versões. É pelo menos assim que se pode ler sua autobiografia, *Tempo Morto e Outros Tempos*, onde Gilberto faz um esforço para assimilar e recolocar dentro do Brasil (e de sua vida) os longos anos que viveu no exterior. Deste modo, ele não assume a posição trivial de um intelectual brasileiro assimilado pela “cultura” francesa ou americana. Mas, ao contrário, embora tendo vivido nos Estados Unidos dos 18 aos 22 anos; e entre Paris, Londres e Oxford dos 22 aos 23 anos, quando retorna ao Brasil e a Recife, Gilberto Freyre volta ainda mais brasileiro, somando uma experiência intelectual certamente moderna, individualista e cosmopolita, ao desejo de retomar uma ligação sensível com o Recife, o Nordeste e o Brasil. Creio que é essa relação difícil e complexa entre o intelectual e o sensível, o de dentro e o de fora, o vivido e o conceitualizado, o local e o universal, o que requer tradução e aquilo que faz parte do ar que se respira que Gilberto Freyre quer estudar e, eventualmente, equilibrar, em sua obra. Nela, não temos nem tiradas nacionalistas nem aquela atitude livresca, tão comum nos nossos intelectuais mal-viajados que se resume em aplicar ao Brasil, fórmulas feitas “lá fora”. Também não temos uma visão altamente negativa do Brasil, quando se confunde, conforme já sugeri, a sociedade com a nação e, às vezes, com o regime.

Sem dúvida, essa experiência crítica e precoce da “viagem”⁷ permitiu que Gilberto desenvolvesse uma escrita sem pedantismo, desenvolvendo uma Sociologia do Brasil que é original na sua temática, abordando a sociedade através de categorias nativas, não a partir de pressupostos teóricos freqüentemente mal-assimilados. O resultado é um retrato do Brasil que é reco-

nhecido até mesmo pelos seus leitores. Tão reconhecido que muitas vezes confundiram suas reflexões com mera opinião literária, anedótica ou pornográfica.⁸

— III —

Tudo isso destaca a obra de Gilberto Freyre no cenário intelectual brasileiro. Para tanto, basta lembrar que na virada do século, se falava do Brasil através de uma linguagem paramédica.⁹ Na concepção de então, o atraso do Brasil decorria da famosa mistura de raças que era tomada como a principal característica da nossa formação. Realmente, era mais fácil falar de “inferioridades raciais” (dadas na ordem da natureza), do que de dominações sociais, políticas e econômicas (dadas na ordem da história e da cultura)! A partir, portanto, de uma criativa, mas medíocre “fábula das três raças”, falava-se da sociedade brasileira através de uma dinâmica puramente biológica. Como se no Brasil não houvessem senhores e escravos, nem controles hierárquicos que moldavam os códigos liberais e capitalistas de um modo especial, fazendo com que tudo se conformasse à lógica do “sabe com quem está falando?” e do “jeitinho”.¹⁰ Pensava-se o Brasil como uma sociedade cujos males faziam na sua biologia, não na sua cultura e estrutura de poder. Não vou voltar a denunciar essa “fábula das três raças”, repetindo o que já fiz no meu livro, *Relativizando*. Mas é preciso dizer que em *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre realiza uma *demarche* paradoxal, nem sempre percebida pelos críticos. É que, naquele livro, ele reveste de verdade a “fábula das três raças”, ao mesmo tempo que inicia sua demolição crítica, tomando a “mestiçagem” muito mais como um processo situado no código histórico-cultural, do que no quadro de uma linguagem racial. Em *Casa Grande & Senzala*, portanto, a “mestiçagem” aparece dentro da lógica do ambíguo e do paradoxal. Agora, o Brasil não era “mestiço”, porque estava sujeito a uma real e biológica “mistura de raças”, mas porque era uma sociedade “culturalmente mestiça”; um sistema que se manifestava “misturando” instituições sociais que em outros lugares e em outros tempos, estavam rigidamente separados. Como resultado, o “mestiço” pôde ser visto como um elemento positivo: como *valor social*. Deste ponto de vista, a contradição que o “mestiço” acentua em todo o lugar, passa a ser sugerida como um ponto central do sistema de valores da sociedade brasileira.

Tal leitura do Brasil só pode ser possível, na medida em que se faz uma radical separação entre *Biologia* e *Cultura*, conforme acentuava Gilberto em *Casa Grande & Senzala*, quando diz:

“Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre *raça* e *cultura* assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de *raça* e hereditariedade de *família*.”

Ora, num meio intelectual que até hoje ainda não sabe bem distinguir essas dimensões da realidade sociológica,¹¹ vale ressaltar que foi certamente a obra de Gilberto Freyre a que primeiro articulou essa história que todo brasileiro gosta de contar para si mesmo; a saber: que somos uma cultura “mestiça” e “misturada”, um modo de falar que fica *entre* os conceitos (o de “raça” e o de “cultura”), costurando e preferindo ambigualmente os dois...

Mas o projeto ensaístico de Gilberto Freyre obriga, também, a utilizar novos materiais. Não só os documentos clássicos do historiador, mas, também, os arquivos de família, as narrativas de viajantes, os anúncios de jornal, as cartas e as memórias pessoais; além dos valores que a sociedade atualiza em todos os seus níveis de realização. Assim fazendo, Gilberto Freyre deixa de ser o elemento medicalizador e disciplinador do seu próprio sistema, um papel irresistível dos intelectuais em nosso País. Na sua obra não se fala do Brasil como um médico fala do seu paciente (a exemplo do que fez Nina Rodrigues), nem como um engenheiro fala de uma obra (como faz Euclides da Cunha), nem como um jurista fala de suas leis (como faz Oliveira Vianna); ou um economista de suas cifras.

Mas por ter escolhido o método ensaístico, Gilberto Freyre recusa um discurso essencialmente normativo, medicalizador da sua sociedade. Assim, em vez de seguir o caminho dos racistas históricos (como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna) ou dos materialistas vitorianos (como Darcy Ribeiro), que sempre falam do que nos falta e de como poderíamos ter sido, ele fala do Brasil que é. Esse Brasil que existe antes de nós e que, a despeito de nossa vontade,

continuará depois de nós. Esse Brasil que é nosso, mas não foi inventado por nós.

Por tudo isso, a Sociologia de Gilberto Freyre liberou a temática dos estudos brasileiros e obrigou o estudo do mundo diário. Agora será preciso descobrir como operam essas relações de atração e repulsão entre pessoas situadas em posições polares do sistema (como os senhores e escravos); ou certas normas que se escrevem em constituições ideais (as leis do Estado) e as regras que se inscrevem nas nossas vidas (as leis não escritas ou conscientes que governam o parentesco, o compadrio, a amizade e o sistema de relações pessoais). Tudo, então, pode ser legitimamente estudado. Não precisamos focalizar somente as constituições, as doenças, os números ou o *dinheiro para saber que uma sociedade se manifesta através de muitos "mediuns"* e que fazer boa Sociologia é estar preparado para descobrir onde o sistema pode se revelar de modo mais disfarçado e insuspeito.

Foi por ter trilhado esse caminho que Gilberto Freyre pôde ser pioneiro e inovador ao estudar os modos de falar dos escravos (antecipando as análises da moderna Sóciolinguística); o espaço nobre e pobre das moradas de engenho de sua terra; as práticas sexuais, os juramentos e as expressões de blasfêmia e opróbio; a cozinha e a comida. E certamente mostrou uma sensibilidade excepcional quando enxergou o médico substituindo o padre nos sobrados do Brasil pré-republicano e quando viu jornais vendendo escravos, em vez de servirem como instrumentos de liberdade no Brasil.¹²

A contribuição da obra de Gilberto Freyre foi, assim, a de realizar um valor. Uma escolha que é pessoal e que exprime aspectos cruciais de sua experiência de vida como um brasileiro que, na virada do século, viveu nos grandes centros de produção intelectual dos Estados Unidos e da Europa. Talvez tenha sido isso que despertou nele uma fome insaciável pela so-

cidade brasileira (*recuperando o tempo* que dela perdeu), e uma total miopia pelo conjunto institucional e constitucional desta mesma sociedade. Assim, a obra de Gilberto Freyre se concentra quase que exclusivamente no estudo da casa e da família. Como se o Brasil fosse um conjunto de grupos familiares em luta por um poder caseiro ou paterno. Obcecado pela sociedade, ele se esquece de examinar o Brasil-Nação e tudo o que em nosso sistema se define como pertencendo ao "mundo da rua". É raro, portanto, encontrar em sua obra, alguma reflexão mais detida sobre o *quadro constitucional e o aparato legal* da sociedade brasileira, com suas formas de governo e de coerção jurídica. Para esse Gilberto Freyre sempre viajante e saudosista, não há um Brasil-Estado e um Brasil-Governo. Há, isso sim, um Brasil sempre Casa Grande ou Sobrado: um Brasil sempre sociedade. Um Brasil que é modo de ser e falar, comer, gozar e viver.

Talvez seja por isso que nesta obra se encontre uma combinação tão contraditória (e tão "mestiça") de riquíssimas observações sobre o modo de vida e as "informalidades" que definem o estilo brasileiro de viver; ao lado de uma ausência de crítica do Estado Nacional com tudo o que tem de violentador e maligno: seus ditadores, seus regimes políticos e seu poder de dominação. Ao admirar e querer recuperar o tempo perdido longe de sua sociedade, Gilberto se esquece da realidade estatal e administrativa. Uma visão sensual do Brasil, torna invisível o duro aparelho formal e institucional. A soma disto tudo, é uma obra original e misturada como seu autor: de um lado, perdida numa vaidade doentia e quase perversamente atraída pelo elogio e pelo poder; e, do outro, eternamente fascinada e atraída pelo pequeno mundo dos homens comuns, dos desejos secretos e dos gestos humildes. Essas coisas que, afinal de contas, definem os tempos e as culturas.

Notas

1. *Convém lembrar que um mesmo autor pode ser castigado por sua "forma" (caso de Gilberto nos anos '60) e elogiado por seu "conteúdo"; e que essa relação, pode variar ao longo de um dado momento histórico. Jorge Amado era elogiado por seus "conteúdos" ("corajosos" e "políticos") pelas mesmas "pessoas políticas" que hoje deploram sua literatura, de "fácil entendimento" e autenticamente popular; logo uma literatura "fácil" no modo de ler desses críticos. Vale notar como tudo isso é contextual, porque a leitura de um Autor como "fácil" ou "difícil" está profundamente relacionada ao modo como*

ele se define e é definido politicamente (Almeida [1979] seguindo Bourdieu, estudou as condições políticas de produção e recepção da obra de Jorge Amado). É precisamente a definição culturalmente política que permite a apreensão de uma obra como sendo dicotomizada em "forma" e "conteúdo". Isso posto, podemos dizer que no caso do Brasil, a distinção é vigente em todos os níveis da sociedade porque ela permite hierarquizar mais facilmente obras e pessoas de acordo com uma dialética de "popularização/elitização". Assim, quanto mais *avant-gard*, menos inteligível e mais atraente para certo tipo de intelectual que tem verdadeiro desprezo pelo popular, no sentido de que o popular configura o reinado da igualdade e da "comodificação" da vida social, quando o mercado domina tudo e, como resultado, todos são iguais perante a mercadoria e o mercado (cf. Polanyi, 1980). Assim, certos temas "populares" são "tabus". No caso do Brasil, penso sobretudo na *família*, nas *festas populares*, nas *crenças religiosas* e na *vida diária* em geral. A importância social destes temas, bem como sua posição estratégica na estrutura de poder do sistema brasileiro, faz com que sejam objeto de um duplo "sentimento": ao mesmo tempo que atraem, posto que são fundamentais na esfera cotidiana, eles também repelem, porque seu desvendamento crítico equivale a pôr o Rei nu, revelando uma complexa linha de poderes e de compensações sociais construídas pelo sistema. O resultado desta contradição é a piada, o carnaval, o "deixa-disso" e outras manifestações relacionais que conciliando opostos, inventam uma "terceira margem do rio" e adiam certamente a mudança social liberal ou burguesa (cf. o meu *A Casa & a Rua*). Por tudo isso, essa temática está fadada a ser tomada como fácil demais pelos críticos; a menos — é claro — que o autor fale dela por meio de "mediuns" complicados, usando um jargão pesado, difícil ou misterioso — uma língua especial ou secreta, conforme diria Van Gennep. Não será por isso que uma mesma idéia vale mais em francês de Paris, ou em inglês de Oxford do que em brasileiro de Recife ou Bahia? Pode-se, então condenar um autor tanto pela forma quanto pelo conteúdo, desde que se mantenha o mundo intelectual livre de igualitarismo e sempre governado pela hierarquia...

2.. Uma categoria oposta a de "sociólogo"; neste contexto equivalente a cientista. Nesta visão ingênua, positivista e idealizada do trabalho do "escritor", ele não teria compromissos com a lógica dos "argumentos", "demonstrações" e "paradigmas". Claro que a obra dos escritores desmente isso, pois revela como, também, eles têm lealdades com modelos, situações, argumentos etc... Será que a diferença continua sendo aquela que "separa" o *pensamento selvagem* (que opera por meio de signos) e um *pensamento cultivado* (que opera por meio de conceitos) como queria Claude Lévi-Strauss ainda dentro do quadro positivista tradicional?

3. Essas "línguas universais" estão tão estabelecidas que seus falantes se esquecem que as possuem! Assim, só quem tem "língua" e cultura (ou seja: o que é localizado, singular, exótico e valioso como objeto de interpretação) são os nativos. Basta pensar que grande parte do que se chama (em inglês!) de *scholarship*, é simplesmente interpretação de textos de uma língua para outra, para ver como tenho razão. O ponto é que todos falam usando um estilo, de algum lugar. Veja-se o trabalho de Roberto Kant de Lima, *Antropologia da Academia: ou, quando os índios somos nós*, Lima, 1984; para considerações importantes sobre essa questão.

4. Dir-se-ia que estou prestes a escorregar no solipsismo. Penso, entretanto, que não podemos escapar do fato de que somos historiadores de histórias, narradores de enredos que se narram a si mesmos, criadores de mitos de mitologias. Essa questão da "relativização" do nosso próprio sistema de categorias se impõe, como um problema crucial do estruturalismo (e da Antropologia Cultural em geral) e não vejo como não enfrentá-lo. Aliás, poucos tiveram coragem de fazê-lo, na boa esteira de Durkheim (das *Formas Elementares da Vida Religiosa*) e de Mauss. A meu ver, somente dois contemporâneos têm atacado de frente essa questão que, de fato, jaz no centro de uma crítica, a própria idéia de "ciência moderna": Michel Foucault e, pelo lado mais antropológico e comparativo, Louis Dumont. Não deve ser por acaso que ambos são desprezados, respectivamente, à direita e à esquerda.

5. Antes que, também, me acusem de nacionalismo desvairado, deixe-me dizer que o mesmo ponto é válido quando um francês escreve sobre a França, um russo sobre a Rússia e um americano sobre os Estados Unidos. Aqui, a Sociologia é análise e documento,

testemunho e matéria-prima, sendo simultaneamente englobadora e englobada pela sociedade.

6. Creio que é fundamental distinguir especialistas que “leram” o Brasil pela perspectiva da “nação brasileira” (uma entidade sociológica especial, que engloba tanto o “Estado” quanto o “governo” e que tem como unidade sócio-política mínima, o “indivíduo” como valor e centro moral); e pela sociedade que, ao contrário, é relacional e está constituída de unidades muito mais inconscientes como a “vizinhança” e a “família”. Economistas, cientistas políticos e historiadores estudam a “nação”, raramente falando (ou querendo compreender) a “sociedade”. Antropólogos culturais fazem o oposto; enquanto historiadores sociais e críticos literários oscilam sem saber entre uma e outra entidade. A distinção entre “nação” e “sociedade” como unidades sociológicas distintas, é importante, mas foi apenas esboçada em alguma Antropologia contemporânea, apesar de DeTocqueville e de Marcel Mauss (cf. Mauss, 1972 [1920-21] e DaMatta, 1979; 1987-88). Quando não temos consciência da distinção, criticamos muitas vezes a sociedade quando o nosso verdadeiro alvo é a nação ou até mesmo o regime que a governa. Ou fazemos o contrário, criticando a nação quando o problema está na sociedade. Certamente que grande parte da produção sociológica moderna diz respeito a problemas nacionais que, em virtude da importância política da entidade social (a nação) tende a circunscrever e delimitar a discussão, deixando muitas vezes de lado problemas críticos situados na sociedade. Em geral, quando há essa relação direta entre quem escreve e o sistema sobre o qual se escreve, sociedade e nação surgem num plano de difícil separação. Creio que se pode dizer que Caio Prado escreveu mais sobre a nação do que sobre a sociedade brasileira. Com Gilberto Freyre ocorre o oposto. De fato, pode-se dizer, sem medo do exagero que ele foi conservador (e até mesmo reacionário) escrevendo sobre a nação, e criativo reformador quando lia nossa sociedade. A grande vantagem dos estudos feitos por “estrangeiros” é a nitidez com que tais entidades podem aparecer nos seus estudos. Não porque tenham consciência da importância teórica da distinção, mas porque tem um distanciamento que permite “pinçar” o que querem “ver” sem maiores envolvimento emocionais, sociais e políticos.

7. Para a importância da “viagem” como um “método” que permite descobrir o deslocamento e a relativização, estimulando a sensibilidade antropológica, veja-se o clássico de Claude Lévi-Strauss, *Tristes Trópicos*.

8. O próprio Gilberto Freyre me relatou que, em 1933, quando *Casa Grande & Senzala* foi publicado, houve um movimento para queimar o livro sob a alegação de que era pornográfico. Interessante, neste contexto, observar os reparos puritanos feitos por Afonso Arinos de Melo Franco, a *Casa Grande & Senzala*, a reclamar uma falta de “dignidade” da linguagem de Freyre (Fonseca, 1985:84). Foi comum proibir o livro como “muito forte” para gente de minha geração. Está claro que o livro chocava porque se constituía uma verdadeira “denúncia” das práticas íntimas das elites dominantes, mas uma denúncia escrita pelo lado de dentro.

9. Primeiro uma linguagem médica, depois uma linguagem jurídica e política (é aí que está a importância dos “Bacharéis”, como especialistas em relacionar a estrutura legal com as vontades dos segmentos dominantes e dos Ditadores); finalmente, uma linguagem histórico-econômica dada pelas várias economias políticas vigentes, a esquerda ou a direita. Mas, *nota bene*, o Brasil está sempre doente!

10. Para um estudo das implicações sociais e políticas do “jeitinho brasileiro”, veja-se o importante estudo de Livia Neves de Holanda Barbosa, *O Jeitinho Brasileiro*, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1986. O “sabe com quem está falando?” foi estudado por mim em *Carnavais, Malandros e Heróis*.

11. Para demonstrar que isso não é mera retórica e que a idéia de “raça” está profundamente introjetada na ideologia brasileira, tome-se o exemplo de um ideólogo trêfego que passa por intelectual inovador e veja-se o livro de Darcy Ribeiro, *Teoria do Brasil* (1972). Neste texto, o autor retoma, sem se dar conta a velha terminologia racista, a sociedades como “povos” que teriam “matrizes étnicas” diferenciadas; que, por sua vez, sofreriam de processos profundos de “caldeamento”. Com isso tal “teoria do Brasil”, refaz em 1972, o percurso racista do sec. XIX brasileiro.

12. Tal como ocorreu com os computadores que foram pioneiramente usados no Brasil pela polícia política e de fronteira...

Referências Bibliográficas

- Almeida, Alfredo Wagner Berno de
1979. *Jorge Amado: Política e Literatura*. Rio de Janeiro, Campus.
- Bakhtin, Mikhail
1981. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- DaMatta, Roberto
1979. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro, Guanabara.
1987. *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro, Guanabara.
1988. Where to Look for Change: the Sociological Importance of the Concepts of "nation" and "society" in Understanding Brazil. Ms.
- Freyre, Gilberto
1975. *Tempo Morto e Outros Tempos*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed.
- Fonseca, Edson Nery da
1985. *Casa Grande & Senzala e a Crítica Brasileira*. Artigos reunidos e comentados por Edson Nery da Fonseca. Recife, Companhia Ed. de Pernambuco.
- Geertz, Clifford
1983. *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. New York, Basic Books.
- Holanda Barbosa, Livia Neves
1986. *O Jeitinho Brasileiro: Um Estudo de Identidade Social*. Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro.
- Lévi-Strauss, Claude
1957. *Tristes Trópicos*. São Paulo, Editora Anhembi.
1962. *La Pensée Sauvage*. Paris, Plon.
- Lima, Roberto Kant de
1984. *Antropologia da Academia; ou Quando os Índios Somos Nós*. Rio, Universidade Federal Fluminense, Ed. Vozes.
- Mauss, Marcel
1972. "La Nación", in *Obras III*. Barcelona, Barral.
- Polanyi, Karl
1980. *The Great Transformation*. Boston, Beacon Press, 1957.
- Ribeiro, Darcy
1972. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise *

Angela de Castro Gomes

Marieta de Moraes Ferreira

São numerosos os estudos sobre industrialização e classe trabalhadora no Brasil, o que se explica pela relação destes temas com as questões candentes do desenvolvimento econômico e social do país. Estes estudos, tomados como produção acadêmica mais sistemática, começaram a aparecer nos anos 50, quando profissionais da área de Ciências Sociais, em especial economistas e sociólogos, publicaram textos hoje clássicos sobre o processo de modernização do País, em que a preocupação com as condições de industrialização e com o papel da classe trabalhadora era essencial.

Ao longo dos anos 60, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, tais estudos se ampliaram e abriram novas perspectivas de análise, postulando teses que marcaram esta área de estudos. Também produzidos em sua maioria quase absoluta por economistas e cientistas sociais, estes trabalhos voltaram — o que é bem compreensível — para uma certa região do País — São Paulo — e para algumas questões em especial: a relação café-indústria, as origens sociais do operariado brasileiro, o sindicalismo corporativo etc.

Nosso objetivo aqui é examinar a produção acadêmica mais recente, concentrada sobretudo nos anos 80, quando se inauguraram novas tendências na área dos estudos

sobre a industrialização e a classe trabalhadora. A novidade desta produção está, em primeiro lugar, no fato de ela contar com a nítida participação de historiadores, ou apresentar o que se poderia considerar como um enfoque de História Social, tanto da parte de historiadores quanto de cientistas sociais. Em segundo lugar, estes novos estudos colocam sob análise outras regiões do país, enriquecendo a reflexão com a possibilidade da diversidade e da comparação. A contribuição dos trabalhos sobre o Rio de Janeiro — objeto de nosso interesse nesta avaliação — é já significativa e importante, além de reveladora de novas óticas para se tratar de temas já tão discutidos. Apenas para exemplificar, no caso dos estudos sobre a classe trabalhadora, há toda uma produção voltada para o traçado das condições de vida e trabalho, dos valores e tradições da população urbana do Rio, bem como para a rediscussão das diversas correntes encontradas no sindicalismo carioca. No caso da industrialização, as preocupações mais recentes têm-se voltado para a especificidade do processo carioca e fluminense, de forma a distingui-lo do paulista, atribuindo com isso um peso menor às relações café-indústria como elemento explicativo da perda de dinamismo da economia do Rio de Janeiro.

* Esta resenha foi apresentada ao Grupo de Trabalho "Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais" no XI Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Aguas de São Pedro em outubro de 1987.

Antes de mais nada, é preciso ressaltar que este novo conjunto de trabalhos é muito heterogêneo. Ele é composto de livros, artigos e, em boa parte, teses de mestrado e doutorado, o que revela a ligação entre esta produção e os cursos de pós-graduação em História e Ciências Sociais, sobretudo na área da Grande Rio. São portanto numerosos os textos produzidos por pesquisadores júniores, com recorte nitidamente monográfico, contendo dados e informações até então desconhecidos. De maneira geral, a contribuição de tais monografias está mais em mapear novas possibilidades de análise, do que em apresentar propostas de interpretação mais substanciais. Inegavelmente, existem, também, os estudos que, mesmo com um recorte monográfico, conseguem discutir questões mais amplas, chegando a apontar linhas alternativas para a compreensão de uma série de temas. E, finalmente, existem os textos que, centrados em questões-chaves, têm por objetivo postular novas linhas interpretativas para a compreensão das especificidades do operariado e da industrialização cariocas.

Justamente na medida em que assumem uma perspectiva histórica, buscando repensar teses já clássicas e procurando recuperar os marcos de origem da formação da classe trabalhadora e da expansão industrial carioca e fluminense, estes estudos mais recentes concentram em geral sua atenção no período da República Velha. Apóiam-se sempre em cuidadosos levantamentos de dados, utilizando um número bastante diversificado e ainda não explorado de fontes históricas primárias. Além dos jornais operários, dos documentos de congressos, dos relatórios das associações de classe e das publicações oficiais, que já vinham sendo consultados, convém destacar, entre as fontes hoje manuseadas pelos pesquisadores, arquivos de fábricas, relatórios policiais, documentação cartorial, o arquivo da Junta Comercial e processos criminais. Cabe ressaltar ainda o recurso às entrevistas de história de vida, que integram à documentação escrita um material mais rico do que aquele obtido através do modelo questionário/entrevista tradicionalmente usado.

No que diz respeito à organização de nossa resenha, adotamos um procedimento diverso para a apresentação da bibliografia relativa ao processo de industrialização e aquela concernente à classe trabalhadora. Tendo em vista que grande parte dos estudos sobre o processo de industrialização

carioca e fluminense foi produzida tomando o modelo do complexo cafeeiro paulista como seu interlocutor explícito ou implícito, optamos por apresentá-los em sua relação com as propostas globalizadoras elaboradas com base na realidade de São Paulo. No caso dos estudos sobre a classe trabalhadora, embora a produção anterior, também, tratasse do exemplo paulista, não houve a proposição de um modelo globalizante. As generalizações decorreram principalmente da ausência de trabalhos que investigassem as especificidades regionais. Por isso, optamos por apresentar os inúmeros textos produzidos sobre a classe trabalhadora do Rio de Janeiro agrupados por áreas temáticas.

1. A Industrialização no Rio de Janeiro

1.1 As Teses "Clássicas"

Os estudos acerca da industrialização no Brasil, generalizados a partir da década de 1950 e produzidos em sua grande maioria por economistas, desenvolveram-se dentro dos marcos do pensamento cepalino.¹ Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) tinha por objetivo produzir análises próprias que permitissem um melhor entendimento da problemática latino-americana, em substituição aos modelos teóricos dominantes desenvolvidos a partir da realidade histórica de outros países.

Comprometido com a superação dos problemas estruturais da América Latina, tais como a dependência econômica e a elevação do nível de vida das massas populares, o discurso cepalino organizou-se em torno da questão da industrialização. Em sua perspectiva, colocava-se como ponto central que os países latino-americanos que lograram realizar sua industrialização o fizeram porque contaram com circunstâncias históricas desfavoráveis ao pleno funcionamento do modelo exportador.

Este ponto de vista, especificamente em relação ao Brasil, é expresso de forma clara por Celso Furtado no livro *Formação Econômica do Brasil*, editado em 1959. Segundo este autor, a crise de 29, ao provocar a queda acentuada dos preços do café, colocou em xeque o funcionamento do modelo exportador. No entanto, a política cafeeira adotada no início da década de 30, ao garantir a compra de cafés invendáveis externamente, assegurou a manutenção do nível de renda do País, funcio-

nando como uma medida antidepressiva. Se, de um lado, a demanda por produtos importados foi mantida, de outro, persistiam as dificuldades de importação, em consequência da depressão internacional. Tal situação criou condições favoráveis à produção interna de bens manufaturados.

Este tipo de enfoque localiza o desenvolvimento das indústrias brasileiras fundamentalmente no período posterior a 1930. No período anterior, a Primeira Guerra Mundial é interpretada como uma conjuntura específica, em que o afrouxamento das ligações do setor agroexportador com os mercados externos criou facilidades para o surgimento do primeiro crescimento industrial brasileiro.

Uma interpretação diferente é a que aparece na obra pioneira de Stanley Stein, *Brazilian Cotton Manufacture, 1850-1930*, publicada em 1957. A partir de uma cuidadosa pesquisa histórica, o autor demonstra a importância da expansão industrial brasileira anterior a 1930, destacando aí o papel dinamizador das atividades comerciais. Contudo, o trabalho de Stein teve muito pouca divulgação no Brasil nos anos que se seguiram ao seu lançamento, e sua contribuição para o debate acerca da industrialização brasileira só se efetivou plenamente nos anos 70. Seu livro só foi traduzido para o português em 1979.

De toda forma, com a crise do modelo desenvolvimentista cepalino nos anos 60, decorrente do fato de a industrialização brasileira não ter correspondido às expectativas, tornou-se necessário buscar novas perspectivas de análise. A tese de que a expansão industrial dos países latino-americanos estava associada aos momentos de crise do modelo exportador — no caso do Brasil, baseado no café — recebeu duras críticas, e, conseqüentemente, um amplo debate sobre o tema foi inaugurado no começo dos anos 70.

A obra de Warren Dean, traduzida em 1971, traria uma contribuição substantiva a esta discussão, recolocando em novos termos as relações entre atividade exportadora e expansão industrial. Do seu ponto de vista, a expansão industrial brasileira foi uma decorrência do crescimento das exportações de café, e a Primeira Guerra Mundial, contrariamente às análises até então consagradas, representou, não um elemento de incentivo, e sim um obstáculo à industrialização. Na medida em que a guerra criava entraves para a importação de bens

de capital, limitava o aumento da capacidade produtiva do nosso parque fabril. Assim também, a Grande Depressão e a crise do café quase paralisaram as indústrias de São Paulo em 1930, tendo a seguir dificultado o crescimento industrial durante toda a década.

Segundo Dean, ao promover o crescimento da renda interna, o comércio exportador do café criou no Brasil um mercado para produtos manufaturados. Impulsionou, também, o desenvolvimento de estradas de ferro e estimulou os investimentos em infra-estrutura, o que por sua vez integrou e ampliou este mesmo mercado. Além disso, o café foi responsável pelo aumento da oferta de mão-de-obra, ao estimular a imigração, e introduziu no País recursos em moeda estrangeira que passaram a ser utilizados para a importação de insumos e bens de capital destinados ao setor industrial.

Outro trabalho que merece ser citado é o de Vilela e Suzigan (1973), onde não só é questionado o argumento de que as dificuldades do setor exportador promoveram a expansão da indústria brasileira, como também é apontado como fator importante no estudo da industrialização o papel das políticas governamentais. Mais recentemente, em seu trabalho sobre as origens e o desenvolvimento da indústria brasileira entre 1855 e 1939 (1986), Suzigan retoma estas questões, defendendo a tese de que o desenvolvimento industrial no século XIX foi induzido pela expansão do setor exportador. Este impulso dinâmico arrefeceu após a Primeira Guerra Mundial, uma vez que, a partir de 1900, o próprio setor industrial, embora incipiente, já passara a estimular investimentos. Na década de 1920, em parte devido aos incentivos governamentais, acentuou-se a diversificação da estrutura industrial. Foi na década de 1930, entretanto, que a crise do setor exportador e a Grande Depressão romperam a ligação entre a cafeicultura e o crescimento industrial — embora o investimento industrial continuasse a depender da capacidade de importação criada pelo setor exportador —, iniciando-se assim um processo de industrialização via substituição de importações. Esta interpretação de Suzigan é, sem dúvida, de grande relevância, mas não enfatiza as diferenças e especificidades regionais do processo de expansão industrial.

As formulações acerca da complementaridade entre a economia exportadora e os

impulsos à industrialização foram igualmente desenvolvidas nos trabalhos de um grupo de economistas da Universidade de Campinas — Unicamp, entre os quais destacam-se Sérgio Silva (1976), Wilson Cano (1977) e João Manoel Cardoso de Melo (1982).² A despeito de seus enfoques específicos, estes estudos têm em comum a valorização das relações café-indústria como fator fundamental para a compreensão do processo de industrialização no Brasil. E, justamente por isso, atribuem um papel relevante à atividade industrial existente na Primeira República.

De acordo com estes trabalhos, o capital industrial originou-se na década de 1880, na esteira de um rápido processo de acumulação ocorrido no setor exportador de café. Contudo, a relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial era contraditória, em função da subordinação do segundo ao primeiro, e deste ao capital internacional. Assim, o desenvolvimento do capitalismo baseado no comércio do café, ao mesmo tempo que estimulou o desenvolvimento industrial, impôs-lhe limites que permitem caracterizá-lo como tardio e específico.

1.2 O Modelo do Complexo Cafeeiro

Do conjunto de estudos produzidos na Unicamp, destacamos aqui aqueles realizados por Wilson Cano (1977, 1978 e 1985), que, ao analisar o caso de São Paulo, oferece também propostas de interpretação sobre a industrialização no Rio de Janeiro. De fato, seu modelo do complexo cafeeiro, destinado a explicar as origens e o dinamismo da indústria paulista, pressupõe a possibilidade de generalização para as demais áreas cafeeiras do País.

Já em seu trabalho de 1977, utilizando os mesmos procedimentos de análise construídos a partir da realidade paulista, Cano procura demonstrar como e por que a economia carioca teria sofrido um processo de “retrocesso industrial”. Esta proposta de generalização do modelo do complexo cafeeiro e de sua aplicação para o entendimento das realidades econômicas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo encontra-se porém melhor explicitada em seu artigo “Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)”, de 1985.

Neste texto, tomando como referencial de análise a economia paulista, Cano pro-

põe-se explicar as razões fundamentais pelas quais as principais regiões cafeeiras do período assinalado tiveram dinâmicas distintas de crescimento e de transformação econômica. O elemento fundamental de diferenciação entre São Paulo e as demais regiões consistiria no fato de que apenas naquele Estado constituiu-se plenamente o complexo cafeeiro, já que, nos demais, as relações sociais de produção vigentes e as peculiaridades da comercialização e do financiamento do café não o permitiram. Assim, o elemento capaz de explicar seja a expansão industrial, seja a perda de dinamismo desta atividade, seria a relação café-indústria.

De acordo com esta perspectiva complementarista, no caso de São Paulo o elemento *propulsionador da industrialização* teria sido, portanto, o desenvolvimento da lavoura cafeeira. Instituído desde cedo o trabalho livre, São Paulo teria eliminado um freio à expansão do café, e ao mesmo tempo criado um amplo mercado para produtos alimentícios e industriais. Por outro lado, a expansão da lavoura teria também ampliado as bases de acumulação, abrindo oportunidades de inversão de capital tanto no desenvolvimento de uma agricultura mercantil como na indústria. Finalmente, teriam surgido condições para a criação de um mercado de trabalho livre que reduzia a pressão dos custos da produção industrial.

Enquanto São Paulo se expandia, a utilização mais intensa e prolongada do trabalho escravo na cidade e no Estado do Rio, teria esvaziado a possibilidade de criação de um setor agrícola dinâmico que pudesse trocar impulsos com o setor industrial. Dificultando o aparecimento de um mercado de trabalho livre e amplo, o escravismo prolongado teria impedido o desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios baratos — capazes por sua vez de baratear o custo da força de trabalho — bem como a criação de um mercado consumidor para produtos industrializados. Por inferência, conclui-se que, na medida em que a antiga economia cafeeira do vale do Paraíba e da região de Minas declinava, toda a economia fluminense e carioca entrava num processo de “inexorável atrofia”.

Esta proposta de análise foi aplicada especificamente ao Rio de Janeiro por Álvaro Pignaton (1977). Este autor, assumindo a industrialização paulista como paradigma da carioca, procura confrontar cada um

dos componentes do modelo de Cano — origens do capital, mercado de trabalho, mercado consumidor — com a realidade do Estado do Rio e do Distrito Federal. Ainda que Pignaton reconheça em parte a especificidade da cidade do Rio de Janeiro enquanto grande centro comercial, financeiro e político-administrativo dotado de certo grau de autonomia, no conjunto de sua argumentação, e principalmente, nas suas conclusões acerca da perda do dinamismo da indústria do Distrito Federal, esta perspectiva termina por diluir-se. As vantagens específicas da cidade são encaradas como fatores que apenas permitiram um adiamento do processo de esvaziamento econômico, já “determinado pela atrofia da economia regional, devido à intensidade e duração do escravismo que provocou a decadência definitiva da agricultura” (1977: 147).

Segundo este ponto de vista, com a crise da cafeicultura escravista, o desempenho da agricultura fluminense tornou-se medíocre, e a alternativa econômica foi a pecuária extensiva e de baixa produtividade, ao lado da monocultura da cana-de-açúcar na região norte do Estado. A existência de um setor agrícola em “estagnação” constituiu assim um freio à acumulação de capital.

1.3 Rio de Janeiro: Café, Indústria e Comércio

Um dos pontos fundamentais a ser destacado na produção acadêmica sobre a História do Rio de Janeiro, que se expandiu consideravelmente no final dos anos 70, é a tentativa de recuperar a especificidade da realidade carioca e fluminense, e questionar a validade das interpretações generalizantes produzidas a partir do paradigma da industrialização paulista. Muitos destes trabalhos, ainda que não oponham explicitamente suas propostas às interpretações de Cano e Pignaton, formulam conclusões que possibilitam um questionamento do emprego do modelo do complexo cafeeiro às realidades econômicas do Estado do Rio e do Distrito Federal.

A obra de Eulália Lobo (1977) deve ser lembrada como um esforço pioneiro nesta direção. Ao colocar à disposição dos pesquisadores grande número de informações, não só possibilitou o surgimento de inúmeros novos trabalhos, como chamou a atenção para as peculiaridades relativas à cidade do Rio de Janeiro, enquanto principal centro político-administrativo, comercial,

financeiro e industrial do País. Mais recentemente, num estudo sobre a burguesia comercial do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX (1985), a autora chama a atenção para o fato de que a atividade comercial carioca precedeu a expansão cafeeira no País. Tal circunstância indica que o crescimento e o dinamismo do setor comercial não esteve atrelado apenas à expansão do café fluminense.

Merece ser citado, também, neste conjunto de pesquisas, o trabalho mais recente de Maria Antonieta Leopoldi (1986), que, ao descrever a expansão industrial carioca e chamar a atenção para a importância desta atividade, fornece evidências que põem em questão a relação entre o declínio da cafeicultura escravista fluminense e o “retrocesso industrial” do Distrito Federal. A autora argumenta que, a despeito da aguda crise da cafeicultura fluminense nas décadas de 80 e 90 do século passado, o Rio se firmou como o principal centro industrial e financeiro do País justamente nesse período. Para isso contribuíram não apenas as características da cidade (centro financeiro, portuário, comercial e político-administrativo), como também as mudanças trazidas pelo regime republicano e a abolição da escravidão. Sob esta ótica, a crise do café fluminense, somada à abolição, em lugar de contribuir para a desaceleração industrial, colaborou para a reformulação da política econômica do governo federal, que, por sua vez, favoreceu a expansão industrial do Rio de Janeiro.

Ainda nesta linha de argumentação, pode ser mencionado o trabalho de Marieta de Moraes Ferreira (1985). Sem excluir as interligações entre a acumulação de capital nos setores comerciais do Distrito Federal e a cafeicultura fluminense em suas primeiras décadas, a autora demonstra que o desenvolvimento industrial carioca e fluminense não teve uma relação reflexa e imediata com a agricultura do Estado do Rio. Isto ocorreu porque o processo de industrialização carioca usufruiu de considerável autonomia, podendo manter um padrão de crescimento graças a um nível de acumulação de capital já existente no seio da comunidade mercantil local. A análise da performance dos comissários de café — elementos detentores dos principais lucros da cafeicultura — atesta que desde o começo da década de 1880 as taxas de lucros da cafeicultura declinavam, provocando uma diminuição continuada do montante de seus capitais, de suas retira-

das e de seus reinvestimentos. Este retrato da comercialização do café indica, assim, que, naquela conjuntura, a transferência de capitais da agricultura para os segmentos comerciais, era insignificante.

A investigação sobre as bases da expansão industrial do Estado e da cidade do Rio de Janeiro beneficiou-se em grande parte das propostas de análise de Versiani e Versiani (1978), voltadas para a performance da indústria têxtil no País. Ainda que não especificamente preocupados com o Rio de Janeiro, estes autores abriram novas perspectivas de análise, rompendo com uma visão dicotômica, ao defender a hipótese de que a industrialização surgiu como resultado dos estímulos produzidos pela conjugação de períodos de dificuldades e de expansão do setor exportador. Além disso, eles atribuíram relevância às questões cambiais e tarifárias como fatores de incentivo à expansão da indústria têxtil. As conclusões de Versiani (1980) indicam também que o setor cafeeiro não constituiu importante fonte de recursos diretos para a indústria, e que os capitais para a nova atividade provieram principalmente do comércio de importação e do reinvestimento de lucros do próprio setor fabril.

O trabalho de Ana Maria Monteiro (1985), procurando testar algumas propostas gerais de Versiani e Versiani, responde de maneira definitiva às questões relativas às bases da expansão industrial carioca. Através da análise da implantação das indústrias têxteis de algodão no Rio de Janeiro entre 1878 e 1895, a autora procura ressaltar a especificidade deste processo, decorrente em parte da condição da cidade, de capital do Império e em seguida da República. Sua pesquisa, realizada num universo composto por 12 fábricas instaladas no período, revela que o capital investido nesses empreendimentos não estava diretamente relacionado com a atividade exportadora. Na verdade, esses investimentos tinham como principais agentes os negociantes de tecidos, e ligavam-se ainda ao capital bancário.

O ponto de vista de Monteiro é reiterado em numerosos estudos de casos sobre a indústria têxtil carioca, tais como o de Bastos e Weid (1986), sobre a América Fabril, e o de Faria (1985), sobre a Companhia Brasil Industrial, mais conhecida como Bangu. A mesma linha de análise é encontrada em estudos acerca da expansão industrial em diversos municípios fluminenses.

Os trabalhos de Heloísa Serzedelo Correia (1985), sobre Friburgo, e de Ismênia Martins (1983), sobre Petrópolis, demonstram que a implantação de indústrias nessas localidades não se deu às custas de capitais acumulados localmente, mas ao contrário, articulou-se às atividades comerciais da cidade do Rio de Janeiro. Embora ainda sejam insuficientes os estudos sobre outros núcleos industriais fluminenses no início do século, como Niterói, Campos, Magé e Mendes, algumas informações preliminares são fornecidas de maneira esparsa por diversos trabalhos que convergem para uma mesma conclusão: a indústria fluminense se constituiu como um desdobramento da carioca.

Este conjunto de novos trabalhos fornece também subsídios importantes para se discutir a aplicação do modelo do complexo cafeeiro ao Rio de Janeiro, no que diz respeito ao problema do mercado de trabalho livre, ou seja, às questões da escassez e do encarecimento da mão-de-obra para a expansão industrial. Segundo este modelo, os altos salários vigentes no Rio de Janeiro seriam fruto da escassez numérica de mão-de-obra, associada aos altos custos dos gêneros alimentícios provocados pela "decadência" da agricultura fluminense, incapaz de abastecer o Estado do Rio e o Distrito Federal. Contudo, as análises mais recentes acerca da agricultura fluminense e das políticas econômicas implementadas pelos governos do Estado do Rio na Primeira República não corroboram este ponto de vista.

O trabalho de Sônia Mendonça (1977), ao analisar os efeitos da primeira política de valorização do café para o Estado do Rio, demonstra que não foi garantida ao setor cafeeiro uma lucratividade capaz de solucionar as dificuldades econômicas existentes. Em contrapartida, a autora assinala uma nova tendência da economia fluminense delineada paralela e proporcionalmente à crise da cafeicultura, e incentivada pelas elites dirigentes estaduais: a diversificação da agricultura.

Embora ressalte que esta tendência emergente teve sua implementação limitada e não representou uma solução definitiva para a crise da economia fluminense, Mendonça considera que a expansão do cultivo de gêneros de primeira necessidade abriu caminho para transformações expressivas. De acordo com os dados estatísticos apresentados, de 1903 a 1914 o crescimento da produção agrícola fluminense permitiu não só o auto-abastecimento, como a exporta-

ção de alimentos para o Distrito Federal. Tais conclusões refutam as teses tradicionais de que após a crise do café a economia fluminense se teria voltado exclusivamente para a pecuária extensiva.

O desenvolvimento de toda uma linha de estudos voltada para a História Agrária fluminense, com ênfase especial na análise dos regimes da propriedade e da produção de alimentos em diversos municípios, tem igualmente trazido contribuições significativas. O trabalho de Hebe de Castro (1987), que tem como objetivo analisar num município fluminense as relações entre a produção agrícola, voltada para o mercado interno, e a escravidão, questiona as interpretações correntes, de que o escravismo entrou a constituição deste mercado interno.³ A autora demonstra, inclusive, que a existência de uma faixa de produção de subsistência a cargo dos escravos chegou a gerar excedentes para a comercialização.

Em sua análise, Castro chama a atenção para a importância que o trabalho escravo teve na produção comercial de gêneros de primeira necessidade até às vésperas da abolição, chegando a afirmar que as dimensões do mercado interno da Província do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX foram suficientemente amplas a ponto de possibilitar a estruturação de uma organização produtiva escravista e comercial (1986: 90-91). Tanto durante como após a vigência do trabalho escravo, a produção agrícola de subsistência teria assim desempenhado um papel fundamental na regularização do abastecimento urbano. Por outro lado, no que diz respeito à agricultura a cargo de homens livres, a autora ressalta que a produção voltada para a subsistência não estava desarticulada do mercado interno, e que seus excedentes eram canalizados para os mercados regionais.

Um outro ponto a ser ressaltado nesta linha de análise refere-se à própria recuperação da cafeicultura fluminense. Salomão Turnovisky (1978), ao analisar o desempenho desta atividade econômica, resalta o surgimento no norte do Estado de novas áreas de cultivo baseadas no trabalho livre já no século XX.

Estas numerosas contribuições, se por um lado, evidentemente não defendem a existência de um dinamismo da agricultura fluminense, apontam para a insuficiência das interpretações que a qualificam como estagnada. Além disso, chamam a atenção para a importância de estudos específicos que analisem mais detidamente

a ligação entre as economias carioca e fluminense na virada do século. Destacam também que, se a implementação das políticas de diversificação agrícola não atingiu os resultados necessários, isto não se deveu essencialmente ao passado escravista, mas às opções políticas adotadas pelas elites dirigentes do Estado do Rio de Janeiro.

Se os altos custos da mão-de-obra no Distrito Federal (e este dado é reconhecido) não se explicam pelas dificuldades da agricultura fluminense em produzir alimentos, alguns trabalhos mais voltados para o estudo da classe trabalhadora fornecem subsídios para novas formulações. Gomes (1987) e Batalha (1986), ao apontar as denúncias dos jornais operários sobre os altos preços dos alimentos na cidade do Rio, demonstram que, naqueles diagnósticos, os preços elevados eram atribuídos basicamente aos mecanismos de distribuição e comercialização dos gêneros, muito mais do que à sua escassez.

Para Cano e Pignaton, o encarecimento da mão-de-obra no mercado de trabalho, explicava-se não só pela escassez de alimentos, mas também pela própria escassez numérica de trabalhadores. Mais uma vez os novos estudos, tanto sobre a industrialização quanto sobre a classe trabalhadora, oferecem contribuições interessantes. Bastos e Weid (1986), ao discutirem os problemas de mão-de-obra enfrentados pela América Fabril, destacam as dificuldades de disciplinar um contingente de trabalhadores de maneira a adequá-lo às exigências da produção fabril. O trabalho de José Murilo de Carvalho (1987) também enriquece esta discussão, ao chamar atenção para as inúmeras formas alternativas de ocupação que permitiam a não inserção do trabalhador no mercado formal de trabalho. A apresentação desses argumentos permite novas formulações acerca do encarecimento da força de trabalho carioca, não mais relacionando-o com a crise da agricultura fluminense.

Na lógica do modelo do complexo cafeeiro, um outro obstáculo importante à expansão industrial eram as limitações do mercado consumidor da denominada região do Rio de Janeiro. Em virtude do "retrocesso da economia fluminense" e da falta de integração entre as várias regiões do País, ocasionada pela descentralização vigente na Primeira República, a produção industrial carioca e fluminense teria tido dificuldades crescentes para comercializar suas mercadorias. As informações apresentadas por Eulália Lobo (1978) relativas a

esta questão são importantes. Para esta autora, os empreendimentos comerciais e financeiros cariocas tinham um âmbito de atuação amplo, participando de operações em outras regiões do País, o que lhes garantia a manutenção de um processo de acumulação independente dos mercados locais, bem como o controle de uma rede de produtos que permitia o escoamento da produção industrial.

Este mesmo ponto de vista é reforçado por Stein (1979), que fornece informações acerca da distribuição da produção têxtil carioca e fluminense em diversos Estados do País, chegando inclusive a atingir a região platina. Igualmente, Bastos e Weid revelam a extensa rede de distribuição dos produtos da América Fabril. Ainda que não preocupada especificamente com a questão industrial, Margareth Martins (1985), ao estudar a Estrada de Ferro Central do Brasil, ressalta o papel desta ferrovia como instrumento de integração do mercado interno e de distribuição de produtos manufaturados.

1.4 Uma Proposta Alternativa

Uma vez que os estudos apresentados fornecem subsídios para se questionar as interpretações que identificam, na crise da cafeicultura do Vale do Paraíba, a origem da perda de dinamismo da indústria carioca, cabe perguntar quais seriam os fatores responsáveis pela perda da posição hegemônica da produção industrial do Distrito Federal.

Bárbara Levy (1987) aponta alguns caminhos para tal investigação. Preocupada com a elevação dos componentes dos custos da produção industrial, a autora focaliza a questão das tarifas de energia elétrica como um fator explicativo relevante. De acordo com sua análise, a indústria carioca, no começo do século XX, aumentou constantemente sua dependência do fornecimento de energia feito pela Light. Se, por um lado, este fato evidenciava um movimento de modernização, por outro, a cobrança em ouro, a partir de 1914, de metade do valor das tarifas para novos consumidores ou para a ampliação de antigas instalações, propiciou um aumento considerável dos gastos com energia. Desta forma, criaram-se sérios entraves para a manutenção do crescimento industrial carioca.

O trabalho de Marco Antônio Guarita (1986) enquadra-se também nesta linha de análise, na medida em que a perda de dinamismo da indústria no Distrito Federal é interpretada a partir do aumento dos

custos da produção local provocado por fatores como tarifas de energia, transportes e salários.

Uma outra vertente a ser explorada de forma mais efetiva, como elemento explicativo importante, é a relação entre comércio e indústria. A estreita vinculação e dependência da indústria carioca e fluminense em relação às atividades comerciais de importação precisa ser mais aprofundada. Nesta linha, Flávio Versiani (1980) já chamou a atenção para o fato de que os investimentos dos importadores na produção industrial interna se apresentaram como uma possibilidade de evitar perdas através da diversificação. Esta era, entretanto, uma atividade colateral de cobertura de riscos, e que, conseqüentemente, trazia dificuldades para a expansão do setor, uma vez que o investidor poderia ter uma excessiva diversificação das atividades.

A vinculação da expansão industrial a uma fração do capital comercial, se por um lado desempenhou um papel de grande importância, não só na fundação e na manutenção dos estabelecimentos, como também na abertura de mercados para a sua produção, por outro, trouxe limitações. Estes empresários, em muitos casos, administravam os seus estabelecimentos industriais, utilizando-se dos mesmos métodos empregados na administração dos seus negócios comerciais. Entretanto, as prioridades de inversão se concentravam nos segundos, e não nos primeiros. Como os capitais investidos nos seus estabelecimentos industriais originavam-se principalmente de seus negócios comerciais, os empresários esforçavam-se ao máximo para que grandes somas não fossem arriscadas na indústria, a qual, embora começasse a se tornar viável, não oferecia ainda perspectivas de lucros rápidos e gigantescos.

Um observador das indústrias têxteis da década de 1910 dizia:

“Do ponto de vista administrativo, muitas fábricas brasileiras não são capazes de suportar qualquer período desfavorável prolongado (...). A organização típica é a sociedade anônima formada pela união de várias fábricas, à testa das quais se encontra uma pessoa que é muito mais um financista do que um industrial têxtil (...). Além de possuir ou controlar muitas fábricas, tais empresas geralmente se dedicam a várias iniciativas mais ou menos relacionadas (...). Enquanto essa diversificação tem certas vantagens que facilmen-

te se percebem, é duvidoso que ela conduza às práticas industriais mais econômicas ou mais sólidas.”⁴

Segundo Warren Dean (1979), com o avanço do desenvolvimento industrial, os importadores paulistas, muito mais do que os cariocas, tenderam a perder sua identidade de importadores e a se transformar em industriais de fato, o que explicaria o maior dinamismo da indústria têxtil de São Paulo em relação à do Rio. No entanto, não existem ainda estudos específicos que analisem a relação entre as atividades industriais e as grandes firmas comerciais de importação ou atacadistas cariocas, nem mesmo estudos sobre as características e a atuação desses setores. Uma investigação cuidadosa sobre seu desempenho certamente representaria uma contribuição importante.

Uma outra linha de análise sobre o esvaziamento econômico do Rio de Janeiro é a que focaliza questões de caráter político-administrativo. O ponto central do argumento proposto por J. P. de Almeida Magalhães (s/d) é o fato de a cidade do Rio ter sido, durante muito tempo, a capital do País. Tal contingência teria sido responsável pela formação de cidadãos dotados de um forte sentimento nacional e pouco preocupados com os problemas regionais. Este traço metropolitano teria dificultado o aparecimento de um *lobby* capaz de defender, através de negociações políticas, os interesses fluminenses, e a própria divisão político-administrativa entre a cidade e o Estado do Rio teria impedido a formulação de políticas integradoras destinadas a solucionar os desafios econômicos da região. A esta mesma linha de interpretação filia-se o trabalho de Melo e Considera (1986).

A despeito de todas estas valiosas contribuições, o estudo do processo de industrialização carioca e fluminense ainda está longe de encerrar formulações mais definitivas, permanecendo em aberto a novas pesquisas um amplo leque de questões.

2. A Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro

2.1 Os Enfoques “Clássicos”

Os estudos sobre a classe trabalhadora no Brasil também começaram a aparecer em fins dos anos 50 e início dos anos 60. A marca por excelência destes estudos, e sua grande contribuição, foi associar as questões relativas ao processo de formação

da classe trabalhadora com o tipo de desenvolvimento capitalista ocorrido no País, com destaque para as formas tomadas por nossa industrialização. É neste sentido mais geral que os trabalhos de Juarez Brandão Lopes (1964), Leôncio Martins Rodrigues (1967) e, numa perspectiva mais particular, Azis Simão (1966), procuram compreender os determinantes estruturais do comportamento do operariado brasileiro.

Estes determinantes, *grosso modo*, foram identificados na origem rural da mão-de-obra industrial; na importância da imigração para a formação do contingente inicial de trabalhadores; na magnitude do exército industrial de reserva; no tipo de inserção que os operários tinham em seu ambiente de trabalho, enfim, todos elementos explicativos de um perfil sociológico da classe trabalhadora. Por esta razão, este conjunto de estudos foi caracterizado por Luiz Werneck Vianna (1978)⁵ como tendo-se inclinado por um “enfoque sociológico” para responder aos problemas que o contexto político da época colocava quanto ao comportamento do operariado. Tais problemas estavam centrados primordialmente, de um lado, no populismo que caracterizava a política brasileira e, de outro, na heteronomia que marcava a participação política dos trabalhadores, o que por sua vez não podia ser dissociado do modelo corporativista de nossa organização sindical.

Para se entender a importância do apelo populista, era necessário recuperar a experiência dos trabalhadores ao longo da Primeira República e todo um processo através do qual um sindicalismo combativo e independente, apesar de frágil, se transformou em um sindicalismo com poder crescente, mas solidamente atrelado ao Estado. Por isso, os momentos privilegiados por este primeiro grupo de autores foram os anos do pré-30 e, o que é bem compreensível, seus estudos concentraram-se no exame do material empírico referente à cidade e ao Estado de São Paulo.

Um segundo conjunto de estudos sobre a formação de classe trabalhadora pode ser datado dos finais dos anos 60, vinculando-se ao esforço do pensamento social brasileiro em responder aos problemas colocados pela eclosão e pelos desdobramentos políticos do movimento militar de março de 1964. Retomando as interpretações anteriores, estes estudos inovam ao postular que o comportamento do operariado brasileiro, como de resto de qualquer operariado, não pode ser explicado somente a

partir de variáveis estruturais de natureza sociológica, desconsiderando-se a análise das conjunturas políticas específicas nas quais este comportamento teve lugar. Não se tratava — é bom ressaltar — de desqualificar a contribuição anterior. O enfoque desta nova produção, contudo, iria enfatizar a dimensão política nas interpretações sobre o processo de formação da classe trabalhadora.

A preocupação em compreender as razões que condicionaram o pacto populista dos anos 40 e sua derrocada em 64, bem como a dinâmica que deu origem ao nosso modelo de sindicalismo corporativista, que é mantido no pós-64, fez com que estes estudos sobre a classe trabalhadora passassem a privilegiar as relações desta classe com os partidos políticos, os vínculos entre partidos e movimento sindical, e a questão do peso eleitoral do operariado urbano. Desta forma, estes estudos deslocaram a investigação dos anos da Primeira República para os períodos compreendidos entre 1930-45 (quando tem origem a legislação trabalhista e sindical brasileira) e entre 1945-64 (quando o sindicalismo corporativista convive com os partidos da liberal-democracia). Embora tenha ocorrido este deslocamento quanto ao momento privilegiado para a análise, é bom observar que foi basicamente a temática do sindicalismo heróico ou burocrático, em seus vínculos com as questões da acumulação capitalista e do populismo, que orientou ambas as linhas interpretativas.

Os trabalhos de Francisco Weffort (1968, 1972, 1973 e 1978-9), sua polêmica com Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia T. de Almeida, e a tese de doutorado desta autora (1978) são exemplos significativos da importante contribuição que o “enfoque político” trouxe para os estudos da classe trabalhadora. Ainda vinculado a esta linha de preocupação está o livro de Luiz Werneck Vianna (1976), com a particularidade de, sem abandonar a ótica política, situar a legislação trabalhista e sindical em face da questão da acumulação capitalista no pós-30.

Vale ressaltar um último ponto relativamente ao tipo de produção acadêmica deste período. Em São Paulo, os temas da industrialização, do empresariado, do movimento operário e sindical, e, também, do processo de trabalho nas fábricas, estiveram sempre presentes, ganhando maior destaque nos anos 70. Já os trabalhos que tratam do Rio de Janeiro elegeram o tema

dos movimentos e conflitos urbanos policlassistas. Ou seja, estes textos procuraram enfatizar uma certa forma de atuação da população urbana, que se traduzia pelo afastamento do modelo clássico da luta por participação política, alimentando a construção de uma separação entre manifestações mais espontâneas e violentas e movimentos da classe trabalhadora, menos numerosos e significativos. Desta forma, a luta dos trabalhadores foi situada como um fenômeno à parte, desvinculado dos episódios centrais que agitaram a vida política da cidade.

Já a partir de finais dos anos 70, pode-se observar a emergência de dois outros conjuntos de estudos. Em primeiro lugar, surge uma série de textos, artigos sobretudo, que têm como ponto de partida os impactos derivados do processo de aceleração industrial — ou seja, do “milagre econômico” — sobre as formas de atuação do movimento sindical. Entra em cena como objeto de estudo o chamado “novo sindicalismo”, que atua dentro das fábricas mobilizando e organizando os trabalhadores, e questionando ao mesmo tempo antigas lideranças e práticas do sindicalismo corporativista.

O enfoque aqui continua a ser político, mas centra-se nas questões da relação entre democracia e corporativismo, prioriza a fábrica como espaço de luta e elege como momento privilegiado de análise o final da década de 1970 e a experiência do operariado do ABC paulista. Os trabalhos de Leôncio Martins Rodrigues (1979, 1980), Maria Hermínia T. de Almeida (1981, 1982 e 1983), Luiz Werneck Vianna (1981 e 1983) e Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (1981), são exemplos muito significativos deste tipo de análise.

Em segundo lugar, começa a surgir com mais força um outro conjunto de estudos sobre a classe trabalhadora que retorna às questões do movimento operário e sindical, de sua relação com o processo de industrialização e com o tema do populismo, mas assumindo nitidamente uma perspectiva histórica. Werneck Vianna, em sua resenha de 1978 para o BIB, já apontava a emergência desta nova tendência de estudos sobre a classe trabalhadora, ressaltando que o que fora até então matéria de reflexão de sociólogos e cientistas políticos especializados em sindicalismo começava a se transformar em terreno de análises históricas, quer realizadas por historiadores, quer não.

2.2 .O Processo de Formação da Classe Trabalhadora

Sem dúvida, o trabalho que pode ser destacado como pioneiro e grande estimulador das análises sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro é o livro de Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Industrial*, publicado em 1976. Apoiado em sólido levantamento de fontes históricas primárias — jornais operários em especial — Boris Fausto retorna às questões do movimento operário e sindical já clássicas na literatura especializada, revisitando o período da Primeira República e trabalhando com o operariado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Através da perspectiva comparada, Fausto relativiza conclusões e corrige generalizações, contribuindo, principalmente no que se refere ao operariado carioca, com o levantamento de novas questões e temas para a análise.

A grande contribuição de Boris Fausto foi ter apontado a maior complexidade das correntes existentes no sindicalismo carioca, onde militavam socialistas, anarquistas e “amarelos”, e destacado a importância e heterogeneidade desta última corrente. Segundo Fausto, não se pode associá-la simplesmente à idéia de um reformismo submisso e não-reivindicatório, uma vez que há exemplos de sindicatos amarelos combativos, como os do porto do Rio, em certos momentos da Primeira República. Procurando também estabelecer linhas de continuidade, entre o sindicalismo amarelo e o sindicalismo burocrático do pós-30, o autor cunhou a expressão “trabalhismo carioca”.

Como Boris Fausto foi o primeiro autor a dar às correntes amarelas um destaque merecido, seu trabalho passou a alimentar linhas interpretativas que só mais recentemente foram revistas. Entre os temas em debate figuram, basicamente, a idéia do sindicato amarelo como predecessor do sindicato “pelego”, e ainda a idéia de que os amarelos se tivessem concentrado no setor terciário da economia carioca (portos e ferrovias), composto predominantemente por um contingente de operários brasileiros. De toda forma, com o trabalho de Fausto, os anos da Primeira República e a temática do sindicalismo no Rio de Janeiro passaram a merecer atenção especial dos estudos que assumem uma perspectiva histórica no trato da questão da formação da classe trabalhadora.

Alguns trabalhos ilustram esta tendência e contribuem com um maior rigor e diver-

sificação no uso de fontes históricas, oferecendo assim dados para análises subsequentes. São exemplos os livros dos pesquisadores americanos J. Foster Dulles (1977) e Sheldon Maram (1979), centrados na questão do movimento operário com destaque para o Rio, e o trabalho de Eulália Lobo (1978), que lida com os temas das condições de vida e trabalho do operariado carioca e do processo de industrialização desta cidade.

Vale observar que o crescimento desses estudos históricos sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil apresenta algumas características reveladoras, conforme Werneck Vianna (1978) também já assinalou. Alguns temas, até então pouco tratados, ganharam grande relevância, como é o caso dos partidos políticos orientados para a classe trabalhadora. No entanto, se os trabalhos sobre o Partido Comunista são numerosos e diversificados (interpretações, coletâneas de documentos, textos mais memorialísticos), quase não se produzem estudos sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, que permanece assim um campo aberto a futuras análises.⁶

Por outro lado, esses estudos históricos apresentam uma franca tendência à regionalização. Até a década passada, a maior parte da produção acadêmica era desenvolvida em São Paulo, tendo esta cidade e Estado como seu foco de análise, muito embora, ao final, suas conclusões acabassem por ser generalizadas para todo o País. Certamente como reação a esta prática, que se mostrava cada vez menos esclarecedora, cresceu o interesse pelo exame de realidades locais, o que veio permitir um enfoque comparativo. Trabalhos sobre a formação da classe trabalhadora e seu comportamento político em outras cidades do País, como Juiz de Fora, Recife e Porto Alegre, constituem novidades nesta área de estudos (Dutra, 1981; Machado, 1983, e Soares, 1982).

Neste contexto torna-se muito significativa a contribuição trazida pelos estudos que têm as classes trabalhadoras da cidade e do Estado do Rio de Janeiro como seu objeto de análise. O que vai caracterizar sobremaneira esta produção é a busca de novas abordagens e, principalmente, a eleição de novas questões, que surgem como decorrência de um trabalho interdisciplinar na área da História e das Ciências Sociais. A nosso ver, talvez seja esta a principal contribuição destes estudos, que crescem

nos anos 80, e que procuraremos caracterizar.

Este conjunto diversificado pode ser dividido, *grosso modo*, em três grandes linhas de investigação. Em primeiro lugar, os estudos que têm como fio condutor a temática das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora carioca, quer privilegiando uma questão específica, quer relacionando várias destas questões entre si e, em especial, com a dinâmica do movimento sindical da cidade. Em segundo lugar, os estudos voltados para o próprio movimento operário e sindical, com destaque para o tema da diferenciação de correntes que domina este movimento no Rio. E, em terceiro lugar, os estudos que, centrados em uma reflexão sobre o espaço urbano carioca, discutem as formas de mobilização e participação políticas que marcaram o Rio, quer em termos de partidos políticos e associações de classe, quer em termos de movimentos sociais organizados ou não.

2.3 Condições de Vida e Trabalho

O número de estudos sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora carioca tem crescido muito, avançando na caracterização do perfil tanto da cidade, nos fins do século XIX e inícios do século XX, quanto da própria classe trabalhadora: sua composição étnica, sua distribuição por ocupações, seu modo de morar, de divertir-se etc.

Nesta área é importante começar registrando o papel pioneiro dos trabalhos de Eulália Lobo (1978, 1981), cuja principal contribuição foi ter reunido um volume significativo de informações sobre uma questão até então pouco observada, procurando relacioná-la com a dinâmica do movimento operário carioca na Primeira República e, em especial, com o problema da deflagração de greves. No caso particular e bem mais recente do artigo produzido em co-autoria com Eduardo Stotz (1985), as condições de vida dos trabalhadores cariocas são examinadas com o objetivo de serem utilizadas como variáveis explicativas de seu comportamento grevista. Embora desenvolvendo conclusões ainda preliminares, o texto aponta para um certo tipo de relação entre as mobilizações grevistas e os ciclos da economia carioca. Se até a Primeira Guerra Mundial a maior incidência de greves ocorreu em momentos de depressão do ciclo — em especial de declínio da produção industrial — entre 1915 e 1929 isto se deu em períodos de

ascensão da produção industrial. Portanto — e é isto o que queremos destacar — não é possível apontar *tout court* uma situação de deterioração das condições de vida dos trabalhadores, ou o inverso, como fator explicativo para o comportamento grevista. Ou seja, mesmo que indiretamente, o artigo suscita a necessidade de recurso a outros elementos explicativos, como, por exemplo, as condições da vida política da cidade e da própria classe trabalhadora.

Pode-se verificar também que um razoável número de estudos, onde se destacam as teses de mestrado, retorna à questão das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora a partir da discussão da reforma urbana que o Rio sofreu à época da prefeitura de Pereira de Passos. A reorganização do espaço urbano da cidade permite que as transformações das condições de habitação, transporte e saúde sejam examinadas, e que seus desdobramentos sobre a forma de vida das camadas populares em geral, e da classe trabalhadora em especial, sejam privilegiados. A tese de mestrado de Jaime Benchimol (1982), examinando a política de Pereira de Passos, teve aí um papel impulsionador, e o programa de pós-graduação da COPPE/UFRJ atuou como um estímulo ao caráter interdisciplinar que marca boa parte da produção realizada dentro desta linha de pesquisa.

No que diz respeito mais especificamente ao exame do problema habitacional, vários trabalhos foram elaborados. Todos eles convergem em sua descrição do processo de expulsão da população pobre do centro da cidade, decorrente da destruição dos cortiços e casas de cômodo, bem como da perseguição a todo um estilo de vida — tanto de trabalho como de lazer — onde imperavam as pequenas oficinas, as rodas de samba e de capoeira. Uma política agressiva e bem-sucedida liquidou com a “pequena África” e com tudo o que ela significava. A consequência de tal atuação foi a transferência desta população pobre (e, também, trabalhadora) para os subúrbios da cidade e para os morros. Vale registrar neste conjunto de textos os de Carvalho (1980), Rocha (1983), Elia (1984), Porto (1985), Pechman e Fritsch (1985), Padilha (1985) e Abreu (1986), os quatro primeiros apresentados como dissertações de mestrado em História à Universidade Federal Fluminense, e os três últimos ligados às pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ainda vinculado à pesquisa da Casa de Rui Barbosa, pode-se citar o arti-

go de Fritsch (1986), que tem como particularidade o fato de ressaltar que a questão da reforma urbana do Rio antecedeu a Proclamação da República, já se colocando no período imperial. Este dado vem relativizar as interpretações que vêm de forma muito instrumental a política de urbanização da cidade como efeito de uma mudança de mentalidade em função de uma nova ordem econômica capitalista.

É importante observar que vários desses trabalhos utilizam como fontes — e não apenas como ilustração — um belo material iconográfico, enriquecendo assim a reflexão sobre o tema. Por fim, cabe ressaltar o livro de Sevcenko (1983), que, ao se dedicar ao exame das relações entre tensões sociais e criação cultural na Primeira República, através da obra de Lima Barreto e Euclides da Cunha, traça um vivo painel das condições de vida na cidade.

No que diz respeito ao exame da questão da higienização do Rio de Janeiro, fator primordial para a garantia de capitais e mão-de-obra nos inícios do século, alguns artigos foram publicados na *Revista do Rio de Janeiro*, que durante o ano de 1986 serviu como veículo de divulgação para trabalhos de tese e de pesquisa. Discutindo a política sanitária empreendida em finais do século XIX e início do século XX, os artigos de Solis e Ribeiro (1985), Cavalcanti (1985) e Bodstein (1986), têm como mérito o fato de procurar relacionar especificamente o problema da saúde na cidade com as características da classe trabalhadora carioca. Neste conjunto destaca-se o trabalho de Bodstein, para quem a preocupação governamental com uma política sanitária de combate às epidemias não se deveu à repercussão das doenças sobre a força de trabalho urbano como um todo, nem ao fato de elas atacarem indiferentemente ricos e pobres. A autora demonstra que a ação sanitária dirigiu-se especificamente contra a febre amarela, e não outras doenças epidêmicas de gravidade equivalente, como a tuberculose. Isto pode ser explicado fundamentalmente pela altíssima letalidade da febre amarela sobre os imigrantes. Ou seja, para a autora, a política de saneamento do Rio deve ser lida principalmente como uma política que visava tornar viável o afluxo de trabalhadores brancos europeus, capazes de contribuir para o mercado de trabalho e de depurar o sangue mestiço do País, o que permitiria apresentar o Brasil ao exterior como nação civilizada e operosa. Analisando o quadro político do período, Bodstein demonstra

ainda que o governo Rodrigues Alves e a administração Pereira Passos se haviam tornado muito impopulares. A deterioração das condições de vida de amplas camadas urbanas associava-se, assim, a uma experiência de protestos populares, onde tinha papel importante a resistência vinda do movimento operário desde 1903.

A Revolta da Vacina, um movimento violento de oposição ao governo que reunia diferentes interesses e segmentos sociais, constitui um tema de destaque, não sendo mais situada nem como uma simples tentativa de golpe militar, nem como uma manifestação de ignorância popular. Tendo um espaço mais restrito no texto de Bodstein, este episódio é o centro do estudo de Sevcenko (1984), e talvez um dos momentos mais ricos do livro de Carvalho (1987, Cap. IV). Em todos estes trabalhos, a principal contribuição está na interpretação de que, neste episódio, o que mais ameaçou as elites políticas da época foi a forte participação popular. Carvalho, especialmente, demonstra a significativa presença de um protesto da classe trabalhadora indissociável dos fatos da revolta popular. Este ponto é significativo e será retomado posteriormente, pois assinala a impossibilidade, no contexto da cidade do Rio nas décadas da Primeira República, de se isolar perfeitamente o que é popular do que é operário.

Ainda neste conjunto de estudos, dois textos podem ser destacados. O primeiro deles é o artigo de Silva (1986), que trabalha com uma coluna do *Jornal do Brasil* — folha de tipo popular na época — intitulada “Queixas do povo”. Publicadas gratuitamente e podendo ser relatadas nas agências do jornal, as “queixas” tornaram-se muito procuradas no Rio. O levantamento da coluna durante o mês de abril dos anos de 1900, 1905 e 1910 permite ao autor acompanhar os problemas da cidade, tal como eram identificados e expressos pelas camadas populares urbanas. Reunindo este material segundo a categoria profissional dos queixosos, sua distribuição geográfica pela cidade e ainda segundo a autoria das queixas (individuais ou de grupo), Silva discrimina, entre outros assuntos de menor incidência e importância, a violência policial e a de grupos marginais; a péssima qualidade dos serviços da cidade; os baixos salários e as más relações de trabalho entre patrões e empregados (mesmo quando o primeiro era o Estado). O texto avança em relação a outros, ao lidar com a temática da classe traba-

Ihadora da cidade através do perfil das profissões e, sobretudo, ao postular que a discussão das condições de vida e trabalho do “povo” eram uma moldura possível para o exercício da cidadania na época. Neste sentido, o autor defende que a própria utilização do espaço oferecido pelo jornal pode e deve ser entendida como uma busca de participação, mesmo que distinta da participação política formal.

Neste mesmo filão situa-se o livro de Chalhoub (1986), que discute as condições de vida e trabalho da população carioca, utilizando como fonte 140 processos criminais de homicídio ou de tentativa de homicídio referentes à segunda década do século XX. Em texto de fácil leitura, o autor cativa com uma feliz montagem do argumento. Em “Sobrevivendo”, as condições de trabalho traçadas mostram a difícil luta pela vida e a forte competição travada entre os trabalhadores, que emergem como grupo heterogêneo em cor, sexo e nacionalidade. As condições de vida na “casa” e na “rua” aparecem em “Amando” e “Matando o Bicho e Resistindo aos Meganhas”, onde as relações de amor e o ódio entre homens e mulheres trabalhadores e não-trabalhadores ganham novos contornos. O livro tem como marca o fato de privilegiar as representações dos próprios atores sobre seu mundo social, contribuindo para apontar claramente os amplos espaços que a cidade do Rio — por suas características específicas — abria às estratégias informais de sobrevivência de sua população urbana. Esta possibilidade, que fortalecia formas de resistência à ação disciplinadora do mercado de trabalho e tornava mais difícil distinguir claramente entre trabalhadores e não-trabalhadores, reforça o ponto já mencionado sobre a impossibilidade de, no Rio de Janeiro, se dissociar movimentos sociais urbanos e movimentos de resistência operária.

Para encerrar, cabe mencionar o artigo de Ribeiro (1986), que lida com a temática da imigração portuguesa, a mais importante para o Rio de Janeiro. A contribuição mais interessante do texto é apontar para o desenvolvimento de um antilusitanismo entre os próprios trabalhadores, como mais uma forma de denúncia e resistência àqueles que se enquadravam no mercado de trabalho formal. De fato, pode-se pensar que a oposição entre “cabras” — em geral homens mestiços e nacionais — e “pés-de-chumbo” — os imigrantes portugueses de cor branca — traduzia não só uma dimensão da questão racial no Rio, como igual-

mente uma dimensão do próprio antilusitanismo. Geralmente, a representação do português mais registrada pela literatura, é a do explorador da terra, elemento que domina o comércio a grosso e a retalho da cidade e que tem grande poder na imprensa. É a este antilusitanismo das elites políticas e intelectuais da Primeira República que se pode contrapor o antilusitanismo dos “cabras”, homens que, mesmo trabalhando, resistem à disciplina do trabalho, ou seja, não são “bons trabalhadores”.

Utilizando-se, como Chalhoub, de material colhido em processos criminais que tratam deste tipo de rixa, Ribeiro mostra como, ao lado e ao mesmo tempo em que é construída a imagem do “português rico”, explorador do País, é construída a imagem do “português pobre”, protótipo do trabalhador branco, ordeiro e vinculado ao código do sacrifício e da abnegação ao trabalho. A discussão aberta pela autora, acrescentando novos elementos, nos ajuda a compreender por que, numa cidade onde objetivamente existia uma grande quantidade de “mão-de-obra sobrando”, era tão grande a preocupação governamental em trazer imigrantes e era tão difícil ao patronato criar, manter e repor seus “bons trabalhadores”. O que desejamos apontar é que, justamente porque uma ética do trabalho entendida como fator importante para a criação de um contingente de trabalhadores assalariados — ainda estava sendo construída, e portanto não vigorava completamente nas fábricas e negócios do Rio, a existência de um vasto contingente de mão-de-obra de reserva não dá conta da problemática do mundo do trabalho e do mundo não-trabalho desta cidade.

2.4 O Movimento Operário e Sindical em Questão

Um outro conjunto de estudos reúne textos que discutem as condições de formação e regulamentação de um mercado de trabalho, bem como as características do movimento operário e sindical no Rio de Janeiro. Além do trabalho pioneiro de Boris Fausto, já comentado, também exerceu um papel estimulador nesta área o livro de Maram (1979), tanto pela época de publicação, quanto por sua contribuição original, ao relativizar dois pontos correntes na literatura sobre o tema.

O primeiro deles refere-se às relações entre imigrantes e movimento operário, uma vez que Maram, como Fausto, trabalha com as cidades do Rio e de São Paulo.

Se, de um lado, o autor continua sustentando a importância da atuação dos imigrantes para a corrente anarquista, de outro, demonstra que a proporção entre lideranças nacionais e estrangeiras no movimento sindical carioca era bastante equivalente, ao que acrescenta o dado de que portugueses e brasileiros constituíam a maioria esmagadora da população da capital federal. O segundo ponto refere-se à maior complexidade das opções políticas existentes no movimento operário carioca, onde socialistas e "sindicalistas" (Cap. V) conviviam e disputavam espaços com o anarquismo. Ainda no que diz respeito à diversidade reinante no movimento operário do Rio, Maram chama a atenção para as dificuldades políticas advindas dos conflitos étnicos que dividiam as associações de classe dos trabalhadores cariocas. Sobre estas associações, vale registrar o artigo mais específico de Conniff (1975), além de sua tese de doutoramento (1976).

A partir destas colocações, as questões do papel dos imigrantes como liderança do movimento sindical carioca e sua vinculação com o anarquismo, de um lado, e, de outro, da diversidade de opções políticas existentes neste movimento, não cessaram de ser objeto de reflexão dos pesquisadores do assunto. Muitos trabalhos foram elaborados, alguns dos quais trazendo contribuições significativas. Entre eles estão as teses de mestrado de Cruz (1981) e Campos (1983). A primeira, elegendo como foco de análise a greve carioca de 1917, constrói um vivo painel do que constituía a classe trabalhadora e o movimento sindical carioca naquele momento. A autora reúne evidências que comprovam a presença maciça de lideranças de trabalhadores (e não só de intelectuais) nacionais no movimento operário e sindical carioca, muito menos marcado do que o paulista pelo papel de líderes imigrantes. Além disso, demonstra a impossibilidade de interpretação que associa imigrantes a anarquismo e nacionais a correntes amarelas do sindicalismo. Segundo seus dados, encontramos no Rio toda sorte de combinações, ou seja, imigrantes "reformistas" e, logicamente, brasileiros anarquistas. Em seu trabalho, a importância das correntes do sindicalismo amarelo no Rio fica mais uma vez patenteada, assim como fica esclarecida sua maior penetração junto aos trabalhadores do setor de serviços da cidade, quer públicos, quer privados. Neste sentido, Cruz desqualifica completamente as interpretações segundo as quais eram os trabalhado-

res nacionais empregados pelo Estado os que mais aderiam a um modelo de sindicalismo reformista. Nem a nacionalidade, nem o patrão Estado explicariam de fato a força das correntes amarelas no Rio de Janeiro.⁷

Estas conclusões são significativas, uma vez que outros textos continuavam a se apoiar nesta interpretação, como é o caso da tese de Silva (1977). Contudo, fica cada vez mais claro que ela não se sustenta e deve ser abandonada, como ilustra o texto de Albuquerque (1985), que trabalha especificamente com o sindicalismo portuário carioca. Boris Fausto já ressaltara a importância e a especificidade deste sindicalismo, chamando a atenção para seus vínculos com as autoridades públicas e, em especial, policiais, além de destacar a violência de suas práticas, que sugeriam uma espécie de "gangsterismo sindical". A tese de mestrado de Albuquerque vai neste rastro, concebendo esta experiência sindical em termos de um "pragmatismo político", muito distinto de uma concepção que qualifica o sindicalismo amarelo como opção nitidamente submissa e atrelada a interesses estranhos à classe trabalhadora. Seu estudo também começa a relacionar as condições de trabalho vigentes no porto do Rio com as orientações reivindicatórias deste sindicalismo.

É exatamente este o objetivo específico do artigo de Cruz (1986), produzido como parte de sua tese de doutorado ainda em elaboração. Neste texto a autora ressalta que, embora se reconheça a importância do processo de trabalho para a compreensão do comportamento operário, este processo tem sido muito pouco utilizado nos estudos sobre as organizações sindicais e formas de luta dos trabalhadores. Sua proposta é superar esta separação entre o mundo do local de trabalho e o mundo sindical, estudando o processo de trabalho no porto do Rio para utilizá-lo como variável explicativa do comportamento sindical dos portuários na Primeira República. A seu ver, é a prática do *close shop* que funciona como ponto orientador da reflexão, ao articular as formas de recrutamento da mão-de-obra do porto com uma das principais bandeiras da luta sindical.

Outra importante contribuição para a discussão do tema do sindicalismo amarelo no Rio de Janeiro da Primeira República são as teses de Zaidan (1981) e Batalha (1986). Ambos os trabalhos utilizam um rico levantamento de fontes, o que os torna leitura necessária sobre o tema, ao lado

do texto de Cruz (1981), já citado. O confronto é particularmente interessante uma vez que os autores constroem interpretações distintas sobre as características da opção sindical amarela. Zaidan, concentrado na análise do sindicalismo-cooperativista da primeira metade da década de 20, explica a ascensão desta corrente sindical como decorrência de um projeto político de cooptação dirigido à classe trabalhadora pelo governo Bernardes. Desta forma, o sindicalismo amarelo emerge basicamente como um fruto da intervenção estatal sobre o movimento operário, dirigido por lideranças e interesses estranhos à classe. Já Batalha sustenta justamente o argumento inverso. O sindicalismo amarelo, definido como aquele que busca atuar nos limites da legalidade — e que não seria uma corrente restrita ao Rio — tinha profundas ligações com a classe trabalhadora, não podendo ser analisado como uma opção imposta pelo Estado ou pelo patronato de “fora” para “dentro” da classe. Neste sentido, o autor defende a existência de um projeto de sindicalismo reformista autônomo que traduziria uma certa forma de “consciência de classe”, mesmo que “limitada” a uma consciência *trade-unionista*. Por esta razão, o sindicalismo amarelo da Primeira República não poderia ser visto como um antecessor do peleguismo do pós-30. Esta linha de continuidade deveria ser desmistificada, e o papel da intervenção estatal no pré e no pós-30 diferenciado. Finalmente, a possibilidade de ascensão dos amarelos, muito heterogêneos entre si, poderia ser explicada pela existência no Rio de Janeiro de maiores espaços de negociação entre autoridades públicas e trabalhadores.

Esta proposta de análise, mais proveitosa a nosso ver, permite refletir melhor sobre a diversidade de correntes existentes no seio do movimento operário e sindical carioca. É ela que norteia a reflexão sobre a multiplicidade de projetos de construção da classe trabalhadora em competição ao longo da Primeira República desenvolvida na tese de doutorado de Gomes (1987).

Na mesma linha que discute a questão do sindicalismo amarelo, mas distinguindo-se por tratar da experiência do sindicato dos metalúrgicos no pré e no pós-30, está a dissertação de mestrado de Stotz (1986). Seu objetivo é examinar a dinâmica política que presidiu a transformação deste sindicato, que na Primeira República esteve sob a influência sucessiva dos anarquistas e dos comunistas e no pós-30 passou

a atuar na área do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Sua tese, que converge para a linha interpretativa de Batalha, é a de que a adesão de várias associações de classe ao modelo sindical proposto no pós-30 não pode ser reduzida unicamente à força coercitiva do Estado. O autor ressalta a presença de elementos vinculados ao movimento sindical carioca que acreditavam poder extrair benefícios das relações harmoniosas entre sindicato e Estado, o que não pode ser entendido como uma automática submissão, ou como um necessário abandono do que era entendido como os interesses dos trabalhadores.

Maria Hermínia T. de Almeida (1978) já demonstrara, trabalhando com sindicatos paulistas no pós-30, que mesmo as correntes de esquerda do movimento operário, sobretudo a partir de 1933, concordaram em entrar para o sindicalismo oficial como uma nova forma de resistência, mesmo porque os sindicatos livres não conseguiam um mínimo de estabilidade organizacional. Assim, estar dentro dos sindicatos oficiais neste período inicial da década não significa nem aceitação total nem submissão ao projeto governamental. O que Stotz acrescenta ao argumento é que mesmo aqueles setores do movimento sindical que aceitaram o projeto oficial, não podem ser entendidos como desligados de um tipo de luta em nome dos interesses dos trabalhadores. Ou seja, o texto aponta para a existência de várias definições do que eram estes interesses, do que era esta classe, e, obviamente, de qual era a melhor forma de atuar a seu favor. Porém, o texto é principalmente um estímulo para se pensar que o corporativismo foi avaliado como uma alternativa política importante, quer como estratégia possível de luta, quer como arranjo que possibilitava alcançar benefícios para a classe.

O ponto polêmico da proposta de Stotz, a nosso ver, é que ela desemboca numa distinção entre dois projetos. Um projeto de “corporativismo societário” — designação que neste contexto mereceria maior reflexão — que seria sustentado por lideranças que viam na colaboração com o Estado o melhor caminho para a defesa dos interesses dos trabalhadores, e um projeto de “sindicalismo pelego”, este sim sustentado por lideranças atreladas aos interesses estatais. A questão, neste caso, não é tanto a de reconhecer que no esforço para a implementação do projeto sindical do pós-30 tomam parte lideranças do movimento operário de tradição reformista e

novas lideranças criadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ligadas à sua orientação. O problema está em considerar uma espécie de distinção entre os "falsos" e os "verdadeiros" colaboracionistas, através da possível separação entre os que acreditavam defender os interesses dos trabalhadores via sindicalismo oficial e os que traíam estes interesses, pois, "de fato", agiam segundo orientação estatal. Mais profícuo, talvez, fosse evitar tal associação, lidando com o complexo contexto do pós-30 para realçar os variados engajamentos e sentidos da experiência sindical, rompendo assim com a idéia de um Estado que atua à revelia completa dos trabalhadores. *O campo para tal tarefa, como Stotz ilustra, está em aberto, e ainda há muito o que fazer.*

Vale citar aqui, por também trabalharem com metalúrgicos — de Niterói, da Fábrica Nacional de Motores e de Volta Redonda — as teses de doutorado de Pessanha (1986), Ramalho (1987) e Morel (1987). Destacando a situação de crise em que vivem atualmente estes sindicatos, os autores traçam as relações entre as transformações que afetaram as condições de trabalho dos metalúrgicos e as transformações que incidiram sobre sua prática sindical. Tendo como foco de análise períodos mais recentes da vida destes sindicatos, estas teses retomam sua experiência histórica, confrontando vivências e avaliações de lideranças mais antigas e mais novas, e refletindo sobre as linhas de continuidade e descontinuidade entre o presente e o passado da vivência política sindical.

Por fim, cabe destacar dentro deste conjunto de estudos os textos de Ângela de Castro Gomes (1979) e Maria Alice de Carvalho (1983), que lidam com a problemática da regulamentação do mercado de trabalho tendo como fio condutor o papel desempenhado pelo patronato da cidade do Rio de Janeiro. O livro de Gomes centra-se no processo histórico de elaboração da legislação social, demonstrando como o patronato atuou como um grupo de pressão, de início bloqueando a implementação das leis e, em seguida, adaptando e minimizando os custos econômicos e políticos de sua efetivação. Neste caso, o estudo percorre o período que vai de 1917 a 1943 — data da Consolidação das Leis do Trabalho — postulando a importância da Primeira República para a compreensão do modelo de legislação do trabalho que se estabelece no pós-30. A tese de mestrado de Carvalho contribui particularmente ao

traçar as linhas de contato e resistência entre a cidade e a fábrica no contexto carioca, ressaltando, por outro ângulo, as características urbanas do Rio de Janeiro. No desenvolvimento de suas reflexões, a autora também contribui ao contrapor a experiência associativa e política do patronato carioca à do paulista.

No que se refere ao problema da formação do mercado de trabalho no Rio, é interessante ressaltar a contribuição do livro de Bastos e Weid (1986). Realizando um estudo sobre a companhia de tecidos América Fabril, um dos mais importantes grupos industriais cariocas na Primeira República, as autoras destacam a preocupação da empresa com a questão do controle do trabalho fabril. Uma das estratégias essenciais para a garantia do desempenho e da produtividade da empresa, este controle se desdobra em toda uma "política social" que envolve a criação de uma Caixa Beneficente (em 1911), a construção de vilas operárias, de escolas e, especialmente, a formação da Associação dos Operários da América Fabril (em 1919). Esta associação foi, na verdade, praticamente o grande e único sucesso de uma iniciativa patronal preocupada em formar trabalhadores disciplinados e operosos.

Exatamente ao acompanhar as relações entre patronato e trabalhadores na fábrica, as autoras apontam para as dificuldades experimentadas por esta política de controle empresarial. Fica muito clara, por exemplo, a grande rotatividade da mão-de-obra, que saía da fábrica principalmente por abandono de serviço ou por demissão por faltas. Em ambos os casos, o que se pode deduzir é, mais uma vez, a forte resistência da mão-de-obra às práticas disciplinares necessárias ao trabalho fabril. Neste sentido, o trabalho de Bastos e Weid é mais um estudo que contribui para o esforço de pensar a cidade do Rio como um espaço onde uma ética de mercado convivia de forma tensa com outras alternativas de sobrevivência para as camadas populares.

2.5 Cidade e Política

O último grupo de estudos que delimitamos elege como temática as características da cidade do Rio de Janeiro, para então pensá-la em conexão com as questões clássicas da mobilização e organização políticas, quer através das experiências dos chamados movimentos sociais urbanos, quer

através dos esforços para a montagem de partidos e associações de classe.

Contribuições muito diversas podem ser alinhadas aqui, cobrindo assuntos variados como o movimento jacobino da virada do século (Costa, 1984 e Queiroz, 1986); a revolta da vacina (Sevcenko, 1986); a revolta anarquista de 1918 (Ador, 1987), e a experiência de formação de partidos políticos operários em 1890 (Pádua, 1985). Se, de início, a maior parte dos estudos que relacionam a cidade e a política, tendo como foco o Rio de Janeiro, privilegiava os conflitos urbanos policlassistas, procurando inclusive distingui-los dos movimentos de resistência operária, os estudos mais recentes abandonam esta possibilidade e procuram enfatizar as diversas modalidades de participação política que a cidade conheceu. O que une este conjunto é exatamente a tentativa de demarcar os experimentos que a cidade do Rio pôde abrigar, articulando segmentos sociais diferenciados numa mesma vivência política.

A contribuição mais importante desta produção, não tão numerosa, mas muito significativa, é sua reflexão sobre os temas da cidade e da cidadania e sobre o próprio sentido do universo da política no Rio. Ou seja, privilegiando a questão da mobilização das camadas populares, estes estudos retomam o problema do que é participar da "política" da cidade. Com isso, ao invés de traçar uma dicotomia entre um universo político formal e um universo pré-político ou não-político, acabam por alargar o próprio conceito de política, que, ultrapassando a idéia de procedimentos políticos oficiais, pode abarcar a idéia de interferência no espaço público através das mais diferenciadas práticas e com os mais diferenciados aliados.

Alguns trabalhos são especialmente importantes. José Murilo de Carvalho (1985 e 1987) e Maria Alice de Carvalho (1985) caminham juntos na indagação de que tipo de cidade é o Rio de Janeiro. Uma vez assentadas certas características de seu processo histórico de formação e modernização, os autores refletem sobre a natureza das formas de participação política que a cidade alimentou ou deixou de alimentar. Para ambos, estabelecido um confronto inicial com o modelo das "cidades européias" — ou seja, anglo-saxônicas, em suas formas competitivas de associativismo desenvolvidas pela hegemonia do mercado capitalista — a conclusão é de que o Rio segue um outro modelo — o das "cidades ibéricas", marcadas por normas integrati-

vas de associação e pela forte presença do aparato estatal.

Esta configuração inicial não teria sofrido transformações substanciais quando do processo de modernização — urbanização e industrialização — por que passou a cidade entre 1870 e 1920, aproximadamente. Seria justamente este tipo de processo de mudança social urbana que explicaria a natureza e o perfil das formas de mobilização popular vividas no Rio, desde a revolta do vintém de 1880, até o grande surto grevista de 1917, por exemplo. Neste raciocínio, a cidade e a política se encontrariam e se revelariam numa relação cúmplice.

Contudo, se até este ponto os dois autores praticamente trabalham com o mesmo argumento, José Murilo avança ao postular que, com a abolição e a República, elementos "modernos" foram introduzidos na dinâmica desta "cidade ibérica", criando um conflito onde não houve nem equilíbrio entre dois pólos, nem superação de um pólo pelo outro. O que ocorre, para o autor, é a constituição de um "novo híbrido" que se traduz no que ele chama de experiências de "carnavalização do poder". Desta forma, o típico da política carioca é exatamente esta permanente e insolúvel tensão entre Estado e mercado, ou entre burocracia e proletariado, ou ainda entre ordem e desordem.

A idéia de "carnavalização do poder" se materializaria, por exemplo, na presença de numerosas e efetivas formas de negociação e de composição política entre a população urbana (classe trabalhadora, em especial) e as autoridades públicas. Os experimentos viriam tanto do mundo do trabalho, com o associativismo de corte positivista dos operários do Estado ou o sindicalismo-cooperativista dos anos 20, quer do mundo "fora" do trabalho, com a participação das autoridades em festas populares religiosas, no carnaval etc. Em seu texto, José Murilo destaca como, na cidade do Rio de Janeiro, a República acaba por boicotar os ensaios de participação cujo cerne era a conquista da cidadania política, e como as camadas populares respondem a este bloqueio inventando outras possibilidades de participação que escapam à arena política formal. É este o sentido de sua conclusão final, ao afirmar que o povo carioca não era "bestializado", mas "bilontra", ou seja, esperto e malandro, na séria tradição política da cidade.

As estratégias populares para driblar sua exclusão política englobariam tanto proce-

dimentos de “resistência passiva” — a ausência eleitoral — quanto movimentos de revolta aberta dos tipos mais variados. O que é importante ressaltar é a possibilidade de se entender esta variada gama de procedimentos como um esforço das camadas populares para intervir no espaço público da cidade. Contudo, se este esforço percorreu caminhos múltiplos e inusitados, ele também não abandonou completamente a arena formal da política e do competitivo mundo do trabalho. É justamente este outro lado da moeda que a tese de doutorado de Gomes (1987) vai discutir.

Refletindo sobre o processo histórico de formação da classe trabalhadora e tomando como espaço empírico de análise a cidade do Rio de Janeiro no período que vai da Proclamação à queda do Estado Novo, a autora prioriza os projetos que visavam estender o espaço de participação na arena política formal. Durante toda a Primeira República, estes projetos foram elaborados principalmente por lideranças vinculadas à classe trabalhadora e foram se afirmando através da construção de uma figura de trabalhador e de variadas formas organizacionais, partidárias e sindicais.

Desta forma, se Carvalho (1987) ressaltava a importância de uma “ética da malandragem” para a compreensão dos fenômenos sociais e políticos da cidade durante a Primeira República, Gomes destaca a presença paralela dos esforços de criação de uma “ética do trabalho” que, identificando e valorizando a figura do trabalhador brasileiro, completa-se com a luta pela construção de canais organizacionais capazes de assegurar sua participação política nas decisões públicas. As sucessivas tentativas de formação de partidos socialistas; as dificuldades dos anarquistas para a difusão de seu modelo de sindicalismo de resistência; a fundação do Partido Comunista e sua infiltração no sindicalismo carioca; o sindicalismo cooperativista dos anos 20, enfim, todos estes projetos participam da luta pela construção da identidade da classe trabalhadora durante os anos da Primeira República.

O estudo se prolonga e procura articular o período do pré e do pós-30 — com suas descontinuidades e continuidades — defendendo o argumento de que o sucesso do projeto trabalhista construído no Estado Novo precisa ser entendido como o sucesso de um discurso político que reelabora, em outro contexto, elementos-chaves do discurso produzido pelas pró-

prias lideranças da classe trabalhadora nas décadas anteriores. Neste sentido, o pacto entre Estado e classe trabalhadora possui uma dupla dimensão. De um lado, como a literatura já enfatizava, uma dimensão material de cálculo utilitário, que envolve a implementação da legislação social e todos os seus desdobramentos. De outro, uma dimensão simbólica, pela qual os trabalhadores se reconhecem no discurso trabalhista e recebem os benefícios da legislação como “dons” do Estado, estabelecendo com ele um contrato político comandado pela lógica da reciprocidade.

2.6 A Título de Balanço

Como conclusão, é interessante retomar certos temas já discutidos nesta resenha para ressaltar linhas de análise que certamente apontam novas perspectivas para o estudo da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.

A primeira contribuição a ser destacada diz respeito à questão da experiência associativa dos trabalhadores cariocas. Diversos textos, de forma bem variada, registram a forte presença das associações mutualistas, que foram bem anteriores a quaisquer outros modelos concorrentes e, justamente por isso, construíram tradição entre os trabalhadores. Os dados dos estudos de Batalha (1986) e Carvalho (1987) são particularmente categóricos ao atestar que, de 1903 a pelo menos 1912, este tipo de associativismo não cessou de crescer em número e adesões na cidade. Por isso, é possível verificar que vários sindicatos tiveram origem em associações mutualistas e, de uma certa maneira, muitas destas associações passaram a incluir práticas de resistência. Os desdobramentos políticos deste fato podem ser sentidos, por exemplo, pelas dificuldades que os anarquistas enfrentaram ao propor como modelo de organização sindical os sindicatos de resistência com filiação doutrinária explícita. A própria composição do que era na época da Primeira República a classe trabalhadora carioca — artistas, operários do Estado e de fábrica, empregados do comércio etc. — ajuda a entender por que o modelo do sindicato de resistência não substituiu a tradição das associações mutualistas, como desejavam os anarquistas. Neste sentido, a experiência carioca é bem distinta da paulista, onde os dois modelos de associação datam mais ou menos da mesma época, competindo de forma mais paralela

pelo monopólio organizacional da classe (Carvalho, 1985, e Batalha, 1986).

Com estes dados, já é possível compreender a importância e a heterogeneidade das experiências de sindicalismo amarelo no Rio de Janeiro, mesmo que não se defina como amarelo tudo aquilo que não é anarquismo. O ponto mais interessante neste caso, a nosso ver, não é tanto postular que os amarelos eram ou não majoritários em face da corrente anarquista, mas ressaltar a forte presença desta opção sindical para a classe trabalhadora carioca. Vários estudos têm convergido ao assinalar que a força do sindicalismo amarelo não advinha da mera imposição do Estado ou do patronato, que manipulariam de "fora" o movimento operário, tornando seus adeptos "traidores" da classe, como aliás diagnosticavam os anarquistas. Neste outro enfoque, o sindicalismo amarelo é interpretado como fruto de correntes existentes no próprio movimento operário, correntes estas que não devem ser identificadas com submissão política e ausência de luta pelo que se definia como interesses de classe. Esta interpretação, que vem sendo reforçada, encontra nova dimensão com as reflexões sobre as características da vida política da cidade do Rio de Janeiro, que permitia razoáveis espaços de negociação e composições múltiplas entre camadas populares e autoridades públicas.

De forma geral, tal percepção ilumina os estudos ainda pouco numerosos sobre o movimento sindical do pós-30, e em particular aponta para a necessidade de se lidar com a temática do peleguismo em parâmetros menos simplistas. Ou seja, é preciso não mais considerar todas as lideranças dos sindicatos oficiais do pós-30 como desprovidas de autonomia de idéias e ações ou como estranhas à classe trabalhadora. Aqui, também, não se trata exatamente de traidores e vendidos.

A questão da importância do sindicalismo amarelo ajuda igualmente a entender as especificidades da experiência dos anarquistas. Estes não teriam tido o mesmo peso que tiveram em São Paulo, tanto porque o Rio possuía outras características como cidade, quanto porque eram aí mais numerosas e competitivas as opções doutrinárias e organizacionais, o que tornava muito mais difícil qualquer ensaio hegemônico.

O estudo do anarquismo carioca mostra que, se esta proposta de organização da classe trabalhadora foi muito significativa, em particular no final dos anos 10, ela encontrou muita resistência entre os traba-

lhadores já vinculados a uma tradição mutualista, e bastante concorrência por parte de outras propostas organizacionais. Estas dificuldades certamente envolviam problemas bem complexos. Vale lembrar, por exemplo, a importância política do republicanismo radical no Rio de Janeiro, expressa inicialmente através do movimento jacobino da virada do século XIX, com os episódios dos batalhões patrióticos e da revolta da vacina. O reavivamento deste republicanismo entre uma certa ala de partidários do presidente Hermes da Fonseca teve desdobramentos na questão operária, com a organização do Congresso de 1912 e a formação da Confederação Brasileira do Trabalho, que teve caráter quase oficial. Por fim, já nos anos 20, uma nova onda de jacobinismo envolveu a cidade, desta feita muito mais voltada para o combate ao anarquismo ateu e estrangeiro, do que para um apelo difuso à classe trabalhadora. Neste momento, em que o jacobinismo assumiu tons católicos e agressivos, a temática da "pátria" acabou por se impor, inclusive aos próprios anarquistas, agora personagens e inimigos importantes do discurso nacionalista.

Não é fortuito, portanto, que certos temas de debate da doutrina anarquista tenham marcado tão profundamente a experiência sindical carioca, que assumiu contornos específicos e distintos da paulista. A questão das relações entre o sindicato e o anarquismo pode constituir um bom exemplo. No Rio, sobretudo nos anos que vão de 1913 a 1917, é bem nítido que as próprias lideranças vinculadas ao sindicalismo de ação direta repensaram o papel do sindicato, bem como sua vinculação com a doutrina anarquista, acabando por se dividir. De um lado, colocaram-se aqueles que postulavam uma clara definição ideológica do sindicato pelo anarquismo, afirmando seu papel privilegiado na mobilização. De outro, ficaram aqueles para quem não era tão fundamental a oficialização da definição ideológica de uma associação de classe, e que, embora considerando o sindicato um instrumento fundamental de luta, defendiam a importância de outras formas de mobilização mais amplas e difusas. Reforçando seu argumento, estas lideranças chamavam a atenção para o fato de os sindicatos cariocas serem muito mais uma decorrência das grandes campanhas políticas que agitavam a cidade do que propriamente seus estimuladores (Gomes, 1987).

Tendo em mente esta perspectiva de análise, é muito interessante observar os acontecimentos que marcaram a eclosão da greve carioca de 1917. Ela teve sua origem vinculada a uma campanha contra a carestia que foi montada através da organização de uma série de comícios em diversos pontos da cidade. Só a partir daí a campanha passou a mobilizar as associações operárias, responsáveis pela deflagração da greve, a qual, por sua vez, teve como consequência a formação e a reativação de vários sindicatos (Cruz, 1981).

É preciso não esquecer porém que, mesmo com toda essa dificuldade de mobilização e com toda a concorrência que os anarquistas enfrentaram, não houve no Rio, antes de 1916, nenhuma corrente anti-sindicalista, como aconteceu em São Paulo com o grupo que se reuniu em torno do jornal *La Battaglia* (Batalha, 1986: 168).

Esta série de observações sobre as características do movimento operário e sindical carioca na Primeira República reforçam, por outro ângulo, a perspectiva de análise de José Murilo de Carvalho. Ele enfatiza que a mobilização da população da cidade do Rio extrapolou os procedimentos do

modelo político liberal clássico. Neste sentido, teriam fracassado quer as tentativas feitas por certos setores da elite política, como os republicanos radicais, quer as tentativas realizadas por lideranças da classe trabalhadora, tanto socialistas, como anarquistas ou mesmo amarelas.

O que queremos apontar aqui é que os diagnósticos de algumas lideranças da classe trabalhadora, ao defender a necessidade de apelos mais abrangentes e estratégias de organização mais criativas, convergem para a construção desta idéia básica do que é o universo da política da cidade. É por isso que o modelo liberal, pelo qual se reivindica basicamente cidadania pelo exercício do direito de voto, não dá conta do campo da política carioca. No Rio, uma variedade de associações — religiosas, recreativas e também de interesses de classe — reinventa relações políticas, alargando o significado da participação no espaço público. Não se trata, portanto, a nosso ver, de postular uma dicotomia entre o político e o não-político, e sim de ser sensível à profusão de formas que o exercício da política pode suscitar.

Notas

1. O tema da industrialização no Brasil ainda não foi objeto de uma resenha bibliográfica mais completa. Algumas análises gerais sobre a literatura existente podem ser encontradas nas introduções de Versiani e Barros (1978), Melo (1982) e especialmente Suzigan (1986). O Instituto Roberto Simonsen também publicou em 1979 *A Problemática da Industrialização no Brasil (Resenhas Bibliográficas)*, em que são examinadas as principais obras dedicadas ao tema. Trata-se de um trabalho indiscutivelmente importante, mas que se atém apenas a resumir o conteúdo das obras, sem procurar discutir ou analisar as diferentes contribuições.

2. Os trabalhos mencionados de Cano e Melo, publicados respectivamente em 1977 e 1982, foram apresentados à Unicamp como teses de doutorado em Economia no ano de 1975.

3. Ciro Cardoso, em seu trabalho *Agricultura, Escravidão e Capitalismo* (Petrópolis, Vozes, 1979), já chamara a atenção para a existência de uma produção agrícola de alimentos feita pelos escravos e destinada à comercialização. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos T. da Silva igualmente apresentaram uma contribuição importante ao questionar teses consagradas sobre a inexistência de um mercado interno brasileiro na vigência do escravismo. Ver *História da Agricultura Brasileira (Contrastes e Controvérsias)*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

4. Citado em Versiani (1978:127).

5. Vale a pena listar as principais resenhas que tratam do tema da classe trabalhadora: Leôncio M. Rodrigues e Fábio Munhoz, "Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil", *Estudos CEBRAP*, n. 7, São Paulo, 1974; Paulo Sérgio Pinheiro, "Trabalho industrial no Brasil: uma revisão", *Estudos CEBRAP*, n. 14, São Paulo, 1975; Luiz Werneck

Viana, "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências", *BIB* n. 3, Rio de Janeiro, 1978; e "Atualizando uma bibliografia: novo sindicalismo, cidadania e fábrica", *BIB*, n. 17, Rio de Janeiro, 1984; Maria Célia Paoli, Eder Saes e Vera Telles, "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico", *Revista Brasileira de História* 3/16, São Paulo, Marco Zero, 1984; e Eliana Dutra e Yone Grossi, "Historiografia e movimento operário: o novo em questão", *Revista do Departamento de História* n. 3, FAFICH/UFMG, 1986. É preciso mencionar também Ismênia Martins e Eulália Lobo (coord.), *Bibliografia do Operariado; Condições de Vida: Rio de Janeiro e Buenos Aires*, Niterói, UFF, Dep. de História, 1987.

6. Sobre o PTB há trabalhos que trazem orientações gerais: Phylis Peterson, *Brazilian Political Parties: Formation, Organization and Leadership*, tese de doutorado apresentada à Universidade de Michigan, 1962, e Glaucio Ary Dillon Soares, *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, Difel, 1973. Com indicações específicas, cabe citar: Suely Bastos, *A Cisão do MTR com o PTB*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979; Maria Andrea Loyola, *Os Sindicatos e o PTB: Estudo de um Caso em Minas Gerais*, Petrópolis, Vozes, 1980; Miguel Bodea, *Trabalhismo e Populismo: o Caso do Rio Grande do Sul*, tese de mestrado em Ciência Política, USP, 1984 (mimeo); Marieta de Moraes Ferreira, "Partido trabalhista brasileiro", *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1975)*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1984, v. 2; Ângela de Castro Gomes e Maria Celina Soares D'Araújo, *Getulismo e Trabalhismo: Tensões e Dimensões do PTB (1945-1954)*, Rio de Janeiro, CPDOC, 1987 (mimeo).

7. O texto de Michael Hall, *Imigração e Classe Operária em São Paulo* (Belo Horizonte, XXVIII Reunião Anual da SBPC, 1975), já desmistificara o peso político dos estrangeiros, mas a tese citada acrescenta novos dados e lida com o operariado carioca.

Bibliografia

Abreu, Maurício de Almeida

1986. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 2, Niterói, UFF.

Ador, Carlos Augusto

1986. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dois Pontos.

Albuquerque, Marli Brito M.

1983. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920)*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFRJ, mimeo.

Almeida, Maria Hermínia Tavares de

1978. *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada à USP, mimeo.

1981. "Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil". *Dados*, v. 24, n. 2, Rio de Janeiro, Campus.

1982. "Novas tendências do movimento sindical". Helgio Trindade (org.), *Brasil em Perspectiva. Dilemas da Abertura Política*. Porto Alegre, Sulina.

1983. "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança". Bernardo Sorj et alii (org.), *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.

Bastos, Ana Marta e Weid, Elisabeth von der

1986. *O Fio da Meada. Estratégia de Expansão de uma Indústria Têxtil*. Rio de Janeiro, FCRB e CNI.

Batalha, Cláudio H. M.

1986. *Le Syndicalisme "Amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tese de Doutorado apresentada à Université de Paris I, mimeo.

- Benchimol, Jaime Larry
1982. *Pereira Passos: um Haussman Tropical. As Transformações Urbanas da Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX*. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano apresentada ao COPPE/UFRJ, mimeo.
- Bodstein, Regina Cele de
1986. "Práticos sanitários e classes populares do Rio de Janeiro". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 4, Niterói, UFF.
- Bretas, Marcos
1984. *A Organização Policial no Distrito Federal: 1889-1907*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, mimeo.
- Cabral, Vânia Cury de Brito
1985. *Protecionismo Alfandegário e Crescimento Industrial: o Setor Têxtil no Brasil de 1890/1930*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Campos, Cristina Hebling
1985. *O Sonhar Libertário (Movimento Operário nos Anos de 1917 a 1920)*. Tese de Mestrado em História apresentada à Unicamp, mimeo.
- Cano, Wilson
1977. *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*. São Paulo, Difel.
1978. *Alguns Aspectos da Concentração Industrial*. Flávio Versiani e José Roberto Barros (orgs.), *Formação Econômica do Brasil. A Experiência da Industrialização*. São Paulo, Saraiva.
1985. "Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)". *Estudos Econômicos*, v. 15, n. 2, São Paulo, IPE.
- Carvalho, José Murilo de
1985. *A Cidade e a Política: um Exame da Literatura Brasileira*. Trabalho apresentado nas Jornadas Argentino-Brasileiras de História Social Urbana, Buenos Aires, mimeo.
1987. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que Não Foi*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Carvalho, Lia de Aquino
1980. *Contribuição ao Estudo das Habitações Populares: Rio de Janeiro: 1886-1906*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Carvalho, Maria Alice Rezende de
1983. *Cidade e Fábrica: a Construção do Mundo do Trabalho na Sociedade Brasileira*. Tese de Mestrado em História apresentada à Unicamp, mimeo.
1985. "Letras, sociedade política: imagens do Rio de Janeiro". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, n. 20, Rio de Janeiro.
1986. "Rio de Janeiro: juntando os pedaços (a propósito de uma tendência recente da produção intelectual sobre esta cidade)". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 2, Niterói, UFF.
- Castro, Hebe Maria
1986. "Mercado interno, trabalho livre e escravidão: a agricultura de alimentos na Província Fluminense na segunda metade do século XIX". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 4, Niterói, UFF.
1987. *Ao Sul da História. Homens Livres, Pobres e Pequena Produção na Crise do Trabalho Escravo*. São Paulo, Brasiliense.
- Cavalcante, Berenice de O.
1985. "Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do séc. XIX". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, Niterói, UFF.
- Chalhoub, Sidney
1986. *Trabalho, Lar, Botequim*. São Paulo, Brasiliense.

- Conniff, Michael
 1975. "Voluntary associations in Rio (1870-1945)" *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 17, n. 1.
 1976. *Rio de Janeiro during the Great Depression (1928-1937)*. Tese de PhD apresentada à Stanford University, mimeo.
- Correia, Heloísa Serzedelo
 1985. *Nova Friburgo: o Nascimento da Indústria (1890-1930)*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Costa, Nilson do Rosário
 1983. *Estado e Política de Saúde Pública: (1889-1930)*. Tese de Mestrado em Sociologia apresentada ao IUPERJ, mimeo.
- Costa, Wilma Peres
 1984. *Jacobinos*. Trabalho apresentado ao Seminário Rio Republicano, Fundação Casa de Rui Barbosa, mimeo.
- Cruz, Maria Cecília Velasco e
 1981. *Amarelo e Negro: Matizes do Comportamento Operário na República Velha*. Tese de Mestrado em Ciência Política apresentada ao IUPERJ, mimeo.
 1986. "Portos, relações de produção e sindicato: o caso do Rio de Janeiro na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, ANPOCS, Cortez.
- Cunha, Antônio Carlos
 1987. *A Perda da Liderança Industrial pelo Distrito Federal*. Tese de Mestrado em Economia apresentada à PUC-RJ, mimeo.
- Dacoso, Leila Hallack
 1987. *Tecendo o Infortúnio (Acidentes do Trabalho na Indústria Têxtil. Rio de Janeiro, 1889-1930)*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFRJ, mimeo.
- Dean, Warren
 1971. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo, Difel/Edusp.
- Dulles, John W. Foster
 1977. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Dutra, Eliana R. F.
 1981. *Alternativas do Comportamento Operário: Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930)*. Tese de Mestrado apresentada à UFMG, mimeo.
- Elia, Francisco Carlos da Fonseca
 1984. *A Questão Habitacional no Rio de Janeiro da Primeira República: 1889-1930*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Erickson, Kenneth Paul
 1979. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Faria, Fernando Antônio
 1985. *Três Apitos. Estudo sobre a Companhia Industrial do Brasil. 1880-1930*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Fausto, Boris
 1976. *Trabalho Urbano e Conflito Industrial (1890-1920)*. São Paulo, Difel.
- Ferreira, Marieta de Moraes
 1977. *A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
 1985. "Política e poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, Niterói, UFF.
 1985. *Questões para o Estudo da Industrialização Fluminense*. Rio de Janeiro, CPDOC, mimeo.

- Fragoso, João Luis Ribeiro
1983. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1930)*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Fritsch, Lilian de Amorim
1986. "Palavras ao vento: a urbanização do Rio Imperial". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 3, Niterói, UFF.
- Furtado, Celso
1959. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Góes, Maria da Conceição Pinto de
1984. *A Formação da Classe Trabalhadora no DF e as Propostas Anarquistas*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFRJ, mimeo.
- Gomes, Ângela M. de Castro
1979. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro, Campus.
1987. *A Invenção do Trabalhismo*. Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada ao IUPERJ, São Paulo, Vértice (no prelo).
- Graner, Maria Paula
1985. *A Estrutura Fundiária do Município de Araruama: 1850-1920. Um Estudo das Distribuições de Terra: Continuidades e Transformações*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Guarita, Marco Antônio
1986. *A Indústria na Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século*. Tese de Mestrado em Economia apresentada à UFRJ, mimeo.
- Instituto Roberto Simonsen
1979. *A problemática da Industrialização no Brasil (Resenhas Bibliográficas)*. São Paulo.
- Kornis, Mônica e Ferreira, Marieta de Moraes
1987. *A Política Econômica Fluminense na Primeira República*. Rio de Janeiro, CPDOC, mimeo.
- Lamarão, Sérgio
1984. *Os Trapiches do Porto: uma Contribuição ao Estudo da Produção da Área Portuária do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano apresentada ao COPPE/UFRJ, mimeo.
- Lenharo, Alcir
1979. *As Tropas da Moderação (o Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842)*. São Paulo, Símbolo.
- Leopoldi, Maria Antonieta P.
1984. *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil*. Tese de PhD apresentada ao St. Antony's College, mimeo.
1986. "Crescimento Industrial, Políticas Governamentais e Organização da Burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1944". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 3, Niterói, UFF.
- Levy, Maria Bárbara
1977. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC.
1985. "As tarifas de energia elétrica na composição dos custos industriais do Rio de Janeiro no início do século". *Anais do I Congresso de História e Energia*, São Paulo, Eletropaulo.
- Lobo, Eulália
1978. *História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC.

1981. "Condições de vida dos artesãos e do operariado do Rio de Janeiro de 1880 a 1920". *Nova Americana*, n. 4, Torino, Ed. Giulio Einaudi.
1985. "La burguesía Comercial de Rio de Janeiro — Siglos XIX y XX", Enrique Florescano (org.), in *Orígenes y Desarrollo de la Burguesía en América Latina (1700-1955)*. México/Caracas/Buenos Ayres, Ed. Nueva Imagen.
- Lobo, Eulália e Stotz, Eduardo N.
1985. "Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário: 1880-1930". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, Niterói, UFF.
- Lopes, Juarez Brandão
1964. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel.
- Machado, Carmen L. B.
1983. *O Movimento Operário e Sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937*. Tese de Mestrado apresentada à UFRS, mimeo.
- Machado, Humberto Fernandes
1983. *Escravos, Senhores e Café: um Estudo sobre a Crise da Cafeicultura do Vale do Paraíba Fluminense (1860-1888)*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Magalhães, João Paulo de Almeida (coord.)
s/d. *Projeto Pró-Rio — Problemas e Potencialidades do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Políticos e Sociais.
- Maram, Sheldon Leslie
1979. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Marchiori, Maria Emília Prado
1979. *O Mundo das Usinas — Problemas da Agroindústria Açucareira no Município de Campos — 1922-1933*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
1980. "Engenhos centrais e usinas do norte fluminense, 1775-1909". *Mensário do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, 11(8), ago.
- Martins, Carlos E. e Almeida, Maria Hermínia
s/d. *Modus in Rebus: Partidos e Classes na Queda do Estado Novo*. São Paulo, mimeo.
- Martins, Ismênia Lima
1983. *Subsídios para a História da Industrialização de Petrópolis (1850-1930)*. Petrópolis, Universidade Católica.
- Martins, Margareth
1985. *O Caminho da Agonia*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFRJ, mimeo.
- Melo, Hildete Pereira e Considera, Cláudio
1986. "Industrialização fluminense, 1930-1980". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 3, Niterói, UFF.
- Melo, João Manoel Cardoso de
1982. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense.
- Mendonça, Sônia Regina
1977. *A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Monteiro, Ana Maria Ferreira da Costa.
1985. *Empreendedores e Investidores em Indústria Têxtil no Rio de Janeiro (1878-1895)*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.

- Morel, Regina Lúcia de Moraes
1987. "Cidade e fábrica na construção do operário". Capítulo de tese de doutorado em elaboração, mimeo.
- Mota, Mary Heisler de Mendonça
1982. *Imigração e Trabalho Industrial no Rio de Janeiro (1889-1930)*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Moura, Ana Maria da Silva
1984. *Carroças e Carroceiros — Formação da Infra-Estrutura Urbana do Rio de Janeiro — Séc. XIX*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFRJ, mimeo.
- Muniz, Célia Maria Loureiro
1979. *Os Donos da Terra, um Estudo sobre a Estrutura Fundiária do Vale do Paraíba*. Tese de Mestrado em História, mimeo.
- Needell, Jeffrey O.
1983. "Rio de Janeiro at the turn of the century. Modernization and the parisian ideal". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 25 (1).
1985. *Popular Response to Reform: the So-Called Revolta Contra a Vacina of 1904*. Trabalho apresentado no XII Congresso Internacional da CASA, em Albuquerque.
- Neves, Maria Cecília Baeta
1973. "Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa". *Revista de Administração de Empresas*, 13 (2), Rio de Janeiro.
- Padilha, Sílvia Fernandes
1978. *Da Monocultura à Diversificação Econômica: um Estudo de Caso: Vassouras, 1880-1930*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
1985. "Da cidade velha à periferia". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, Niterói, UFF.
- Pádua, José Augusto Valadares
1985. "A capital, a república e o sonho: a experiência dos partidos operários de 1890". *Dados*, v. 28, n. 2, Rio de Janeiro, Campus.
- Pechman, Sérgio e Fritsch, Lilian
1985. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal". *Revista Brasileira de História*, 5 (8/9), São Paulo, Marco Zero.
- Pescatello, Anne Marie
1983. *Both Ends of the Journey: a Historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal (1884-1914)*. Tese de Doutorado em História apresentada à Universidade da Califórnia, mimeo.
- Pessanha, Elina
1986. *Vida Operária e Política: os Trabalhadores da Construção Naval de Niterói*. Tese de Doutorado em Antropologia apresentada à USP, mimeo.
- Pignaton, Álvaro
1977. "Origens da industrialização do Rio de Janeiro". *Dados*, n. 15, Rio de Janeiro.
- Pinheiro, Paulo Sérgio
1975. *Sindicato e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Pita, Almir
1986. *A Industrialização no Rio de Janeiro. Indústria e Industriais no Antigo Distrito Federal (1930-1945)*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.

- Porto, Ângela de Araújo
1985. *Artimanhas de Esculápio: Crença ou Ciência no Saber Médico*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Ramalho, José Ricardo G. P.
1986. *Estado-Patrão e a Luta Operária (Conflitos de Classe na Fábrica Nacional de Motores)*. Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à USP, mimeo.
- Ribeiro, Gladys Sabina
1986. "Cabras e pés-de-chumbo: os rolos do tempo" *Papéis Avulsos*, n. 1, Fundação Casa de Rui Barbosa, mimeo.
- Ribeiro, Luiz César de Queiroz
1985. "Formação do capital imobiliário e a produção do espaço constituído no Rio de Janeiro — 1870-1930". *Espaço e Debates*, ano V, n. 75, São Paulo, NERU.
- Ribeiro, Marcus Venício Toledo
1979. *Condições de Vida da Classe Trabalhadora*. Centro de Memória Social Brasileira, FINEP/SBI/CMSB, mimeo.
- Rodrigues, José Albertino
1966. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel.
- Rodrigues, Leôncio Martins
1966. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel.
1970. *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Brasiliense.
1974. *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. São Paulo, Brasiliense.
1979. "Tendências futuras do sindicalismo brasileiro". Henrique Rattner (org.), *Brasil 1890*. São Paulo, Brasiliense.
1980. "O sindicalismo corporativo no Brasil". *Estado de São Paulo, Jornal da Tarde*, 29-11-1980.
- Rocha, Oswaldo Porto
1983. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Santos, Ana Maria dos
1984. *Agricultural Reform and the Idea of Decadence in the State of Rio de Janeiro, 1870-1910*. Tese de Doutorado em História apresentada à Universidade de Austin, mimeo.
- Santos, Ana Maria dos e Mendonça, Sônia Regina
1986. "Intervenção estatal e diversificação agrícola no Estado do Rio de Janeiro (1888/1914)". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 2, Niterói, UFF.
- Sevcenko, Nicolau
1983. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense.
1984. *A Revolta da Vacina: Mentis Insanas em Corpos Rebeldes*. São Paulo, Brasiliense.
- Silva, Eduardo
1984. *Barões do Café e Crise da Estrutura Escravista no Rio de Janeiro, 1850-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
1986. "O quarto escuro da história", *Ciência Hoje*, v. 5, n. 27. Rio de Janeiro, SBPC.
- Silva, Lúcia Maria Osório
1977. *Movimento Sindical Operário na Primeira República*. Tese de Mestrado em História apresentada à Unicamp, mimeo.
- Silva, Marilene Rosa Nogueira
1986. *O Escravo de Ganho — uma Nova Fase da Escravidão (Subsídios para o Estudo da Escravidão Urbana no Rio de Janeiro, 1820-1888)*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFRJ, mimeo.

- Silva, Sérgio
1976. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa Ômega.
- Simão, Aziz
1966. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus.
- Siqueira, José Jorge
1984. *Contribuição ao Estudo da Transição do Escravismo Colonial para o Capitalismo Urbano Industrial no Rio de Janeiro: a Cia. Luz Steárica (1854-1898)*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Soares, José Arlindo
1982. *A Frente do Recife*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Soares, Luis Carlos
1980. *A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense, 1840-1886*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Solis, Sidney e Ribeiro, Marcus
1985. "O rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo". *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, Niterói, UFF.
- Souza, Amaury e Lamounier, Bolívar
1981. "Governo e sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80". *Dados*, v. 24, n. 2, Rio de Janeiro, Campus.
- Stanley, Miriam
1984. *A Companhia Agrícola Usina Santa Maria; Estudo de um Caso*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Stein, Stanley
1979. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro, Campus.
- Sussekind, Flora
1986. *As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Stotz, Eduardo
1986. *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na Construção do Sindicato Corporativista: 1930-45*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Suzigan, Wilson
1986. *Indústria Brasileira — Origem e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense.
- Torres, Magda
1985. *Contribuição ao Estudo da Política de Construção Naval no Brasil: o Programa de Metas e a Meta 28*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFRJ, mimeo.
- Turnowski, Salomão
1978. "A cafeicultura no Estado do Rio". *Boletim de Conjuntura*, jan., Rio de Janeiro, Fiderj.
- Velloso, Mônica Pimenta
1986. "A cidade voyeur: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas..." *Revista do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 4, Niterói, UFF.
- Veneu, Marcos Guedes
1987. "Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895". *Dados*, v. 30, n. 1, Espaço e Tempo.

- Versiani, Flávio
 1980. "Industrialização e economia de exportação antes de 1914". *Revista Brasileira de Economia*, v. 34, n. 1.
- Versiani, Flávio, e Barros, José Roberto (orgs.)
 1978. *Formação Econômica do Brasil. A Experiência da Industrialização*. São Paulo, Saraiva.
- Versiani, Flávio e Versiani, Maria Teresa
 1978. *A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma Contribuição*. Flávio Versiani e José Roberto Barros (orgs.), in *Formação Econômica do Brasil. A Experiência da Industrialização*. São Paulo, Saraiva.
- Vianna, Luiz Werneck
 1976. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 1981. "Sistema político e fábrica". *Dados*, v. 24, n. 2, Rio de Janeiro, Campus.
 1983. "O problema da cidadania na hora da transição democrática". *Dados*, v. 26, n. 3, Rio de Janeiro, Campus.
- Vilela, Aníbal e Suzigan, Wilson
 1973. *Política de Governo e Crescimento da Economia, 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- Weffort, Francisco
 1968. *Classes Populares e Política*. Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada à USP, mimeo.
 1972. *Sindicatos e Política*. Tese de Livre Docência apresentada à USP, mimeo.
 1973. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)". *Estudos CEBRAP*, n. 4, São Paulo.
 1978/9. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964". *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, ns. 1 e 2, São Paulo, CEDEC, e *Revista de Cultura Política*, ano 1, n. 1, São Paulo, CEDEC.
- Werneck da Silva, José Luiz
 1979. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1871-1877*. Tese de Mestrado em História apresentada à UFF, mimeo.
- Zaidan, Michel
 1981. *Pão e Pau: Política de Governo e Sindicalismo Reformista no Rio de Janeiro (1923-1926)*. Tese de Mestrado em História apresentada à Unicamp, mimeo.

Castelos na Arcia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964) *

Maria Hermínia Tavares de Almeida

“No Brasil as instituições duram tanto quanto seus fundadores”.

ANÍSIO TEIXEIRA

O início da institucionalização das Ciências Sociais no País data dos anos 30 e está associado às grandes transformações políticas e institucionais desencadeadas pela Revolução de 30. Em particular, a criação de cursos de Ciências Sociais é contemporânea de profundas mudanças, de sentido *modernizador*, no sistema educacional do País. No nível superior, destacam-se a Reforma de Ensino do Min. Francisco Campos, que deu novo estatuto às (jovens) universidades brasileiras, reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro — criada em 1920 — e previu a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras; e a fundação da Universidade de São Paulo.

Costa Pinto assinala, com argúcia, que a “organização do ensino superior de Ciências Sociais representou muito mais um avanço da cultura brasileira como um todo do que apenas o desdobramento de uma de suas partes” (Costa Pinto e Carneiro, 1955). Com efeito, ela não resultou de processos de progressiva especialização disciplinar internos à vida e à instituição acadêmicas. A legitimidade das Ciências Sociais tinha suportes mais amplos e, em larga medida externos à academia. Elas eram valorizadas como instrumento requerido pela modernização social e institucio-

nal do País. Esta última a ser produzida pela ação política deliberada e cientificamente informada das elites dirigentes. Assim, as Ciências Sociais — em particular a Sociologia — deveriam constituir o ingrediente principal da formação de novas elites, habilitadas a assumir a tarefa de construção política de uma nação moderna. Da mesma maneira, tinham de fazer parte da formação básica dos cidadãos, cuja existência era vista como condição e substrato da nação. Por esta razão, ao mesmo tempo em que as Ciências Sociais ganharam território próprio nas novas Universidades, a Sociologia tornou-se disciplina obrigatória na escola secundária, por força da Reforma Campos (1931).

A formação sociológica é contraposta à bacharelesca, timbre das elites tradicionais, responsáveis, em boa medida, pela existência de instituições políticas — de corte liberal — em desavença com as condições sociais do país. E de Oliveira Vianna a caracterização dessas elites e de sua obra institucional:

“Esta discordância entre o direito-lei e a realidade social (direito-costume) é, com efeito um traço dominante da história política dos povos latino-ameri-

* Este texto é parte da pesquisa *História das Ciências Sociais*, em andamento no IDESP, com apoio da FINEP, sob coordenação de Sérgio Miceli.

canos. É um fato geral que decorre do tradicional "marginalismo" das suas elites políticas."

"É certo que todos eles timbram em dizer que "legislam para o Brasil". Esta é pelo menos a intenção deles, mas o tipo de "animal político" que tomam para base de seus raciocínios e das suas construções políticas e administrativas não é o brasileiro de verdade (...). É uma entidade abstrata, um "ente de razão", como se diz em metafísica, uma espécie de símbolo algébrico — o *cidadão-tipo* — e este cidadão-tipo é o modelo ideal que haviam imaginado os teóricos do Enciclopedismo e da Soberania do povo. É sobre esta abstração, é sobre esta criação tópica (...) é sobre este "sonho" que os nossos técnicos de Direito Público constroem os seus sistemas políticos para o Brasil e formulam as suas doutrinas constitucionais para o Brasil; e outorgam ao Brasil — que eles ignoram visceralmente — Constituições modelares..." (Oliveira Vianna, 1974:211).

E caracterizando o "marginalismo" de Ruy Barbosa, Oliveira Vianna dirá que ele vinha do fato de que "não possuía, nem podia possuir, na sua cultura de publicista, o complemento das Ciências Sociais" (Oliveira Vianna, 1974:43, v. II).

Cabe ressaltar que a importância desse complemento foi reconhecida e enfatizada por todo o espectro político da intelectualidade modernizante. Neste sentido, a abordagem sociologizante tornou-se constitutiva das ideologias em pugna, pelo menos a partir dos anos 20.

Na verdade, a Sociologia como "ponto de vista" já constituía uma influência dominante na literatura brasileira, como observa Antônio Cândido (1976). Seu produto mais notável foi "aquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da História com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil e à qual devemos a pouco literária *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero; *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna; a obra de Gilberto Freyre e as *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda" (Antônio Cândido, 1976:130).

A década de 30, inaugura a difícil metamorfose das Ciências Sociais de "ponto de vista" em disciplina acadêmica, com aspi-

ração à ciência. De visão impressionista em conhecimento organizado sobre a sociedade. Para tanto haviam muitas condições propícias. A par da legitimidade da abordagem sociológica, anteriormente aludida, é possível enumerar outras circunstâncias favoráveis de ordem variada.

No plano da vida intelectual, estavam mudando as formas de percepção e de organização do conhecimento sobre a realidade. Antônio Cândido enfatiza o papel do movimento modernista e o impacto de seu esforço por adequar a produção literária "às novas exigências da sensibilidade e conhecimento". Diz ele:

"Nesta ordem de considerações, o Modernismo representa um esforço brusco e feliz de reajustamento da cultura às condições sociais e ideológicas, que vinham, desde o fim da monarquia, em lenta mudança, acelerada pelas fissuras que a Primeira Guerra Mundial abriu, também, aqui na estrutura social, econômica e política. A força do Modernismo reside na largueza com que se propôs a encarar a nova situação, facilitando o desenvolvimento até então embrionário da sociologia, da história social, da etnografia, do folclore, da teoria educacional, da teoria política" (Antônio Cândido, 1976:134).

Mas não se estava alterando apenas a substância da vida intelectual, a maneira de organizar o conhecimento sobre o real. *Modificavam-se, em igual medida, as condições em que ela transcorria, assim como os sujeitos sociais que a promoviam.* No momento que nos ocupa já existia no País uma camada intelectual — chame-se-a ou não de *intelligentsia* — com densidade suficiente para constituir um campo intelectual com alguma complexidade institucional. Nesta linha, afirma Luciano Martins:

"Para a *intelligentsia*, estruturar o espaço cultural significava a possibilidade de criar instituições modernas, abertas ao espírito de renovação e de pesquisa; e, num outro registro, instituições capazes, também, de tirá-la do isolamento, de difundir sua mensagem e de criar um mercado, não necessária ou exclusivamente no sentido econômico do termo, mas, também, no sentido de um *lugar* onde se intercambiam idéias. Em suma, os *locii* para a fundação, o reconhecimento e a expansão de sua

identidade social, e mesmo de sua "missão" na sociedade." (Martins, 1987: 80).

O movimento pela criação de Universidades constituiu uma expressão inequívoca da densidade adquirida pela intelectualidade no momento que nos ocupa. Levado a cabo por instituições criadas por intelectuais no raiar dos anos 20 (Academia Brasileira de Ciências — ABC, 1916, e Associação Brasileira de Educação — ABE, 1924) ele foi uma demonstração de que o ensino superior deixara de ser assunto de interesse apenas das elites econômicas e políticas atendidas pelas grandes escolas tradicionais de Direito, Engenharia e Medicina. Ao contrário, já começava a existir uma camada intelectual — reduzida, é certo — mas com capacidade de argumentação e de articulação política suficientes para sustentar a existência de um espaço para produção de saber organizado no âmbito do sistema de ensino superior.

Ressalte-se que, à semelhança do que ocorreu com a abordagem sociologizante, a criação da universidade era meta compartilhada por intelectuais reformadores situados em todos os pontos do espectro político e ideológico. Autoritários ou democratas, conservadores católicos, liberais ou socialistas, vencedores de 1930 ou vencidos em 1932, todos convergiam para a necessidade de instituí-la, ainda que disprezassem quanto a seu formato, grau de autonomia e conteúdo de sua atividade.¹

Todavia, nem tudo eram condições favoráveis. A institucionalização das Ciências Sociais deveria enfrentar vicissitudes consideráveis, também relacionadas às circunstâncias presentes. A história das Ciências Sociais, até meados dos anos 60 pode ser contada como um penoso processo de construção institucional, onde os fracassos somaram bem mais do que os êxitos, a despeito da enorme importância que o "modo de pensar das Ciências Sociais" desempenhou na estruturação do campo de idéias que informou a pugna política.

Em primeiro lugar, cabe lembrar as condições em que se deu a modernização do ensino superior, com a criação e, ou, reestruturação das Universidades. Ela foi parte integrante de um processo de *state building*, cujo traço marcante era a centralização. Destarte, entre os vários projetos de universidade em disputa nos anos 30, terminou por predominar aquele no qual era pequena a autonomia e exacerbada a regu-

lamentação, o controle governamental e a uniformidade institucional daí decorrente (Paim, 1982; Schwartzman, 1984).

Uma instituição nova e pouco autônoma seria — como o foi — extremamente sensível às marés políticas e à interferência da pequena política nos seus assuntos internos.

Por outro lado, o projeto de modernização institucional, implicado na idéia de estruturação da Universidade, e sustentado pela camada intelectual modernizante, à exceção de São Paulo, não parece ter contado com uma rede social de apoio significativa entre as elites dominantes, numa espécie de anteparo quando a intromissão governamental se tornasse excessiva. Por conseguinte, em momentos de crise tenderam a se enfrentar governo e comunidade universitária, com os resultados previsíveis.

Finalmente, a decisão de criar a Universidade era comparativamente mais fácil do que fazê-la funcionar efetivamente como *locus* de produção de ciência. A institucionalização da pesquisa revelar-se-ia tarefa complexa, para a qual quase nunca era possível encontrar pessoal capacitado. No caso das Ciências Sociais, essa dificuldade constituía a contrapartida do fato de sua institucionalização ser antes o produto da legitimidade externa da abordagem sociológica do que do seu desenvolvimento como disciplina acadêmica. Como observa Costa Pinto, "uma geração de *autodidatas* — usada aqui a expressão no seu melhor sentido — preparou e lançou as bases da futura organização do ensino superior das Ciências Sociais" (Costa Pinto, 1955:13). Na verdade, os fundadores da Sociologia acadêmica, autodidatas brilhantes, não possuíam a experiência em pesquisa indispensável à transformação das Ciências Sociais em disciplina com pretensão à ciência.

No texto que segue, tentaremos reconstruir sumariamente e discutir as características e impasses do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, dos anos 30 até 1964.

Primeiras Iniciativas — Primeiras Derrotas

A criação de instituições nas quais as Ciências Sociais poder-se-iam desenvolver como áreas de conhecimento, no decorrer do período estudado, ocorreu basicamente em dois momentos. O primeiro foi na década dos 30 e o segundo na década dos 50, como se pode apreciar no Quadro I.

Quadro I

Instituições Ligadas às Ciências Sociais no Rio de Janeiro por Data de Criação

| <i>Ano</i> | <i>Instituição</i> | <i>Natureza</i> |
|------------|---|--------------------|
| 1932 | Instituto Católico de Estudos Superiores. | privado |
| 1935 | Universidade do Direito Federal. | público |
| 1935 | Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação da Prefeitura do DF. | público |
| 1937 | Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP-MEC) | público |
| 1938 | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. | público |
| 1939 | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (posteriormente Faculdade Nacional de Filosofia) da Universidade do Brasil. | público |
| 1940 | Faculdade de Filosofia das Faculdades Católicas. | privado |
| 1944 | Fundação Getúlio Vargas. | público |
| 1945 | Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. | público |
| 1946 | Transformação das Faculdades Católicas em Pontifícia Universidade Católica. | privado |
| 1950 | Instituto de Direito Público e Ciência Política da FGV. | privado |
| 1953 | Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) transformado em 1955 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). | privado/público |
| 1955 | Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE-INEP). | público |
| 1955 | Seção de Estudos do SPI, Museu do Índio. | público |
| 1957 | Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais. | intergovernamental |
| 1958 | Instituto de Ciências Sociais — Universidade do Brasil. | público |

Como se pode observar, pouco se fez em matéria de construção institucional nos anos 40, a par da criação da Fundação Getúlio Vargas — FGV, pelo lado da iniciativa pública, e da Universidade católica, pelo lado do empreendimento privado. Consumou-se, também, com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, um arrastado processo de discussão sobre a oportunidade e as características possíveis do estudo da economia em nível superior (cf. Schwartzman, Bomeny e Ribeiro da Costa, 1984: 219-25).

Em contraposição, as décadas de 30 e 50 foram mais férteis em produzir instituições

— seis em cada período — ainda que em condições e com características bem diversas.

O processo de criação institucional dos anos 30 foi conseqüência e expressão do embate entre as forças de signos ideológicos diversos envolvidas na arena político-ideológica. Em particular, na pugna por definir o sentido das mudanças requeridas para a modernização do ensino superior.

Assim, a primeira iniciativa da década foi a criação do Instituto Católico de Estudos Superiores — ICES, ligado ao Centro D. Vital, por inspiração de Alceu de Amaro Lima. Seus objetivos eram constituir um centro catalizador da atuação dos cató-

Quadro II
 INSTITUIÇÕES EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO
 1930-1949

| Instituições | Data - Fundação | Participantes | Participantes Estrangeiros | Publicações |
|---|--|--|--|---------------------------------------|
| Instituto Católico de Estudos Superiores — ligado ao Centro D. Vital | 1932 — Fundado por Alceu Amoroso Lima para catalizar a atuação dos católicos na discussão do ensino superior e manter influência sobre a formação das elites | Alceu Amoroso Lima (curso: Ação Católica) área de Estudos Morais e Políticos. Romeu Rodrigues da Silva (Economia Política) L. A. Rego Monteiro (sociologia) Helder Câmara (pedagogia experimental) Theobaldo Miranda dos Santos (pedagogia geral) Eremildo Luiz Vianna (História da Civilização) Hamilton Nogueira (biologia e antropologia) | | |
| Universidade do DF Escola de Filosofia e Letras Instituto de Educação Escola de Economia e Direito Escola de Ciências | DM 5513 (41.4/1935) Funciona até 1939 | Anísio Teixeira (fundador) Artur Ramos (1903) Gilberto Freyre (antropologia social e cultural) Afrânio Peixoto | Emile Brehier (filosofia) Eugène Albertin (história) Henri Hauser (história) Henri Tronchon (história) Gaston Leduc (lingüística) Pierre Desfontaines (geografia) Robert Garric (literatura) | |
| IBGE (por transformação do Instituto Brasileiro de Estatística) | 1938 | Mario Augusto Teixeira Freitas, José Carlos Macedo Soares (presidente) Giorgio Mortara | | |
| Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (ou Fac. Nac. de Filosofia) Universidade do Brasil absorve professores da UDF | 1939 | Artur Ramos (antropologia e etnologia) Alberto Guerreiro Ramos, L. A. Costa Pinto, Victor Nunes Leal, Evaristo de Moraes Filho | Jacques Lambert | |
| INEP — Ministério da Educação e Saúde Pública | Dec.-lei 580 — 1937 | Lourenço Filho (dir. 1938-1945) Murillo Braga Carvalho (1945-52) Anísio Teixeira (1952) | | Revista de Estudos Pedagógicos — 1941 |
| Faculdades Católicas Comissão org. Alceu Amoroso Lima e Pdê. Franca gestão entregue Cia. de Jesus | 1940 — Autorização de funcionamento pelo Conselho Nac. Educação, Dec. 6.609 autoriza cursos de bacharelato da Fac. Direito e sete cursos Fac. Filosofia inclusive Ciências Sociais Dec. 8.681 — 15.3.46 | | | |
| PUC | | | | |

licos na discussão sobre o ensino superior e organizar e expandir a influência do pensamento católico na formação das elites.²

Afirma Salem:

“Enquanto embrião da futura Universidade Católica, o Instituto Católico de Estudos Superiores pretendia se integrar no movimento internacional do renascimento filosófico católico e, concomitantemente, servir como um modelo alternativo de organização universitária no Brasil. Em verdade, a demanda última era a de que o ensino superior se libertasse da tutela estatal para voltar a pertencer à Igreja” (1982:127).

Os cursos do ICES tinham como eixo três disciplinas obrigatórias: a Sociologia era uma delas, a Filosofia e a Teologia as duas outras. Do corpo docente da área de “Estudos Morais e Políticos” faziam parte, além do próprio Alceu: Romeu Rodrigues da Silva, em Economia Política; L. A. Rego Monteiro, em Sociologia; Helder Câmara, em Pedagogia Experimental; Theobaldo Miranda dos Santos, em Pedagogia Geral; Eremildo Luiz Vianna, em História da Civilização; e Hamilton Nogueira, em Biologia e Antropologia.

Existem referências da publicação em *A Ordem* de alguns produtos da sociologia praticada sob a égide do ICES.³

O ICES foi o ponto de partida de um percurso que culminou com criação das Faculdades Católicas, em 1940, que incluía uma Faculdade de Filosofia dotada de curso de Ciências Sociais e que se transformaria, em 1946, em Pontifícia Universidade Católica — PUC. Esse trajeto, liderado por Alceu de Amoroso Lima e Pe. Franca não foi direto; antes de desembarcar na decisão de fundar uma instituição universitária católica passou pela tentativa de, em um primeiro momento, garantir o espaço universitário para a Igreja, em detrimento do Estado e, em um segundo momento, exercer controle hegemônico sobre a Universidade pública, em particular sobre a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, criada em 1939.

A segunda iniciativa da década foi projeto de forças situadas, face aos católicos, no pólo oposto do espectro político.

Em 1935, por obra de Anísio Teixeira, então *Secretário Municipal de Educação* no governo municipal de Pedro Ernesto, funda-se a Universidade do Distrito Federal — UDF. O empreendimento materializava

as concepções e propostas da intelectualidade que, ligada à ABE e à ABC, empunhara, na década anterior, a bandeira da criação da Universidade como lugar da *atividade científica livre e da produção cultural desinteressada*.

Seu modelo assemelhava-se ao da Universidade de São Paulo — USP, fundada no ano anterior. Seu núcleo estava constituído pelas Escolas de Filosofia e Letras, Economia e Direito, e Ciências, assim como pelos Institutos de Educação e de Artes. A efetivação do ideal universitário seria garantido pelo concurso do que havia de melhor entre a intelectualidade modernizante no País e pela contribuição seminal de professores estrangeiros. Arthur Ramos, Sérgio Buarque de Hollanda, Jorge de Lima, Alvaro Vieira Pinto, Josué de Castro, Afonso Arinos de Mello Franco, Gilberto Freyre, Lourenço Filho, Mário Casassanta, Mário de Andrade, Heitor Villalobos, Cândido Portinari, Arnaldo Estrela, entre outros, foram chamados a compor o plantel nacional na área de Ciências Sociais, Letras e Artes. Afrânio Peixoto, seu primeiro reitor, encarregou-se de contratar, na França, um *elenco de professores estrangeiros* composto por Emile Brehier (Filosofia), Eugene Albertin (História), Henri Hauser (História), Henri Tronchon (História), Gaston Leduc (Linguística), Pierre Desfontaines (Geografia), Robert Garric (Literatura).

Semelhante à USP na concepção, a UDF não dispunha, contudo, da mesma rede social de apoio. A instituição paulista foi percebida, pelas elites locais, como parte de um projeto de redenção política através da afirmação da hegemonia cultural paulista. E, como tal, legitimou-se e pode ficar, relativamente, ao abrigo de tempestades políticas. Já a UDF não contou com o mesmo tipo de escora social no momento em que foi sacudida pela reverberação do processo de radicalização política de meados da década dos 30.

Com efeito, já no ano de sua criação, o projeto perderia seu mentor e defensor no governo municipal com o alijamento de Anísio Teixeira, resultado da queda do Prefeito Pedro Ernesto. Em consequência, enfraquecia-se brutalmente a posição dos intelectuais ligados à ABE; fortaleciam-se as hostes católicas que haviam feito oposição cerrada a Teixeira. Solidificava-se a aliança entre o Ministro da Educação e as *lideranças católicas contra um projeto universitário* que se queria assentar sobre a autonomia e a liberdade de opinião e de pesquisa. Em 1937, a reitoria da UDF, que

já fora ocupada por Afrânio Peixoto e Afonso Pena Filho, foi entregue a Alceu Amoroso Lima, que se ocupou de preparar sua extinção. Para o conservadorismo católico tratava-se de liquidar no nascedouro um projeto universitário leigo, estatizante, racionalista e perigosamente propenso à "contaminação marxista". Para o Ministro da Educação de um governo empenhado em construir um Estado forte e centralizado, tratava-se de sufocar uma proposta assentada na idéia de autonomia administrativa e liberdade de criação e pensamento. Argumentaria o Min. Capanema com José Maria Belo:

"(...) Depois chamo sua atenção para este lado grave da questão, a saber, à União é que cabe dar ao ensino superior do país os padrões de todos os cursos. A Universidade do Brasil, modelo das demais, deve pois instituir e organizar modeladamente todas as espécies de faculdades. Nós que temos espírito nacional, que queremos o Brasil em primeiro lugar, não podemos querer que os padrões venham de outro ponto que não seja a União" (*apud* Schwartzman; Bomeny e Ribeiro da Costa, 1984:212).

A terceira iniciativa da década na área de ensino nasceu, assim, nas antípodas do projeto da UDF. Foi a afirmação das concepções centralistas e autoritárias, que presidiram e inspiraram a construção das instituições estatais, na primeira era de Vargas. Ela constituiu, também, a concretização da aliança do autoritarismo governante com o conservantismo católico, que garantiu ao último apreciável ascendência intelectual sobre a montagem das áreas de Ciências Sociais e Humanidades. Criada em 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia — FNFfi, da Universidade do Brasil surgiu desta convergência ideológica e de interesses.

Embora, de início, se houvessem antagonizado com o Estado Novo, os integralistas não tiveram dificuldade em encastelarse na nova instituição e, mesmo, em exercer sobre ela considerável domínio. San Thiago Dantas dirigiu a FNFfi de 1941 — 1945 e garantiu lugar para antigos companheiros, como Thiers Martins Moreira. Ademais, a nova faculdade absorveu o que restara dos quadros da UDF, depois de politicamente expurgados. Repetiu, também, alguns dos procedimentos adotados pela sua antecessora, ainda que com con-

teúdos políticos e doutrinários diversos e sem a independência que caracterizara a UDF. Durante todo o Estado Novo, a nomeação de professores dependeu de autorização presidencial, ouvida a seção de Segurança Nacional (*apud* Schwartzman; Bomeny e Ribeiro da Costa, 1984:227).

A área de Ciências Sociais foi constituída com o concurso de pensadores sociais de renome, mas simpáticos ou comprometidos diretamente com o Estado Novo, e de professores estrangeiros, basicamente franceses, ligados à corrente de pensamento católica. A Oliveira Vianna foi oferecida uma cátedra, que jamais chegou a ocupar; Arthur Ramos tornou-se catedrático de Antropologia e Etnologia. Em tratativa direta de governo a governo, organizou-se a vinda de Jacques Lambert, para a cátedra de Sociologia; André Gros, para Política; Antoine Bon, para História Antiga e Medieval; Maurice Byé, para Economia Política; René Poirier, para História da Filosofia, e outros para cátedras de Literatura, Psicologia, Geografia etc.

A estadia dos professores estrangeiros parece ter sido curta e de impacto intelectual mais modesto do que aquele exercido pela missão francesa na USP. Já em 1943, Victor Nunes Leal era indicado para ocupar a cátedra de André Gros e L. A. Costa Pinto, formado na primeira turma de Ciências Sociais, substituíu seu mestre, Jacques Lambert, na cátedra de Sociologia.

Na verdade, a atividade de pesquisa parece não ter logrado se institucionalizar na FNFfi, nem na forma embrionária e precária com que se vinha desenvolvendo na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo — ELSP e na USP, no mesmo período. Com efeito, nos primeiros dez anos da FNFfi (1939-1948) diplomaram-se 30 pessoas em Ciências Sociais, entre os quais L. A. Costa Pinto e Guerreiro Ramos, que desempenhariam papel de destaque nos anos 50.

Entretanto, os resultados da produção do período são minguados e revelam a permanência de um estilo de trabalho mais próximo do grande ensaio "com ponto de vista sociológico". Assim, comentando a produção da FNFfi, em seu primeiro decênio, Raul Bittencourt destacará "os trabalhos de antropologia brasileira do professor Arthur Ramos, os estudos sobre geografia humana e sobre o problema da alimentação, do professor Josué de Castro (...), o curso de Economia Política do professor Djacir Menezes, as pesquisas históricas que

realizou Hélio Vianna sobre a imprensa no Brasil (...)" (Paim, 1982:79).

Ao fazer um balanço sobre o desenvolvimento da Sociologia no Rio de Janeiro, Fernando de Azevedo chega a conclusões semelhantes quanto aos resultados alcançados. Sua lista de trabalhos relevantes é parecida com a de Bittencourt, mas um pouco mais extensa, incluindo, também, os seguintes autores e trabalhos: Mário Lins: *Espaço, Tempo e Relações Sociais* (1940), *Introdução à Espaçoologia Social* (1940), *A Transformação da Lógica Conceitual da Sociologia* (1947), *The Future of Sociology as Science*; A. Carneiro Leão: *Fundamentos da Sociologia* (1940), *Sociologia Rural* (1941); A. Guerreiro Ramos: *As Lutas de Famílias no Brasil* (1947), *Problèmes Démographiques Contemporains* (com Jacques Lambert, 1944); Manuel Diegues Jr.: *O Banguê nas Alagoas* (Azevedo, 1956).

Ao lado das iniciativas no plano do ensino superior, cabe assinalar, também, o surgimento, ainda na década dos 30, de outro tipo de instituição capaz de dar abrigo a cientistas sociais e de propiciar a produção de uma modalidade de conhecimento que, sem ser acadêmico em sentido estrito, costuma estar associado ao desenvolvimento das Ciências Sociais. Com efeito, o processo de modernização do Estado e, em particular, o esforço por torná-lo apto a desempenhar novas funções de planejamento e gestão, propiciaram a criação de organismos novos no âmbito de alguns ministérios, destinados a informar o *policy making* do governo central. Assim, surgiram o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa — INEP, em 1937 e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, no ano seguinte.

Criado a partir da reorganização do antigo Serviço Nacional de Recenseamento, para a realização do Censo de 1940, o IBGE significou um passo essencial para a institucionalização dos estudos demográficos no País. Além de assegurar a produção das estatísticas nacionais indispensáveis ao avanço dos estudos na área das Ciências Sociais, em seu Laboratório de estatística, organizado pelo demógrafo italiano, Giorgio Mortara, produziram-se monografias e análises, sobre as quais se puderam alicerçar os estudos demográficos no período subsequente.

O INEP, por seu turno, constituiu mais um desdobramento, desta vez no Ministério da Educação, do esforço do grupo de intelectuais ligados à ABE no sentido de promover uma reforma educacional pro-

funda e de efeitos democratizantes. Por esta razão, a embricação com as Ciências Sociais já estava dada na própria concepção do novo órgão e de suas funções. Criado por Lourenço Filho, figura ligada à ABE e ao movimento da Escola Nova, que dirigiria entre 1938 e 1945, era seu objetivo promover estudos e pesquisas que iluminassem a atuação governamental e, simultaneamente, prestar assistência técnica aos serviços municipais, estaduais e particulares de educação de forma a viabilizar sua reforma.⁴

Sobre as atividades do INEP na gestão Lourenço Filho, Mariani proporciona um relato resumido, que revela um significativo e bem sucedido esforço de construção institucional, um importante trabalho de divulgação do pensamento pedagógico internacional, um começo de consolidação das informações sobre a história da educação no País, e um fracasso no que respeita aos ambiciosos planos para o desenvolvimento da pesquisa de cunho sociológico. A mesma autora atribui esse fracasso à escassez de pessoal qualificado, agravada por disposições burocráticas que obrigavam o provimento dos cargos por "técnicos de educação", especialidade à qual o Departamento de Administração do Serviço Público — DASP, outorgou monopólio do exercício profissional, antes que o sistema educacional fosse capaz de produzi-los nas quantidades e com a qualificação requeridas (cf. Mariani, 1982:173-74).

Vista em perspectiva, a história das Ciências Sociais nas duas primeiras décadas de sua institucionalização, patenteia uma intimidade com a política, sob diversas formas. Essa proximidade, parece ter estado na raiz tanto de sua força como de suas vicissitudes.

Com efeito, muitas das instituições onde as Ciências Sociais se abrigaram, eram parte do aparelho governamental (INEP, IBGE). De outra parte, elas constituíam, com freqüência, a materialização de projetos culturais-ideológicos de forças que se definiam e disputavam poder na arena política. Por conseguinte, as repercussões dos embates políticos na vida interna das instituições acadêmicas eram necessariamente imediatas. No caso da Universidade pública, esse efeito foi potenciado pelo preva- lecimento de um modelo centralista e autoritário. Ele consagrava a ingerência do Poder Executivo sobre a natureza e condições de exercício da atividade acadêmica, assim como sobre a distribuição de poder no seu interior. Esta passava a depender predominantemente de critérios externos e

alheios à vida intelectual, nem sempre benéficos ao seu florescimento.

Por outro lado, nestas circunstâncias o cultivo de conexões com o sistema político e com as agências governamentais, tornou-se uma estratégia plausível e necessária para os grupos atuantes do cenário acadêmico. Como veremos com mais nitidez na década dos 50, as figuras-chave na construção de instituições foram, em geral, simultaneamente, intelectuais e políticos em constante trânsito de uma esfera de atividade para outra.

Finalmente, a imbricação estreita entre Ciências Sociais e política manifestou-se como tensão interna ao conteúdo da produção. Com efeito, a discussão sobre a relevância política do conhecimento produzido e sobre seu compromisso com a ação transformadora, constituiu-se o tema recorrente, quase obsessão, das Ciências Sociais feitas na capital do País. O compromisso com a política prática tornou-se, além do mais, elemento de diferenciação polêmica frente à Sociologia acadêmica que se praticava em São Paulo. Esse debate, que se iniciou com o artigo de Costa Pinto, "Sociologia e Mudança Social", de 1947, e se inflamou com as diatribes de Guerreiro Ramos, na *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, de 1954, pontuou todo o período. Ele, de certa maneira, expressa a relação entre formas distintas de conceber a função das Ciências Sociais e, sobretudo, as condições diversas em que ela começou a se transformar em disciplina acadêmica, nos dois principais centros urbanos do País.

1950-1964: A Expansão Institucional e seus Dilemas

O processo de construção institucional nos anos 50, apresenta diferenças marcantes com relação às décadas anteriores. O quadro III mostra, resumidas, algumas informações sobre as instituições dedicadas às Ciências Sociais criadas nos 14 anos que antecederam a quebra do regime da Constituição de 1946.

Como se pode observar, verificou-se a multiplicação de iniciativas, só comparável com aquela presenciada nos anos 30, e em contraste flagrante com a inércia da década anterior.

Em mais de um sentido, chama a atenção a diversidade dos novos empreendimentos. Com efeito, criaram-se modelos institucionais diversos: três eram órgãos localizados no interior de instituições públicas já existentes — Instituto de Direito

Público e Ciência Política — INDIPO, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — CBPE, Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios — SPI; um surgiu da reunião de unidades pertencentes à Universidade do Brasil, Instituto de Ciências Sociais — ICS; dois eram instituições isoladas, Instituto Superior de Estudos Brasileiros — ISEB e Centro Latino-Americano de Pesquisas e Ciências Sociais — CLAPCS. Por outro lado, a diversidade já espelhava um início de diferenciação disciplinar no interior das Ciências Sociais, ainda que a Sociologia fornecesse o paradigma dominante e percebido como matriz integradora do conhecimento produzido em outros campos. Assim, o INDIPO surgiu com o objetivo explícito de fertilizar a reflexão na área do Direito Público através do cultivo da Ciência Política. Por outro lado, a seção de Estudos do SPI, voltava-se claramente para o desenvolvimento da pesquisa e da formação de profissionais em Antropologia.⁵

Todos os empreendimentos do período sustentaram uma publicação periódica, à exceção da Seção de Estudos do SPI. Juntamente, com revistas editadas por grupos ou outras instituições, elas compuseram um campo de comunicação intelectual relativamente denso, no qual ganharam expressão praticamente todas as posições do espectro político com presença na cena cultural. O Quadro IV, mostra as publicações em circulação no período. Através dele é possível observar que, apesar da instabilidade da maioria dos periódicos, o número de iniciativas entre a segunda metade dos anos 50 e o começo da década seguinte, era superior a uma dezena.

A observação mais detida no Quadro III dá indícios de que a multiplicação das instituições talvez não deva ser interpretada apenas, ou principalmente, como expressão do vigor das Ciências Sociais, manifestado através do desabrochar de vários grupos com perfis e interesses diversos. Com efeito, um time destacado de intelectuais parece ter sido responsável por quase todas as criações do período. Exceção feita ao grupo que deu vida ao Instituto Brasileiro de Estudos Políticos — IBESP-ISEB e que só ligou-se a esta iniciativa, os nomes de Anísio Teixeira, L. A. Costa Pinto, Victor Nunes Leal, Themistocles Cavalcanti, Darcy Ribeiro, Castro Faria e Manuel Diégues, repetem-se em mais de uma instituição. Este fato sugere que a diversificação institucional pode ter sido, também, uma estratégia frente à dificuldade de deitar raí-

Quadro III
 INSTITUIÇÕES EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO
 1950-1954

| Instituições | Data - Fundação | Participantes | Participantes Estrangeiros | Publicações |
|---|--------------------------------------|---|---|------------------------------|
| IBESP-ISEB | IBESP (1953) ISEB (1955) | Helio Jaguaribe (diretor e secret. geral) Roland Corbisier (Com. Executiva e Cons. de Redação dos Cadernos de Nosso Tempo) Alberto Guerreiro Ramos (Com. executiva) Ewaldo Correia Lima (Com. execut. e Direção dos Cadernos) Romulo de Almeida Barreto (Com. executiva) Ignácio Rangel (Cons. Redação dos cadernos) Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida (Membro do Cons. de Redação dos Cadernos) João Paulo de Almeida Magalhães (Membro do Cons. de Redação dos Cadernos) Israel Klabin (idem) Oscar Soto Lorenzo (idem) Ottolmy Strouch (Diretor dos Cadernos de Nosso Tempo) Heitor Laício Rocha (Membro do Cons. de Redação dos Cadernos) | | Cadernos do Nosso Tempo. |
| CBPE-Centro Brasileiro de Pesquisas Econômicas (CAPES) — órgão de pesquisa do INEP-MEC Curso 15.1.37 Dec.-feij 530 (1939) Curso de formação de pesquisadores sociais (Darcy Ribeiro) | 1955 1957 | Anísio Teixeira (fund.) Darcy Ribeiro (coord.) (Diretor Estudos e Pesq. sociais) L. A. Costa Pinto, Joaquim Rita, Aparecida Joly Gouveia, Roberto Cardoso de Oliveira, Carolina Bori, Celso Castaldi, J. R. Brandão Lopes | Bertram Hutchinson (Soc. inglês) UNESCO Andrew Pearse (Sociol. inglês) UNESCO Solon T. Kimbele (Antrop. americano) Robert Havighurst (Soc.) UNESCO Otto Klinenberg (UNESCO) Charles Wagley (UNESCO) Carl Withers (UNESCO) | Educação e Ciências Sociais. |
| Seção de Estudos do SPI — Museu do Índio Curso de aperfeiçoamento em Antropologia Cultural | 1955 1955-56 Luis Castro Faria | Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão, Castro Faria, Pedro Lima | | |

| Instituições | Data - Fundação | Participantes | Participantes Estrangeiros | Publicações |
|---|---|--|----------------------------|---|
| Instituto Brasileiro de Direito Público e C. Política | 1950 | Temistocles Cavalcanti (fund.), Barbosa Lima Sobrinho, Bilac Pinto, Caio Tácito, Carlos Medeiros Silva, Hermes Lima, João Mangabeira, Osvaldo Trigueiro, San Thiago Dantas, Seabra Fagundes, Victor Nunes Leal | | Revista de Direito Público e Ciência Política (1956). |
| Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social — Museu Nacional | 1960 | Roberto Cardoso de Oliveira, Luis de Castro Faria | | |
| Centro Latino-Americano de Pesquisas de C. Sociais | 1957 Dec. 41.657 durante o seminário IBECC-UNESCO | Fundadores Brasileiros Oscar Esquivel (Costa Rica) Gino Germani (Argentina) Orlando de Carvalho Isaac Gorio (Uruguai) Antonio Rojas (Venezuela) Eduardo Hamuy (Chile) Mendieta & Nunes Diretor: L. Costa Pinto (1957-61) Manuel Diegues Jr. (1961) | | Boletim do CLAPCS América Latina (1953-1961-1966). |
| Instituto de Ciências Sociais — estudos e pesquisas em C. Sociais curso de disciplinas básicas em C. Sociais aperfeiçoamento e especialização | 1958-1967 começa efetivamente em 1959 e pesquisa 1960 | Fundadores: Evaristo Moraes F.º, Darcy Ribeiro, S. A. Costa Pinto, (Fac. Nac. Dir.) Victor Nunes Leal, Lineu de Albuquerque Mello (Fac. Direito) Presidentes: Victor Nunes Leal (1959) Evaristo Moraes F.º (1960-1962-1966-67) Lineu Pessoa e Albuquerque Mello (1961) Luis de Castro Faria (1963) Temistocles Cavalcanti (1964) Marina São Paulo de Vasconcelos (1965) Conselho Diretor: (em diversos momentos): Roberto Cardoso de Oliveira, Luis Aguiar de Castro Pinto, Jorge Kingston, José Nunes Guimarães, Antonio Garcia Miranda Neto, José Pereira de Souza, Maria Stille Faria Amorin Diretor de Programa: Tomas Pompeu Accioly Borges, Manuel Diegues Jr. Pesquisadores: Vinhas de Queiroz, Luciano Martins, Carlos Doria Seabra Soares, Ion Seabra de Freitas, José Antonio Pessoa de Carneiro, Nilda Agreda Pita, M. Stella Faria Amorim, Vera Werneck | | Revista de Ciências Sociais |

zes sólidas em terreno permanentemente varrido pela crise política e na ausência de tradições culturais que dessem lastro firme à atividade acadêmica. Nesse sentido, a opção daqueles construtores de instituições poderia ter sido a de materializar o maior número possível de projetos institucionais para que alguns vingassem, aproveitando ao máximo os recursos, em boa medida pessoais, de que dispunham.

Os recursos eram, basicamente, de três ordens — influência política, poder político e contatos internacionais — todos relacionados às histórias de vida da maioria dos construtores de instituições. Com efeito, foi comum a todos eles uma trajetória que se cumprira não apenas — nem principalmente — na academia, mas em agências governamentais ligadas ou não ao sistema educacional, e em cargos políticos de confiança ou de mandato eletivo. Assim como foi mais ou menos compartilhado o acesso a uma rede de relações internacionais — e em particular, latino-americana — tecida primordialmente em torno da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura — UNESCO.⁶ O Quadro V proporciona informação biográfica resumida sobre as figuras mais destacadas da história institucional e intelectual das Ciências Sociais, no Rio de Janeiro. Ele patenteia certa similitude de caminhos trilhados e a enorme divergência entre suas histórias profissionais e a dos seus contemporâneos construtores da Sociologia paulista.

Assim, por exemplo, Anísio Teixeira usou o poder de que dispunha, na direção do INEP para criar o CBPE, que nasceu com apoio entusiástico e grande envolvimento da UNESCO. Da mesma forma, foi Anísio na presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior — CAPES, quem proporcionou os recursos necessários à decolagem do IBESP, cujo grupo fundador possuía laços estreitos com os técnicos de assessoria econômica de Vargas e que desempenharam papel de relevo no governo Kubitschek. Foram contatos dessa natureza que permitiram que o ISEB pudesse, posteriormente, ser “encampado” pelo Ministério da Educação.⁷

O desenvolvimento institucional que resultou da atividade desses empreendedores intelectuais deu-se em boa medida à margem da Universidade. Foram, na verdade, e em sua maioria, esforços de desenvolver a produção de conhecimento em Ciências Sociais fora do sistema universitário.

Desta maneira, a formação escolar de novos cientistas e a produção em Ciências Sociais estiveram sempre divorciadas. A primeira, realizada nas Universidades, limitou-se ao estágio de graduação. E é sintomático que o primeiro programa de pós-graduação criado no Rio de Janeiro, tenha sido o do Museu Nacional. Mesmo no que respeita à formação graduada, a Faculdade Nacional de Filosofia parece ter tido um papel menor. Criado em 1958, o curso de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica — PUC, graduou parcela expressiva dos cientistas sociais cariocas que hoje ocupam posições destacadas na comunidade acadêmica. Entretanto, em que pese a disposição explícita de replicar o modelo da ELESF o curso da PUC jamais logrou desenvolver atividade de pesquisa. E a Universidade do Brasil só tardiamente tratou de criar condições para a pesquisa em Ciências Sociais. A criação do ICS não teve outro objetivo, mas não deixa de ser sintomático que tenha constituído o último empreendimento do período e que projetos de porte significativo patrocinados pela UNESCO tenham sido montados, antes do CBPE e do CLAPCS.

É muito provável que as vicissitudes políticas que marcaram a origem da FNFi, influenciando sobre o recrutamento e sobre a própria organização interna das áreas, tenha obstaculizado o desenvolvimento de grupos capazes de promover a institucionalização da pesquisa. Por outro lado, devem ter pesado circunstâncias ligadas ao próprio funcionamento da FNFi, em particular aquelas ligadas às condições de trabalho dos docentes. Em diagnóstico efetuado à época, Pe. Fernando de Ávila atribuiu a dificuldade de assegurar uma atividade de pesquisa continuada no interior da Universidade à inexistência de tempo integral (Ávila, 1960:5). De forma mais ampla, Sorj, analisando a experiência do ICS, diagnostica as vicissitudes das Ciências Sociais na Universidade do Brasil:

“As motivações que empenham um grupo de professores da Faculdade Nacional de Filosofia e de outras faculdades da Universidade do Brasil (...) na criação do ICS devem ser buscadas na realidade mais imediata do contexto acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia. Esta deixava muito a desejar no que se refere à pesquisa em Ciências Sociais voltada para o exame da realidade brasileira. Mais ainda, ela atendia de forma precária até mesmo a sua

Quadro V

CIÊNCIAS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO: PRINCIPAIS CONSTRUTORES DE INSTITUIÇÕES

| Nome | Naturalidade Ano Nascimento | Instituição onde se Formou | Carreira Profissional | Carreira Política | Partido Político | Associação Profissional |
|-----------------|--------------------------------|--|--|--|---------------------|---|
| Artur Ramos | Pilar-Alagoas 1903-1969 | Faculdade de Medicina-Universidade da Bahia | Doutor (1926) — Tese Primitiva — Loucura, 1928 — Livre docência, Clínica Psiquiátrica na Faculdade Medicina da Bahia. 1928 — Médico Legista do Instituto Nina Rodrigues. Diretor do Manicômio Judiciário. Diretor do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. 1935 — Cátedra de Psicologia Social da UDF. Cátedra de Antropologia na FNEI, UBrasil. Chefia do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO | | | Fundador da Sociedade de Antropologia e Etnologia |
| Anísio Teixeira | Cactitê-Bahia 1900-1971 | Faculdade de Direito-Universidade do Rio de Janeiro (1922) | Master of Arts Teacher's College Columbia (1929) Superintendente de Educação Secundária. Departamento Nacional de Educação (1931) Diretor Geral do Departamento de Educação e Cultura. DF (1931/34) Criador UDF (1935) Consultor Tradutor da Companhia de Editora Nacional (1936/44) Sócio Proprietário da Sociedade Brasileira Importadora e Exportadora (1938/55) Conselheiro de Educação Superior do Departamento de Educação da UNESCO (1946/67) Secretário Geral CAPES (1951/64) Diretor INEP (1952/64) Conselho Estadual de Educação (1962/68) Reitor UnB (1963) Professor visitante na Columbia e Universidade da Califórnia — Los Angeles (1963/65) Consultor da Cia. Nacional (1966/71) | Secretário de Educação e Cultura-DF (1935) | | Presidente ABE |

| Nome | Naturalidade Ano Nascimento | Instituição onde se Formou | Carreira Profissional | Carreira Política | Partido Político | Associação Profissional |
|-------------------------------|---------------------------------------|---|---|--|---------------------|---|
| Darcy Ribeiro | Montes Claros Minas Gerais 1922 | FLSP, São Paulo | Licenciado em Ciências Sociais (1946) Pesquisador SPI (1947) Organizador e 1.º Diretor do Museu do Índio (1954) Professor etnologia FNFi (1955/61) Diretor Divisão de Estudos CBPE (1957) Coordenador de Planejamento da UnB (1960) Reitor UnB (1961/63) Presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas Sociais (1962) Professor de Antropologia — Universidade do Uruguai Pesquisador do Instituto de Estudos Internacionais-Universidade do Chile (1970) Organizador do Centro de Estudos Participação Popular no Peru (1972) — PNUD-OIT Plano reestruturação da Universidade do Peru Plano Universidade de Ciências Humanas — Argel Comissão PNUD para Universidades do III Mundo, México (1975) Professor Titular do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais UFRJ | Ministro da Educação (1962) Chefe da Casa Civil da Presidência (1963) Vice-Governador do Rio de Janeiro (1983/86) Secretário de Ciência e Cultura do Rio de Janeiro (1983/86) | | |
| Luis de Aguiar Costa Pinto | Salvador-Bahia 1920 | Faculdade Nacional de Filosofia (1944) | Cátedra Sociologia — Faculdade Nacional de Ciências Econômicas Livre Docente Sociologia — UB (1947) Assessor do Serviço de Pesquisa do Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria da Agricultura da Prefeitura do DF Consultor SENAC Chefe da Divisão de Pesquisa do Instituto de Economia da Fundação Mauá (1948/52) Diretor CLAPCS (1957/61) Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas MEC (1956) | | | Sociedade Brasileira de Sociologia — ISA — (Vice presidente) Sociedade Brasileira de Estatística |

| Nome | Naturalidade Ano Nascimento | Instituição onde se Formou | Carreira Profissional | Carreira Política | Partido Político | Associação Profissional |
|-----------------------------|--------------------------------|--|---|----------------------|---------------------|--|
| Evaristo de Moraes Filho | Rio de Janeiro-RJ 1914 | Faculdade Nacional de Direito Faculdade Nacional de Filosofia | Livre Docente de Sociologia FNF Catedrático de Direito do Trabalho — FND Vice Presidente do Instituto de Ciências Sociais Procurador da Justiça do Trabalho Secretário da Comissão Mista de Conciliação Livre Docente de Direito do Trabalho FND | | | SHS Instituto Brasileiro de Filosofia |
| Djacir Lima Menezes | Maranguape-Ceará 1907 | | Catedrático de Instituto de Educação do Ceará. Faculdade de Direito do Ceará, FNF, FNCE | | | |
| Manuel Diegues Júnior | Maceió-Alagoas 1912 | Faculdade de Direito de Recife (1935) | Auxiliar Técnico da Delegacia Regional MTIC (1938) Assistente do Secretário Geral do IBGE (1939) Diretor do Departamento de Estatística, ES (1940/41) Diretor do Departamento de Estatística de Alagoas (1942/45) Secretário do Conselho Alagoas (1942/45) Chefe da Segurança da Divisão Cultural IBGE (1945/47) Chefe da Biblioteca de Intercâmbio do Conselho Nacional de Estatística (1948/52) Diretor do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura (1954) Chefe do Departamento de Estudos e Planejamento IMIC — (1955) Professor de Antropologia, Psicologia e Serviço Social PUC Professor de Etnologia e Etnografia do Brasil na Faculdade de Filosofia da PUC e Faculdade Santa Ursula Diretor CLAPCS (1962) | | | |

| Nome | Naturalidade Ano Nascimento | Instituição onde se Formou | Carreira Profissional | Carreira Política | Partido Político | Associação Profissional |
|------------------------------------|--------------------------------|---|--|--|---|-----------------------------------|
| Fernando Bastos de Ávila | Rio de Janeiro-RJ 1918 | Faculdade de Padres Jesuítas de Nova Friburgo/Teologia N. Gregoriana/Roma Ciências Políticas e Sociais — Louvain | Professor de Sociologia-Faculdade de Filosofia, Escola de Sociologia-PUC Prof. Sociologia da Escola de Serviço Social "Ana Néri" Professor de Estudos Brasileiros do Instituto Rio Branco (1957/58) Diretor da Comissão Nacional Católica Diretor da Escola de Sociologia e Política — PUC | | | |
| Themistocles Brandão Cavalcanti | Rio de Janeiro-RJ 1899 | Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais | Advogado dos alunos da Escola Mi- litar envolvidos na revolta de 5.7.22 Advogado dos revolucionários do paulistão (1924) Conselheiro Técnico da Confedera- ção Nacional do Comércio (1950) Diretor IDPCP Presidente IBECC (UNESCO) (1955/64) Comissão Juristas para elaboração do Anteprojeto da Constituição/67 Ministro Supremo Tribunal Federal (1967) | Secretário de Antonio Prado Revolucioná- rio 1930 Consultor Pre- feitura do DF com Pedro Er- nesto Procurador geral da Repú- blica (1945/47) | Fundador 1926-PD 1.º Secretário do Clube 3 de Outubro (1931) UDN | Vice-Presi- dente IAB, 1941 |
| Guerreiro Ramos | Bahia 1915-1985 | Faculdade de Ciências Sociais — FNF — 1942 Faculdade de Direito — FNF — 1943 | Logo em 1943 foi indicado para a área de Ciência Política na Faculda- de Nacional de Filosofia, mas não foi nomeado para o cargo por suspeitas de colaboração com os comunistas. Ficou em 1943 desempregado e atra- vés de San Tiago Dantas arranhou um curso no Departamento Nacio- nal da Criança. Foi nomeado no final de 43, técnico administrativo do DASP. Recebeu influências de Pierson no que diz respeito às téc- nicas de pesquisa ("escreve coisas muito americanizadas"). Em 1951, quando Getúlio reassume, vai tra- balhar na Casa Civil com Rômulo de Almeida, permanecendo no DASP. Professor Fundador da EBAP Professor da FGV (1952) Reuniões em Itatiaia (ISEB) 1955 Foi nomeado como delegado do Brasil na ONU em 1952, através de San Tiago Dantas Saindo do ISEB em 1959, teve uma coluna em "O Semanário" Em 1958/59 teve uma coluna na Última Hora. Ministrou cursos na Escola Superior de Guerra Fez a 1.ª pesquisa de padrão de vida no Brasil, publicada no "Anuário do Brasil" Vai para os Estados Unidos. | Com 17 anos ainda no Giná- sio partici- pou do movi- mento integra- lista (1933). | | |

função principal definida como de ensino e transmissão de conhecimento. De fato, muitos professores não possuíam formação específica nas ciências sociais, mas em outras disciplinas onde a sociologia e a política se constituíam em subáreas, como por exemplo, sociologia do Direito, Ciências Jurídicas e Políticas. Os programas que ministravam estavam em franca defasagem com os progressos que as ciências sociais apresentavam a partir da década de cinquenta, tanto a nível nacional como internacional. E havia pouca ênfase na pesquisa empírica e na problematização da realidade social brasileira” (Sorj, 1986:5).

Em suma, ensino e esforços de pesquisa tenderam a se divorciar nas instituições dedicadas às Ciências Sociais no Rio de Janeiro no período estudado, em claro contraste com a experiência que, bem ou mal, se desenvolvia em São Paulo. Separadas, docência e investigação, se domiciliaram em instituições que um conjunto de condições tornava muito vulneráveis às circunstâncias políticas. Não foi por acaso que a mudança política provocada pelo Golpe Militar de 1964 teve sobre elas o efeito de um dilúvio, ao qual nenhuma escapou ileso.

O ISEB constituiu um caso exemplar e limite de vulnerabilidade aos avatares da política. Provavelmente em razão do propósito explícito de intervenção política que moldou sua feição institucional.⁸ A polarização política que sacudiu a cena pública brasileira, no final dos anos 50, projetou-se no conflito interno que cindiu a instituição. A discussão sobre a natureza da política nacionalista levou ao conflito aberto entre as principais lideranças do ISEB, desde a publicação da obra polêmica de Hélio Jaguaribe *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. A partir de então, a radicalização de posições no campo nacionalista encontrou no Instituto sua caixa de ressonância e sua plataforma de propagação. O ISEB, que foi alvo privilegiado da sanha repressiva da primeira hora do governo militar, era uma instituição tão dilacerada quanto o sistema político que sossobrou em 31.3.64.

Finalmente, as circunstâncias em que foram geradas as instituições e o perfil de seus construtores marcaram os conteúdos e, sobretudo, a natureza das Ciências Sociais que aí se produziram. As diferenças de paradigma, enfoque e forma de tratamento das informações eram, obviamente,

te, enormes e tornam ilegítimas quaisquer generalizações apressadas. Entretanto, para além da dissemelhança existia algo de comum nas maneiras como grupos e instituições propuseram a relação entre o conhecimento produzido e o que era percebido como a agenda de problemas da nação.

Para alguns, como os criadores do IBESP-ISEB, a Sociologia havia de ser a autoconsciência da nação, o instrumento através do qual “a nação possa compreender-se a si própria, decifrar objetivamente seus problemas” (G. Ramos, 1954:78-9). Ou, nas palavras de Jaguaribe, “contribuir para formulação de uma ideologia estrutural e “faseologicamente” adequada à mobilização da sociedade para os esforços necessários à realização do projeto de desenvolvimento nacional” (Jaguaribe, 1979:96). Mas, não só isso. Ela não deveria ter pejo de ser produção de conhecimento interessado que iluminasse e orientasse as opções das forças políticas e dos *policy makers*. Uma Sociologia que nas palavras de Guerreiro Ramos “se pensa”, por assim dizer, “com as mãos” no exercício de atividades executivas e de aconselhamento nos quadros dos negócios privados e governamentais” (Ramos, 1954:115). Anísio Teixeira concebia o CBPE como um instrumento para “à luz da política institucional formulada pela pesquisa antropológica e das verificações da pesquisa educacional (...) elaborar planos, recomendações e sugestões para a reconstrução educacional de cada região do país, no nível primário, rural e urbano, secundário e normal, superior e de educação de adultos” (*Apud* Mariani, 1982:177-78). Se a ênfase na convergência do Direito Público com a Ciência Política tinha por meta propiciar uma formação mais completa às elites do País, os objetivos do INDIPO não se esgotavam aí. Fazia parte dos seus estatutos “a realização de estudos e pesquisas, tendentes à elaboração de anteprojetos de leis e regulamentos” (*Revista de Direito Público e Ciência Política*, 1957:137). Os exemplos poderiam multiplicar-se. Importa aqui ressaltar que tratava-se de uma produção que não se dirigia à comunidade acadêmica, nem tampouco aos cultores de conhecimento diletante e desinteressado. Ao revés, os destinatários das Ciências Sociais eram a cidadania esclarecida e, antes dela, as elites políticas do País. Essa característica, que conferia especial vitalidade e tensão criadora à produção do período, talvez tenha contribuído,

juntamente com as dificuldades de institucionalização da pesquisa acadêmica, para o prolongamento da tradição do grande ensaio e pelo precário desenvolvimento de modalidades de organização do conhecimento, que as Ciências Sociais acadêmicas já haviam institucionalizado em outros países.

Notas

1. Sobre o tema ver Schwartzman (1979: 163-90); (1982: 11.136) e (1984: 173-230).
2. As informações deste parágrafo e dos seguintes apóiam-se extensamente em Salém (1982).
3. Sebastião de Magalhães, "Um inquérito social sobre as condições de vida do morro do Querosene", *A Ordem*; Maria de Lourdes Gomes, "Como a sociologia pode contribuir para a reforma cristã da sociedade", *A Ordem*; Antonio Gabriel Fonseca, "A reforma cristã da sociedade", *A Ordem*, v. 14, n. 29.
4. Sobre o INEP ver Mariani (1982).
5. Sobre o tema ver Melatti (1984).
6. Sobre a atuação da UNESCO nas Ciências Sociais na América Latina ver Lengyel (1986).
7. Para uma reconstituição competente da história do CBPE ver Mariani (1982). A história do ISEB é conhecida e controversa. Sobre o assunto ver: Jaguaribe (1979), Sodré (1986), Debert (1986) e Toledo (1975).
8. Schwartzman (1982) identifica a novidade IBESP-ISEB na proposta de constituição de um grupo de intelectuais com projeto político próprio.

Bibliografia

- Ávila, Pe. Fernando de
1960. "Relatório sobre o ensino das ciências sociais no Brasil". Rio de Janeiro, Encontros Regionais de Educadores Brasileiros, *mimeo*.
- Azevedo, Fernando de
1956. *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro, ed. Melhoramentos, vol. II.
- Cândido, Antônio
1976. *Literatura e Sociedade*. 5.ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- Costa Pinto, L. A.; Carneiro, E.
1955. *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, CAPES.
- Debert, Guita Grin
1986. *A Política no Significado nos Anos 60: O Nacionalismo no ISEB e na ESG*. Tese de Doutorado apresentada à FFLCH da USP.
- Guerreiro Ramos, Alberto
1954. *Cartilha de um Aprendiz de Sociólogo*. Rio de Janeiro, Andes.
- Jaguaribe, Hélio
1979. "ISEB: um breve depoimento e uma reapreciação crítica". *Cadernos de Opinião*, n. 14, out.-nov., pp. 94-110.
- Lengyel, Peter
1986. *International Social Science: The UNESCO Experience*, New Brunswick, Transaction Books.

- Mariani, Maria Clara
 1982. "Educação e ciências sociais: o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Pesquisas Educacionais", Simon Schwartzman, in *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*, Brasília, CNPq.
- Martins, Luciano
 1987. "A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. II, n. 4.
- Melatti, Júlio César
 1984. "A antropologia no Brasil: um roteiro". *BIB* n. 17, pp. 3-52.
- Paim, Antônio
 1982. "Por uma Universidade no Rio de Janeiro", Simon Schwartzman, in *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq.
- Salem, Tânia
 1982. "Do Centro Dom Vital à Universidade Católica", Simon Schwartzman, *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*, Brasília, CNPq.
- Schwartzman, Simon
 1979. *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo, Cia. ed. Nacional.
 ———. *Introdução, Pensamento Nacionalista e Os Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília, Câmara dos Deputados, pp. 4-119.
- Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena; Ribeiro da Costa, Wanda
 1984. *Tempos de Capanema*. Rio, Paz e Terra-Edusp.
- Sodré, Nelson Werneck
 1986. "A verdade sobre o ISEB". Nelson Werneck Sodré, in *História da História Nova*, Petrópolis, Vozes.
- Sorj, Bila
 1986. *As Ciências Sociais no Rio de Janeiro nos anos 60: O Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil*. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, mimeo.
- Toledo, Caio Navarro
 1978. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo, Ática.
- Vianna, Oliveira
 1974. *Instituições Políticas Brasileiras*. 2.ª ed., Rio, Paz e Terra-UFF.

Mestrado em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba — Campus I — João Pessoa — PB

Dados Gerais:

O Curso de Mestrado em Ciências Sociais (MCS) da Universidade Federal da Paraíba — Campus I — João Pessoa, é um programa de Pós-Graduação *stricto sensu* de caráter interdisciplinar que articula as áreas de conhecimento de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

Iniciado em 1979, o Curso tem como área de concentração "Política e Trabalho no Brasil" que sintetiza as preocupações de estudo voltadas para o mundo do trabalho e das ações políticas levadas a efeito quer pelo Estado, quer pelas diferentes classes da sociedade brasileira, com prioridade pelas classes trabalhadoras.

Formação Acadêmica:

A estrutura do Curso de Mestrado em Ciências Sociais prevê a realização de 30 créditos, sendo que 21 destes correspondem a disciplinas obrigatórias e os nove créditos restantes a disciplinas optativas.

A perspectiva acadêmica do Curso concebe o Mestrado, simultaneamente, como formação e produção. Por esta razão, sua

estrutura está dividida em três núcleos, que se sucedem mais ou menos cronologicamente. Os dois primeiros núcleos são previstos no transcorrer de três semestres, com possibilidade de prorrogação de um semestre.

Núcleo I — Formação Básica.

Composto por um conjunto de disciplinas que visam, numa seqüência lógica, a permitir ao aluno o conhecimento teórico-metodológico indispensável à elaboração de uma dissertação em Ciências Sociais. Este núcleo constitui-se fundamentalmente das seguintes disciplinas obrigatórias: Teoria das Ciências Sociais I; História do Trabalho no Brasil; A Investigação Científica; Pesquisa em Ciências Sociais II; Metodologia do Ensino Superior; Estudo de Problemas Brasileiros.

Núcleo II — Formação na Área de Concentração.

Este núcleo compõe-se de um conjunto de disciplinas optativas, entre as quais o aluno elege algumas de acordo com seus interesses de estudo. Pertencem a este núcleo as seguintes disciplinas, entre outras: Estado e Reprodução da Força de Trabalho; Sociologia do Trabalho; Sindicatos e Política Trabalhista; Movimentos Sociais; Sociedade e Política no Nordeste; Organização do Trabalho nas Fábricas; Classes

Sociais, Cultura e Ideologia; Análise Política de Instituições, Partidos e Sindicatos; Políticas Sociais; e Tópicos Especiais em Ciências Sociais (abordando conteúdos específicos de acordo com interesses de estudo dos alunos e do próprio Curso).

Além das disciplinas oferecidas diretamente pelo MCS, o aluno poderá cursar outras, oferecidas por Cursos de Pós-Graduação, que constituem "área de domínio conexo".

Núcleo III — *Elaboração de Dissertação*

A conclusão dos dois núcleos anteriores se dá, em princípio, ao fim do 3.º semestre com a apresentação e defesa do projeto de dissertação.

Área de Concentração e Linhas de Pesquisa:

A problemática do mundo do trabalho, as mudanças significativas que tem sofrido, sobretudo nos últimos tempos, e as práticas políticas que o atravessam, concernentes aos seus diversos atores sociais, constituem a área de concentração do Mestrado condensado no título "Política e Trabalho no Brasil". Sua realização passa, assim, pela investigação do processo de industrialização e formação da classe operária, condições históricas e atuais da reprodução da força de trabalho, mudanças (técnicas e políticas) dos processos de trabalho e das relações de reprodução, formas de organização e práticas políticas dos trabalhadores, políticas do Estado, ideologia e cultura no seio dos trabalhadores.

Esta área de concentração exprime-se em determinadas linhas de pesquisa, sobre as quais devem incidir os planos de trabalho dos mestrados e o essencial da pesquisa de seu corpo docente: Evolução e Reprodução da Força de Trabalho; Formas de Organização dos Trabalhadores e Movimentos Sociais; Estado e Classe Trabalhadora; Organização do Trabalho; Cultura e Ideologia nas Classes Trabalhadoras.

Pesquisas Concluídas e em Andamento

1 — Concluídas: "Do Saber Popular ao Científico Sobre Plantas nas Práticas da Saúde", José Maria Tavares de Andrade; "A Participação da Mulher na História da Paraíba", Lourdes Maria Bandeira; "Fontes para a História da Industrialização no Nordeste 1889-1980", Mauro Guilherme P. Koury; "As Frentes de Emergência e o Movimento dos Saques: O Dilema do Ali-

mento e o Trabalho no Meio Rural Paraibano", Ana Maria Q. F. Neto; "Igreja e Movimento dos Trabalhadores Urbanos no Nordeste 1889-1945", Mauro Guilherme P. Koury; "Mapeamento dos Movimentos Sociais Ocorridos no Estado da Paraíba 1900-1980", Mauro G. P. Koury; "O que é Cooperativismo?", Gilvando S. L. Rios; "Condições de Trabalho e Vida do Operário da Indústria Têxtil da Paraíba", Maria Carmela Buonfiglio; "O Setor Informal Têxtil: O Caso do Nordeste", Christian A. M. Azais; "Divisão do Trabalho e Mão-de-Obra na Indústria Nordestina — PE/PB 1889-1980", Jacob C. Lima.

2 — Em Andamento: "Os Pobres no Nordeste (1889-1930)", Mauro Guilherme P. Koury; "A Sexualização do Trabalho na Indústria Paraibana a partir de 1960", Lourdes Maria Bandeira; "A Estrutura de Poder Regional-Paraíba", Maria Antonia A. Andrade; "O PCB, o PC do B e a Transição Democrática", Rubens Pinto Lyra; "Relações de Mercado e de Trabalho, Relações de Poder: O Comportamento no Sistema Agrário Canavieiro na Paraíba", Deis Elucy Siqueira; "Inovação Tecnológica e Processo de Trabalho", Maria Carmela Buonfiglio; "A Classe Média na Paraíba: Perfil e Representações", Paulo de Tarso C. Medeiros; "Disciplinamento da Força de Trabalho e Práticas Coletivas", Ana Maria Q. F. Neto; "Movimentos Sociais e Estado no Nordeste", Eliana Monteiro Moreira e José Procópio da Silveira.

Publicações:

O Mestrado em Ciências Sociais tem duas linhas de publicação: a Revista *Política e Trabalho*, que é uma publicação anual e a *Série Debates*, publicação bimensal, ambas voltadas para a divulgação de trabalhos acadêmicos e de pesquisa de professores e alunos. Encontram-se em circulação os seguintes textos: "As Constituintes de 1934 e 1946: Reformulação Institucional e Análise de Conjuntura"; "Comunicação e Cultura: Algumas Reflexões"; "O Demônio e o Fetichismo da Mercadoria"; "Práticas de Saúde no Contexto da Família Operária"; "Força de Trabalho Feminino e Impacto sobre o Estado Nutricional"; "Estado e Assalariamento Restrito no Brasil"; *Política e Trabalho* n. 1.4; *Política e Trabalho* n. 1.5; "Constituinte e Constituição: Aspectos Político-Ideológicos do Processo Constituinte"; *Textos Debate* n. 2; "Movimentos Sociais: Para Além da Dicotomia Rural-Urbano".

Corpo Docente:

Ana Maria Q. F. Neto, doutor Antropologia, École des Hautes Etudes, Paris; Christian A. M. Azais, doutor Economia, Paris I; Deis Elucy Siqueira, doutor Sociologia, UNAM; Eleonora M. de Oliveira, doutoranda C. Política, USP; Eliana Monteiro Moreira, Mestre Sociologia, Louvain; Gilvando S. L. Rios, doutor Sociologia, École des Hautes Études, Paris; Gisélia F. Potengy, doutor Antropologia, Nanterre, Paris; Jacob Carlos Lima, doutorando Sociologia, USP; José Maria Tavares de An-

drade, doutor Antropologia, Louvain; Lourdes Maria Bandeira, doutor Antropologia, Paris V; Maria Antonia A. Andrade, mestre C. Política, Louvain; Maria Carmela Buonfiglio, doutor Sociologia, UNAM; Mauro Guilherme P. Koury, mestre Sociologia, UFPe; Paulo de Tarso, C. Medeiros mestre Sociologia, UNICAMP; Rosa Maria G. Silveira, doutor História, USP; Rubens Pinto Lyra, doutor C. Política, Nancy/França; Simone C. Maldonado, doutoranda Antropologia, UnB; Tereza Gally de Andrade, doutor Educação, Louvain; Theophilos Rifiotis, doutorando, USP.

Sumário

Resenha Bibliográfica

Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro:
Uma Resenha dos Estudos Recentes

Inaiá Maria Moreira de Carvalho 3

Problemas do Ensino e da Pesquisa

Ciência: Mitos, Equívocos e Controvérsia

Edmundo Campos Coelho 26

Fontes de Pesquisa

Historiografia e Fontes (1930-1954)

Israel Beloch 47

Perfil Institucional

Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro 98

Sumário

Resenha Bibliográfica

| | |
|--|----|
| Os Estudos de Parentesco no Brasil <i>Roque de Barros Laraia</i> | 3 |
| Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80 <i>Pedro Jacobi</i> | 18 |

Problemas do Ensino e da Pesquisa

| | |
|---|----|
| Donald Pierson e a Sociologia no Brasil <i>Lúcia Lippi de Oliveira</i> | 35 |
|---|----|

Fontes de Pesquisa

| | |
|---|----|
| As Fontes para a História Social do Brasil Meridional <i>Altiva Pilatti Balhana</i> <i>Cecília Maria Westphalen</i> | 49 |
|---|----|

Perfil Institucional

| | |
|---|----|
| Núcleo de Documentação Cultural — Nudoc | 57 |
| <i>Pesquisas em Andamento</i> | 60 |
| <i>Teses e Dissertações</i> | 62 |
| <i>Noticiário</i> | 68 |

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

número 2 vol. 1
outubro de 1986
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ISSN 0102 - 6909

SUMÁRIO

-
- 3 Apresentação
-
- 5 Trabalho, família e relações homem/mulher - reflexões a partir do caso japonês
Helena Hirata
-
- 13 Taylorismo e fordismo no trabalho bancário: agentes e cenários
Roberto Grün
-
- 28 Sindicato: organização e interesses na sociedade capitalista avançada
Antônio Augusto Pereira Prates
-
- 41 Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social
Ernesto Laclau
-
- 48 As vicissitudes do liberalismo no direito penal brasileiro
Peter Fry e Sérgio Carrara
-
- 55 Mercado de arte e mecenato: Brasil, Europa, Estados Unidos
José Carlos Durand
-
- 68 O nacional e o regional na construção da identidade brasileira
Ruben George Oliven
-
- 75 A produção organizacional dos prelados na República Velha
Sergio Miceli
-
- 82 Resenhas
-
- 91 Resumos/Résumés/Abstracts

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

número 5 vol. 2
outubro de 1987
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ISSN 0102-6909

SUMÁRIO

-
- 3 Apresentação
-
- 5 Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964)
Sergio Miceli
-
- 27 Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense
Fernando Papaterra Limongi
-
- 47 A Força do Novo: por uma nova sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil
Simon Schwartzman
-
- 67 Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina — perspectivas e realidades
Fernando Calderón
Elizabeth Jelin
-
- 86 Para onde vai a China?
Hélgio Trindade
-
- 100 Resenhas
-
- 106 Resumos/Abstracts/Résumés

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

número 6 vol. 3
fevereiro de 1988
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ISSN 0102-6909

SUMÁRIO

- 3 Apresentação
- 5 Marxismo e escolha racional
Adam Przeworski
- 26 Identidade, política e a teoria da escolha racional
Fábio Wanderley Reis
- 39 Zoneamento: análise política de um instrumento urbanístico
Antonio Octávio Cintra
- 53 "Welfare state", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional
Sônia Draibe e Wilnês Henrique
- 79 Traficantes do excêntrico. Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60.
Mariza Corrêa
- 99 Lazer e consumo cultural das elites
Maria Cecília Spina Forjaz
- 114 Resenhas
- 128 Resumos/Abstracts/Résumés



bib

PEDIDO DE ASSINATURA

RBCS — Revista Brasileira de Ciências Sociais

BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico

Preencha este formulário e o envie para o endereço abaixo acompanhado de um cheque nominal e cruzado no valor da opção de assinatura desejada.

| | <i>Individual</i> | <i>Institutional</i> |
|---|-------------------|----------------------|
| <input type="checkbox"/> Assinatura anual da RBCS (3 números) | Cz\$ 2.300,00 | Cz\$ 3.400,00 |
| <input type="checkbox"/> Assinatura anual da RBCS (3 ns.) + BIB (2 ns.) | Cz\$ 2.840,00 | Cz\$ 5.680,00 |
| <input type="checkbox"/> Assinatura anual do BIB (2 números) | Cz\$ 700,00 | Cz\$ 1.400,00 |
| <input type="checkbox"/> Números atrasados RBCS (cada exemplar) | Cz\$ 1.000,00 | Cz\$ 1.000,00 |
| <input type="checkbox"/> Números atrasados BIB (cada exemplar) | Cz\$ 550,00 | Cz\$ 550,00 |

NOME:

ENDEREÇO:

CIDADE: ESTADO CEP TEL:

INSTITUIÇÃO:

DATA:/...../19.....

FOR SUBSCRIBERS OUTSIDE BRASIL

| | <i>Individual</i> | <i>Institutions</i> |
|--|-------------------|---------------------|
| <input type="checkbox"/> Annual subscription of RBCS (3 issues) | US\$ 70.00 | US\$ 100.00 |
| <input type="checkbox"/> Subscription of RBCS including BIB (2 issues) | US\$ 90.00 | US\$ 130.00 |

NAMº:

ADDRESS:

INSTITUTION:

Please send a chek to:

Enviar cheque para:

ANPOCS — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Av. Dr. Arnaldo 1973
01255 - São Paulo - SP - Brasil

Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

BIB 1, *Eli Diniz Cerqueira* e *Renato Raul Boschi*, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica". **BIB 2**, *Anthony Seeger* e *Eduardo Viveiros de Castro*, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico". **BIB 3**, *Luiz Werneck Vianna*, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências". **BIB 4**, *Lucia Lippi Oliveira*, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada". **BIB 5**, *Bolívar Lamounier* e *Maria D'Alva Gil Kinzo*, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978". **BIB 6**, *Alba Zaluar Guimarães*, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura". **BIB 7**, *Roque de Barros Laraia*, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil". **BIB 8**, *Amaury de Souza*, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes". **BIB 9**, *Maria Valéria Junho Pena*, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos". **BIB 10**, *Lia F. G. Fukui*, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil". **BIB 11**, *Luiz Antonio Cunha*, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Valladares* e *Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente". **BIB 12**, *Maria Tereza Sadek de Souza*, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas". **BIB 13**, *Gerson Moura* e *Maria Regina Soares de Lima*, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica". **BIB 14**, *Licia Valladares* e *Magda Prates Coelho*, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica". **BIB 15**, *José Cesar Gnacarini* e *Margarida Moura*, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate". **BIB 16**, *Aspásia Camargo*, *Lucia Hippólito* e *Valentina da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico". **BIB 17**, *Julio Cesar Melatti*, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica". **BIB 18**, *Rubem Cesar Fernandes*, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente". **BIB 19**, *Edmundo Campos Coelho*, "A Instituição Militar no Brasil". **BIB 20**, *Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro". **BIB 21**, *Sonia Nahas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica". **BIB 22**, *Inaiá Maria Moreira de Carvalho*, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes". **BIB 23**, *Roque de Barros Laraia*, "Os Estudos de Parentesco no Brasil". **BIB 24**, *Angela de Castro Gomes* e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

O BIB divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O BIB, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais
Editoria do BIB
Rua da Matriz, 82 — Botafogo
22.260 — Rio de Janeiro — RJ